



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE HISTÓRIA

ANDERSON DA SILVA MACHADO

**ESCRAVOS EM ANÚNCIOS DE JORNAIS PIAUIENSES DE (1848 -
1885)**

PICOS-PI.
2019.

ANDERSON DA SILVA MACHADO

**ESCRAVOS EM ANÚNCIOS DE JORNAIS PIAUIENSES DE (1848 -
1885)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em História da Universidade Federal do
Piauí– UFPI para obtenção do título de Graduada
em Licenciatura Plena em História, sob a orientação
do professor Dr. Francisco Gleison da Costa
Monteiro.

PICOS – PI

2019.

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

M149e Machado, Anderson da Silva.
Escravos em anúncios de jornais piauienses de (1848 - 1885).
/ Anderson da Silva Machado -- Picos, PI, 2019.
87 f.
CD-ROM: 4 ¾ pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História. – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.
“Orientador(A): Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro..”

1. Escravidão - Piauí. 2. Fontes de Informação - Jornais. 3. Análise do Discurso. I. Título.

CDD 981.063

Elaborada por Rafael Gomes de Sousa CRB 3/1163



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 – Picos-Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos seis (06) dias do mês de dezembro de 2019, no Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **ANDERSON DA SILVA MACHADO** sob o título **UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO DA ESCRAVIDÃO: ESCRAVOS EM ANÚNCIOS DE JORNAIS PIAUIENSES DE (1848 - 1885)**.

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador 1: Prof. Me. José Lins Duarte
Examinador 2: Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe

Deliberou pela aprovado do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 10,0.

Picos (PI), 06 de dezembro de 2019.

Orientador (a): Francisco Gleison da Costa Monteiro
Examinador (a) 1: Agostinho Júnior H. Coe
Examinador (a) 2: José Lins Duarte

RESUMO

Este trabalho tem como proposta de pesquisa, analisar os anúncios de escravos em jornais que circularam no Piauí de (1848–1885). Tendo como ponto de partida os periódicos: (*A Imprensa: periódico político de 1865-1885*, *A Opinião Conservadora: de 1874-1876*, *A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial de 1849*, *O Escholastico de 1849*, *O Governista de 1848*, *O Piauí de 1869-1873*, *A Época: órgão conservador de 1878-1879*). Essa pesquisa propõe identificar através da análise dos discursos, o contexto escravagista que estava instaurado no Piauí de oitocentos. Partindo dos jornais citados acima, pensaremos que tipo de relações desenvolvidas entre senhores/escravos desencadearam conflitos, inclusive fuga das fazendas. Nessa perspectiva, pensaremos os anúncios dos periódicos supra citados como espaços de representação da imagem dos escravos. Partiremos inicialmente de um debate historiográfico sobre a escravidão e seus discursos legitimadores e seus agentes que atuaram com preponderância para fortalecimento e posterior decadência do tráfico negreiro. As bases teóricas dessa pesquisa estão fundamentadas em: Gilberto Freyre, Solimar Oliveira Lima, Jaime Rodrigues, Charles Boxer, Russel-Wood, Talyta Marjorie, Tanya Brandão, Monsenhor Chaves, Mairton Celestino, Francisca Raquel, Emília Viotti da Costa, dentre outros não menos importantes.

PALAVRAS CHAVE: História. Jornais. Escravidão. Discursos. Representações.

RESUMEN

Este trabajo tiene como propuesta de investigación, analizar los avisos de esclavos en periódicos que circulaban en Piauí de (1848-1885). Tomando como punto de partida las publicaciones periódicas: (The Press: Publicaciones políticas de 1865-1885, The Conservative Opinion: 1874-1876, The Voice of Truth: Revista política, literaria y comercial de 1849, The Escholastico of 1849, The Governor of 1848, The Piauhy de 1869-1873, The Epoca: Organismo conservador de 1878-1879). Esta investigación propone identificar a través del análisis de los discursos, el contexto de esclavitud que se estableció en Piauí de ochocientos. A partir de los periódicos citados anteriormente, pensaremos sobre el tipo de relaciones desarrolladas entre los amos / esclavos que provocaron conflictos, incluida la huida de las granjas. Desde esta perspectiva, pensaremos en los anuncios de los periódicos mencionados anteriormente como espacios para representar la imagen de los negros. Comenzaremos inicialmente a partir de un debate historiográfico sobre la esclavitud y sus discursos de legitimación y sus agentes que actuaron con preponderancia para fortalecer y luego decaer la trata de esclavos. Las bases teóricas de esta investigación se basan en: Gilberto Freyre, Solimar Oliveira Lima, Jaime Rodrigues, Charles Boxer, Russel-Wood, Talyta Marjorie, Tanya Brandão, Monseñor Chaves, Mairton Celestino, Francisca Raquel, Emília Viotti da Costa, entre otros. Importante

PALABRAS CLAVE: Historia. Periódicos. La esclavitud. Discursos. Representaciones

A Enzo Gabriel Lopes Machado, meu filho, amado e querido. Embora muito jovem, já é possível notar seu apreço pela leitura.

A minha mãe que sempre esteve do meu lado nesses longos quatro anos e meio.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela oportunidade de realizar esse trabalho no qual julgo de suma importância para o processo de compreensão da história da escravidão piauiense.

Ao Enzo Gabriel, meu filho, que sempre tem sido o meu motivo de inspiração para realização incansável de minhas pesquisas.

Ao Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, nosso orientador, que sempre esteve à disposição para nos tirar todas as dúvidas relativas a pesquisa, e nos encaminhou veredar por esse caminho, nos fornecendo não apenas o tema, bem como, as leituras referentes.

A todos os professores e alunos que direta e indiretamente contribuíram para nossa aprendizagem e desenvolvimento enquanto professor e pesquisador.

Também queríamos deixar nossos sinceros agradecimentos a instituição, Universidade Federal do Piauí - Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, que nos proporcionou a oportunidade de aprendizado e uma formação pública de exemplar qualidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 UM DEBATE SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO	14
1.1.DA ÁFRICA AO BRASIL, UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO.....	14
1.2.O PIAUÍ NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO DA ESCRAVIDÃO	32
2 ESCRAVOS EM ANÚNCIOS DE JORNAIS NO PIAUÍ OITOCENTISTA.....	43
2.1.AS DIVERSAS REPRESENTAÇÕES DOS ESCRAVOS EM ANÚNCIOS DE JORNAIS DE 1848-1885 NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
FONTES.....	83
REFERÊNCIAS.....	84

INTRODUÇÃO

*[...]Si a noite é de luar depois de tudo
O preto vae dormir;
Si é de escuro, porém, pensa no roubo
Em logo mais fugir...
Que lei, religião tem esta gente
No campo ou na cidade?
Nenhuma: todas tem! Falta-lhe apenas
Gozar da liberdade!¹*

Três séculos de escravidão negra no Brasil deram origem a várias pesquisas historiográficas que buscaram e buscam pensar as múltiplas nuances do sistema escravagista. Nossa proposta é procurar compreender, mesmo que, grosso modo, um pouco dessa história e delinear a participação do cativo nessa sociedade, sobretudo, porque na maioria das vezes, o que ficou registrado nos documentos foi o silêncio desses sujeitos. A base documental a ser utilizada está registrada nos anúncios de fugas, vendas, alugueis, de escravos nos seguintes Jornais: (*A Imprensa: periódico político de 1865-1885 e Órgão do Partido Liberal, A Opinião Conservadora: de 1874-1876, A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial de 1849, O Escholastico de 1849, O Governista de 1848, O Piauí de 1869-1873, A Epoca: órgão conservador de 1878-1879*). No entanto, acreditamos poder contribuir para as discussões sobre a resistência escrava, em especial na região do Piauí, que por sua vez ainda tem muito a ser explorada em termos de escravidão. As fugas foram escolhidas em nossa pesquisa pelo fato de serem um dos aspectos de resistência do escravo exemplificados na, má alimentação, nos castigos excessivos, no trabalho compulsório e na quebra de acordos pré estabelecidos, como dias de folga e separação de familiares.

Os jornais destacados que serão nosso objeto de pesquisa, estão em um recorte temporal que compreende de 1848-1885, todos do Piauí. A escolha pelos já citados jornais se deve ao fato de estarem relacionados direta ou indiretamente com a escravidão, sobretudo, porque se

¹ Fragmento tirado do Poema “O Quinquingú”, da obra: LEÃO, José. *Aves de Arribação: Lendas e canções sertanejas*. Rio de Janeiro, TYP. Central Brown & Evaristo, Rua Nova do Ouvidor 28, 1877. p. 87.

propõem em abordar o cotidiano social da época em questão. Também a necessidade de buscar dentro da história, por meio dos anúncios, evidências, fragmentos de falas, rastros deixados através dos sinais representados nos anúncios. A escolha desses periódicos também se deveu a triagem que fizemos na Biblioteca Nacional, que nos possibilitou encontrar vários periódicos onde tivemos que optar pelos mais viáveis dentro do tempo proposto para nossa pesquisa, que foi de grande importância para a realização deste trabalho. Tivemos como inspiração para pensar a temática a obra de Gilberto Freyre, “O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX”, sendo ele um dos pioneiros, porque não, assim dizer, o primeiro no Brasil a pensar a temática, sobretudo, por que foi de grande valia para os trabalhos posteriores, visto nos fazer pensar o anúncio de jornal enquanto proposta de se falar da escravidão negra sob um olhar particularizado das diversas representações multifacetadas do escravo africano e descendente de africano.

Os anúncios analisados não seguem um sistema padronizado. Existem anúncios bastante extensos, outros ao contrário bem sucintos, quase tímidos. Alguns com promessas de generosas recompensas, que nos fazem pensar o quão precioso seria os serviços prestado desses trabalhadores escravizados para o seu senhor. Ainda que grande parte dos anúncios noticiavam fugas individuais, esporadicamente também noticiavam fugas envolvendo dois ou mais escravos em suas páginas, que por vezes nos fazem pensar nos laços de solidariedade entre os negros, que ao se unirem em torno de um objetivo comum, arriscavam-se as fugas. Existem ainda algumas fugas que são anunciadas durante semanas, indicando o sucesso muitas vezes temporário do escravo. O escravo sempre simbolizava uma propriedade rendosa e de muita valia, que proporcionava ao seu senhor lucros adquiridos através de seu trabalho, podendo ainda serem alugados e hipotecados durante todo o sistema escravagista do século XIX. Por sua vez, devido à extinção do tráfico atlântico em 1850, o preço do cativo no mercado negreiro teve um elevado aumento em seu valor. Conseguimos através das descrições noticiadas nos periódicos, perceber acordos firmados entre vendedores e compradores de escravos, os cativos que eram ofertados, os escravos que eram mais preferenciais entre os compradores, as qualidades mais procuradas entre os cativos e os ofícios que desempenhavam.

Nosso objetivo foi fazer uma análise das fugas, e comercialização de escravos, os motivos que ocasionavam as fugas, nas relações sociais entre senhor/escravo. Para tanto, refletimos como funcionava o comércio de escravos nos anúncios de jornais, sobretudo, destacando suas perspectivas e particularidades em torno da escravidão. Dessa maneira, buscamos compreender algumas formas de escravidão encontradas e discutidas dentro da historiografia local e nacional.

Dentro dessa perspectiva pensamos os poderes exercidos entre dominador e dominado, ou seja, senhor/escravo, onde o cativo era considerado uma mercadoria de mandos e desmandos, sendo utilizado a bel-prazer de seu senhor. Podendo ser essa mão de obra escrava vendida ou alugada.

Visto que, uma vez delineados nossos recortes, espacial e temporal, sobretudo, as fontes a serem analisadas, poderíamos também destacar que entre os anúncios de fugas anunciados, não localizamos apenas fugas de escravos da província do Piauí, no entanto, algumas vezes nos deparamos com anúncios de escravos vindos de outras Províncias como, por exemplo, Maranhão, Pernambuco, Bahia, ou seja, províncias que perfaziam fronteiras com o Piauí, sobretudo, porque muitos escravos tinha parentes, padrinhos e conhecidos nessas localidades, que poderiam por bem auxiliá-los na empreitada. Resolvemos por isso considerar também estes anúncios em nosso trabalho, visto que, isso nos fez pensar quão grande era o esforço dispensado pelos senhores na busca de seu escravo fujão. Além do mais, na maioria das respectivas fugas, os senhores deixavam transparecer desconfiança sobre a possibilidade do cativo ter vindo para o Piauí, sobretudo, porque se essas fugas não partiam dessas outras províncias, provavelmente tinham a província do Piauí como destino, pelo menos provisório.

O Piauí teve sua origem ligada à criação do gado vacum, muar e cavalariço, e a constituição de fazendas, tendo como um dos primeiros bandeirantes a desbravar seus sertões o bandeirante Domingos Afonso Mafrense. Que por sua vez desbravou estas terras até então povoadas por diversas etnias indígenas e consolidou suas posses através da constituição de mais de 30 fazendas de gado. Segundo o historiador piauiense Solimar Oliveira Lima:

Os animais, levados e vigiados pelos homens, buscavam maiores espaços para reprodução. Os criadores seguiam atrás, tomando posse de vários territórios. Dos latifúndios extraíram riqueza e poder, estalaram fazendas, povoaram as novas terras. O Piauí surgiu, assim, dos caminhos trilhados pelo gado.²

Das incursões de mafrense pelo sertão do Piauí, resultou o surgimento da fazenda da Mocha, que mais tarde se transformaria na primeira capital do Piauí. Posteriormente com o seu falecimento em 1710, suas terras foram deixadas em testamento para os padres inacianos. Já em 1760 com a instituição do primeiro governador do Piauí, João Pereira Caldas, sob ordens do Marquês de Pombal, as terras foram confiscadas e passaram a ser denominadas como

² LIMA, Solimar Oliveira. História: Debates e Tendências – V. 7, n. 2, Jul./Dez.2007, p. 138-154, pub. No 2º sem. 2008. p. 138

fazendas do real fisco. Posteriormente com o fim dos laços coloniais, essas fazendas passaram a serem denominadas de fazendas da Nação.

No primeiro capítulo procuramos fazer um debate historiográfico em torno da escravidão, desde a captura dos negros em território africano, sua comercialização, discursos que legitimavam o sistema negreiro, bem como, os embarques nos navios negreiros, os trajetos pelo Atlântico até a sua chegada ao Brasil, sobretudo, alguns problemas que solapavam os africanos amontoados nos porões dos navios, doenças, fome, sede, insalubridade, etc. trataremos também os desembarques em solo brasileiro e o trajeto até a província do Piauí.

No segundo capítulo abordaremos como funcionava o sistema escravagista na província piauiense de oitocentos, das relações senhor/escravo, tendo como fonte os anúncios de vendas, compras e fugas de escravos por meio dos periódicos já mencionados e que circularam em cidades como Teresina, Oeiras, dentre outras. Bem como, pensaremos os anúncios como espaço de resistência e representação do negro em suas várias qualidades, cores, raças, idades, bem como, os valores das recompensas pela sua captura, os locais onde ocorriam maiores incidências de fugas, e os defeitos que carregavam em seus corpos como herança do rígido sistema da escravidão, e também como prova da resistência dos mesmos.

CAPÍTULO I

1 UM DEBATE SOBRE A HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO

Neste capítulo trataremos mesmo que, grosso modo, pensar o sistema de escravidão de algumas etnias africanas centro-ocidentais, desde sua captura ainda em solo africano, sua comercialização, discursos legitimadores do sistema escravagista, bem como, os embarques nos navios negreiros, os trajetos pelo Atlântico até a sua chegada em costa brasileira, sobretudo de alguns problemas que vitimavam os negros amontoados nos porões dos navios, doenças, fome, sede, insalubridade, etc., que por vezes solapavam a vida dos destinados a subserviência, ainda em alto mar. Ainda trataremos de que modo a escravidão se evidenciou em território brasileiro. Também pensaremos esse debate na perspectiva do Piauí. Ao tratarmos da temática, já tínhamos em mente a grande complexidade do que foi o tráfico Atlântico, no entanto como uma abordagem panorâmica deixaremos muitos detalhes e questões em silêncio, muito terão outros pesquisadores a se aprofundar amiúde em questões que neste capítulo serão tratadas rasamente.

1.1. DA ÁFRICA AO BRASIL, UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Para pensarmos a historiografia da escravidão africana no Brasil, é importante percebê-la em dimensões maiores, ou seja, compreender como esse sistema no decorrer de seus 300 anos no Brasil se consolidou, e ramificou-se profundamente de forma densa e diversificada na América portuguesa, e em especial nas províncias brasileiras desde a colônia até o império. A escravização de negros africanos tem sido alvo de debates e pesquisas principalmente no campo historiográfico, bem como, tendo como proposta pensa-la enquanto motivações de inúmeras revoltas de negros como estratégias de resistência ao cativo e o que dele era advindo.

Esse sistema que se ramificou na sociedade Brasileira, conserva ainda hoje profundas cicatrizes no nosso cotidiano. O Brasil não só foi o último país a abolir o sistema da escravidão em suas províncias, bem como, o país a receber o maior número de negros vindos de diferentes regiões Africanas. Já em 1550 o Brasil recebia suas primeiras levas de escravos, sendo que as últimas levas possivelmente tenham chagado em 1860. As estimativas nos mostram que mais de 4,8 milhões³ de negros tenha desembarcado no Brasil, talvez essas estimativas venham a

³ SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018. p. 18.

comprovar a existência de uma sociedade mestiça de brancos e nativos, que foi profundamente marcada agora pela presença Africana, e que viabilizou lucros de sua mão de obra para a constituição de um Império no Brasil. Segundo Maxwell aborda em sua obra “A Devassa da Devassa”:

A insistência governamental na introdução de um grande número de escravos africanos coincidia com objetivos imperiais mais amplos e, como no caso da companhia do Grão-Pará e Maranhão, os investimentos no Brasil produziam lucros consideráveis.⁴

É possível perceber que foram nas cidades Atlânticas onde ocorreram as primeiras Africanizações, visto pela sua localização geográfica costeira. Cidades como Recife, Salvador e Rio de Janeiro receberam as maiores levas de africanos. Segundo Marcus J.M. de Carvalho:

Nossas maiores cidades atlânticas africanizaram-se muito cedo, pois foi nelas que desembarcou a imensa maioria dos navios negreiros até a proibição do comércio atlântico de escravos, em 1831. Foi ao Recife (o porto de Olinda) e a Salvador que chegaram as primeiras levas de cativos para a América portuguesa, ainda no século xv. Com a descoberta das minas, na década de 1690, a vinda da corte (em 1808) e a ascensão do café, o Rio de Janeiro tornou-se o maior porto do tráfico atlântico e a maior cidade escravista das Américas. As cidades foram, assim, o principal nexos com a África e tinham no comércio de gente escravizada seu negócio mais rentável.⁵

A praticidade de se localizar na costa, dará a essas cidades atlânticas a vantagem de serem as pioneiras a receberem em seus portos as primeiras levas de africanos advindos de várias regiões principalmente da África centro-ocidental. Mais não somente navios negreiros, no entanto toda sorte de embarcações que comercializavam legal e ilegalmente em nossa costa. Isso possibilitou o alavancamento da economia nessas regiões que em pouco tempo se tornaram grandes centros comerciais.

A viagem desses africanos até chegar a América portuguesa era árdua e cruel. Muitas dificuldades se sobrepunham no trajeto Atlântico, poderíamos dizer que esse percurso era um dos mais difíceis e aviltantes para o desafortunado que levado a sua própria sorte, teria que resistir a viagem e todas as suas agruras. No que diz respeito a alimentação, Jaime Rodrigues argumenta que:

A alimentação a bordo era escassa, não apenas em razão do mau planejamento das viagens. A quantidade de comida era deliberadamente diminuta, a fim de inviabilizar a resistência dos cativos, sobretudo nos primeiros dias no navio.

⁴ MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, {1750-1808}*, 7ª edição ampliada e ilustrada, Editora Paz e Terra S/A, São Paulo, 2009. p. 79.

⁵ CARVALHO, Marcus J.M. de. Cidades escravistas. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018. p.162.

Carne-seca, feijão, farinha de mandioca e arroz compunham a dieta dos prisioneiros.⁶

As más condições da viagem eram extremamente penosas, e muitas vezes mortais, visto que em média morriam na travessia do atlântico até chegar na costa brasileira um quarto dos embarcados num percurso que poderia durar de um a dois meses. Segundo Rodrigues, saindo de Luanda até o Recife, a viagem durava em média até 35 dias, no entanto até a Bahia 40 dias e até o Rio de Janeiro 60 dias. As viagens eram severas, e principalmente após a primeira proibição em 1831 do tráfico negreiro, os navios vinha abarrotados de negros, trazendo mais do que podia a sua capacidade, embora a fiscalização Inglesa tornar-se intensa nos mares do Atlântico nesse período. Sobretudo, porque, com o apoio inglês ao tratado de 1826, que o Brasil havia condenado o tráfico como crime de pirataria, os escravos a partir de 1831 data da proibição do tráfico, que fossem importados para o Brasil, seriam considerados livres. Algo que se posto em pratica de fato, favoreceria a liberdade de muitos escravos no Brasil nesse período.

Segundo Rodrigues ao citar Johann Moritz Rugendas, pintor alemão que viajou o Brasil na primeira metade do século XIX, as condições de viagens da África para o Brasil eram penosas para os africanos, que por vezes morriam aos montes, visto as intempéries condições das viagens:

De acordo com Rugendas, os escravos eram "amontoados num compartimento cuja altura raramente ultrapassa cinco pés [1,5 metro]. Esse cárcere ocupa todo o comprimento e a largura do porão do navio: aí são eles reunidos em número de duzentos a trezentos [...]. As mais das vezes as paredes comportam, a meia altura, uma espécie de prateleira de madeira sobre a qual jaz uma segunda camada de corpos humanos. Todos, principalmente nos primeiros tempos da travessia, têm algemas nos pés e nas mãos e são presos uns aos outros por uma comprida corrente. Navios negreiros podiam transportar de cem a seiscentas pessoas, conforme suas capacidades e tipologias. A superlotação e as condições insalubres dos porões, aliadas à dieta e à água racionadas a bordo, ajudam a entender a mortalidade dos africanos durante a travessia, que poderia durar entre um e dois meses e levar à morte até um quarto dos embarcados. De modo geral, tomando-se Luanda como ponto de partida, a travessia até Recife durava 35 dias; até a Bahia, quarenta dias; e até o Rio de Janeiro, sessenta dias. A isso podiam se somar as calmarias, as quarentenas motivadas por epidemias a bordo ou as paradas para reabastecimento.⁷

Nesse processo de captura de africanos, destaca-se muito a figura dos pombeiros, que por sua vez tinham a missão de adentrarem nos sertões africanos em busca de negociarem escravos

⁶ RODRIGUES, Jaime. Navio Negreiro. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018. p. 363-364.

⁷ Fragmento extraído de uma citação da obra: RODRIGUES, Jaime. Navio Negreiro. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018. p.365-367.

com chefes tribais para que fossem levados ao litoral, para barganha com os traficantes dos navios negreiros portugueses. Sobre essas barganhas, Rodrigues faz referência a Botelho,⁸ no qual argumenta que:

[...] esses navios carregavam escravos “em torno do açúcar, vinho, cachaça, licores, manteiga, azeite, presuntos, carnes, fazendas de lã e de seda, alfaias de prata e ouro, lonas, cabos, alcatrão, breu, obras de ferro e aço, relógios, medicamentos, quinquilharias de várias castas, em suma, tudo que serve para resgate dos negros e para passar a vida com delícias.”⁹

Embora o contrabando e a pirataria abrisse o leque de possibilidades para estrangeiros como, franceses, holandeses, dentre outros, em algumas regiões africanas de jurisdição da coroa portuguesa. Rodrigues ao relatar sobre os pombeiros, discorre que eram:

Agenciadores mestiços ou negros que percorriam o interior do continente comprando escravos dos chefes locais e, depois de uma viagem marcada pelos maus-tratos e pela sujeição às intempéries, levando-os para os portos litorâneos, de onde eram vendidos para a América.¹⁰

A figura dos pombeiros simbolizava um mecanismo forte de dominação e legitimação da escravidão negra que tinha início em solo africano, em regiões como Angola, Luanda, dentre outras, para que somente depois pudesse se expandir para as américas portuguesa e espanhola, visto o conhecimento que tinham sobre o sertão africano, seus povos, costumes, rotas e caminhos, consolidando o tráfico africano e a sua deportação para o Atlântico e suas rotas comerciais advindas. Segundo Rodrigues “Os pombeiros cumpriam diversas funções primordiais, como o agenciamento da compra de escravos no interior e o estímulo do movimento comercial”.¹¹

Visto não serem somente negros e mestiços, os pombeiros poderiam ser nas palavras de Rodrigues “[...] portugueses, como nesse caso, mas também mestiços luso-africanos, brasileiros e africanos engajavam-se na pumbagem”.¹² Esse representaria um dos primeiros processos antes dos embarques nos navios negreiros.

⁸ Referência da obra de Botelho utilizadas por Jaime Rodrigues em citação, abordando as formas de barganha e os produtos a serem barganhados em troca de escravos africanos pelos traficantes. BOTELHO, Sebastião Xavier. Memórias estatísticas sobre os domínios portugueses na África Oriental. p. 367-8.

⁹ RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 108.

¹⁰ RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 98.

¹¹ RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 104.

¹² RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 104.

As condições das viagens eram extremamente subumanas, sobretudo, porque essas embarcações viajavam abarrotados de africanos em condições precárias. A falta de luz solar somado ao pouco e apertado espaço nos porões desses navios, colocavam os negros em condições insalubres e de extrema vulnerabilidade diante de inúmeras moléstias. Sendo que a própria alimentação era precária como já abordamos, não apenas pelo fato das péssimas organizações das viagens, mais por motivo que os alimentos eram poucos e racionados, sobretudo, porque seguia-se uma estratégia de enfraquecimento dos cativos, tornando menores os focos de resistência dos mesmos. Segundo Rodrigues:

Na ausência de alimentos frescos, a partir de certa altura da viagem grassavam doenças como o escorbuto, avitaminose conhecida nos séculos XVIII e XIX pelo elucidativo nome de "mal de Luanda"; Luanda era um importante porto negreiro de Angola.¹³

A capacidade média que um navio negreiro da época poderia transportar era em torno de 100 a 600 pessoas, no entanto essa capacidade era frequentemente violada pelas restrições do tráfico negreiro de 1831 e sua posterior extinção.

As doenças também contribuía para o elevado índice de mortalidade entre os cativos africanos. Péssimas condições somado com as superlotações e a ineficiência de água e alimentos frescos. Já nas fazendas e engenhos, essas doenças poderiam também serem diagnosticadas por conta dos castigos sofridos em que eram submetidos, pelos trabalhos exaustivos que exerciam no seu cotidiano, bem como, pela desnutrição. Segundo Tânia Salgado Pimenta:

Entre os males que mais atingiam os escravizados, destacavam-se a tuberculose, a disenteria, a varíola, a coqueluche, o sarampo e a escarlatina. Gastroenterite, enterite e pneumonia também eram frequentes, do mesmo modo que os problemas causados por vermes e parasitas intestinais. Comumente, essas doenças eram agravadas por carências nutricionais, assim como pelo trabalho extenuante e pelos castigos aos quais eles poderiam estar submetidos.¹⁴

As inúmeras moléstias e doenças arremetiam a saúde dos africanos ainda em alto mar. No entanto eram afligidos por doenças em regiões por onde passavam, em alguma paragem, sobretudo, também traziam esses males para as Américas e conseqüentemente para o Brasil, ao mesmo tempo que eram vitimados por similares doenças na América portuguesa, onde sua

¹³ RODRIGUES, Jaime. Navio Nегreiro. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018. p. 363-364.

¹⁴ PIMENTA, Tânia Salgado. Doenças. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018. p. 204.

capacidade imunológica estava vulnerável e fragilizada pelos rigores da viagem no mar. Segundo Russell-Wood:

Levado do interior para o litoral ocidental da África, tinha de enfrentar não só os rigores da viagem como também regiões e povos com doenças e hábitos alimentares totalmente diferentes dos seus. Esta viagem por diferentes zonas epidemiológicas mostrava-se fatal para muitos, mesmo antes de chegarem à costa. Para os sobreviventes, havia o desafio da travessia do Atlântico, aterrorizantes tanto psicológico quanto físicos. As medidas de quarentena na chegada variavam em eficácia e os escravos levavam doenças infecciosas para as cidades, as fazendas e o interior do Brasil.¹⁵

O indivíduo que de sobremodo houvesse adquirido alguma forma de resistência para determinadas doenças africanas, poderia ter muita pouca defesa imunológica contra uma variante da similar doença no Brasil. Esses negros africanos agora iriam se deparar com doenças tipicamente tropicais, sucumbindo vítimas de gripe, varíola e sarampo. Na região Nordeste sucumbiam a febre amarela. A lepra também era responsável por dizimar muitos africanos. A redução da resistência física e uma vida de confinamentos contribuía para doenças pulmonares. Já nas fazendas produtoras de açúcar, as roupas infestadas de pulgas eram também responsáveis pela transmissão de doenças. Ainda sobre fatores que contribuía na proliferação de doenças, Emília Viotti da Costa argumenta que:

As más condições higiênicas das senzalas, onde se aglomerava, muitas vezes, uma população superior à capacidade dos edifícios, as penosas condições de trabalho sob o sol e chuva, a precariedade do vestuário e da alimentação, os estragos causados pela cachaça minavam o corpo do escravo. Os banhos de rio onde os dejetos eram lançados, a ausência de latrinas, tudo isso concorria para que os índices de mortalidade fossem muito elevados.¹⁶

As superlotações nas senzalas somado as deletérias condições que se encontravam algumas fazendas, poderia proporcionar uma alimentação raquítica, as roupas esfarrapadas, e as águas poluídas de rios e riachos onde bebiam e banhavam-se e mesmo coziavam seus alimentos, contribuía para muitas infecções que derivaram em doenças muitas vezes mortais. Essas doenças acarretavam em muitas mortes de negros africanos. E sobre o que se faziam diante da morte desses miseráveis, Russell-Wood argumenta que:

Na morte, faltava ao escravo e ao indigente a garantia de um sepultamento cristão. Era prática comum deixar os cadáveres nas portas das igrejas, na esperança de que o padre lhes arranjasse o enterro. Na melhor das hipóteses, os negros e mulatos pobres podiam contar com uma cova rasa num cemitério

¹⁵ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 195.

¹⁶ COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 4. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 305.

assolado por cães. Na pior, seus corpos eram lançados ao mar, amarrados a uma trave.¹⁷

Sobretudo no caso de estarem integrados a alguma irmandade de negros ou mulatos, poderiam ter algum suporte na hora da morte, como missas, sepultamentos, mortalhas, em boa medida, uma morte digna de um cristão, mesmo que pobre. Segundo Russell-Wood:

As irmandades de pessoas de cor do Brasil representaram uma proteção contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para negro trazido da África como escravo como também para os negros e mulatos nascidos no Brasil, fossem escravos ou libertos. A irmandade constituíam uma resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual sentida pelos negros e mulatos da colônia. Esta necessidade pode ser discutida em três categorias: educação religiosa ou socorro espiritual, assistência médica e a busca de identidade.¹⁸

No Brasil escravagista, as irmandades representavam um centelho de esperança para muitos cativos que buscavam conquistar sua alforria. Funcionavam também como espaços de sociabilidade, onde negros cativos e libertos se reuniam e conversavam sobre as labutas diárias e, sobretudo, as vivências. Trocavam experiências, interagem, concebida assim, como uma das poucas possibilidades de lazer de que tinham, fora do controle mesmo que provisório do olhar do senhor.

A escravidão também ganhou força através de espaços institucionais religiosos que a legitimavam em seus descabidos intentos expansionistas da dita fé cristã. A igreja católica desde seus primórdios, exerceu o papel de grande madre do cristianismo europeu, militando um papel importante nesse processo de legitimação permissiva a imposição servil sobre povos ditos gentios e bárbaros, alegando que a escravidão nessas circunstâncias, imposta as respectivas nações africanas seria justificada como prerrogativa para tirá-los do estado de selvageria e gentilidade em que viviam em sua terra natal, e introduzi-los ao cristianismo como forma de resgata-los da perdição eterna, em seu paganismo e idolatria. Assim essa guerra era considerada justa, tal como o tráfico negreiro. Para dar aos europeus essa seguridade, os próprios papas emitiam bulas papais que concediam as coroas ibéricas, principalmente portuguesas, o direito de invadir, escravizar, e submete-los a servidão em outros continentes. Segundo Hebe Mattos e Keila Grinberg:

Desde meados do século xv, com a expansão portuguesa em direção ao Norte da África e a promulgação da bula papal *Roma nus pontifex* (1455), a Igreja passou a reconhecer ao reino de Portugal o direito de conquistar a região e

¹⁷ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 196-197.

¹⁸ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 193.

evangelizar sua população, justificando, assim, pelas conversões ao catolicismo o tráfico de africanos escravizados. A bula concedia aos reis de Portugal o direito de invadir e conquistar qualquer reino governado por não cristãos e escravizar seus habitantes. A origem do cativo poderia ser tanto tráfico de escravos quanto a "guerra justa", tal qual determinada pelo rei.¹⁹

A igreja católica proclamava que todos os fiéis faziam parte da mesma irmandade, no entanto, por outro lado implícita ou explicitamente erguia uma barreira racial fundamentada na cor da pele. Segundo Charles R. Boxer:

O aumento do preconceito racial contra pessoas de sangue africano pode ser explicado sobretudo pelo desenvolvimento do tráfico negreiro que tomou forte ímpeto durante o século XVI devido à crescente demanda de escravos da África ocidental por parte das colônias ibéricas do Novo Mundo.²⁰

Podemos pensar na igreja católica enquanto precursora e legitimadora da escravidão ibérica e do próprio tráfico de africanos, visto que durante quase quatro séculos foram viabilizados a emissão de uma grande quantidade de bulas papais editadas a pedido da cora portuguesa, principalmente em 1452 e 1456, que tinha por finalidade o incentivo e a grande expansão ultramarina de Portugal, dando ao mesmo ampla liberdade para subjugar e escravizar povos pagãos, caso empossassem resistência ou mesmo fossem “hostis ao nome de Cristo”. Segundo Boxer “Os portugueses se aproveitaram bastante das bulas pontifícias e em 1460 já tinham construído um prospero comércio de escravos africanos provenientes da costa ocidental”.²¹

Não só apoiavam a escravidão, como também era possível perceber que muitos padres jesuítas, fiéis representantes da igreja católica e do evangelho de Cristo no ultramar, empregavam mão de obra escrava em suas plantações de açúcar, bem como, nos serviços domésticos. Segundo Boxer, quando a igreja se propôs a condenar a escravidão de raças civilizadas como japoneses e chineses, em nenhum momento essa condenação alcançou negros da África central. As alegações aos homens de cor eram inúmeras, visto que a igreja se utilizava de várias formas doutrinárias para justificar em seus discursos o tráfico negreiro e a escravidão. Boxer faz menção ao exímio padre Antônio Vieira, que por sua vez ressalta a necessidade de escravizar os negros no Brasil, como prerrogativa para que os ameríndios pudessem gozar de liberdade, sendo esses os primeiros a serem escravizados nas terras Brasileiras antes da chegada das

¹⁹ MATTOS, Hebe, GRINBERG, Keila. Código Penal Escravista e Estado. In: SCHWARCZ, Lília M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018. p. 172.

²⁰ BOXER, Charles R. *A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 16.

²¹ BOXER, Charles R. *A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 45.

primeiras levas de africanos em nossos portos. Segundo Vieira argumenta, era o suor e as lágrimas dos negros que davam sustentação ao Brasil:

Apesar de admitir sem rodeios num de seus sermões que poucos negros de Angola haviam sido legitimamente escravizados, Vieira ressaltou que o sangue, o suor e as lágrimas deles alimentavam o Brasil, o qual não podia de modo algum abrir mão do trabalho escravo.²²

A Bíblia nesse momento era uma ferramenta indispensável para produção de discursos legitimadores defendidos e argumentados pela igreja católica no ultramar, sobretudo, porque segundo ressaltava-se, os negros vinham da descendência de Caim (filho de Adão, o primeiro homem, segundo a Bíblia), visto Caim ter sido amaldiçoado por Deus por matar seu irmão Abel (Gênesis 4:8). Outros faziam alegações que os negros africanos eram da descendência de Cam (filho de Noé), que por sua vez foi amaldiçoado por seu próprio pai, e por conseguinte estava condenado a ser servo de seus irmãos e toda sua posteridade (Gênesis 9:25). A alegação da cor e do local de nascimento contava bastante para formulação de argumentos argutos que defendiam tanto a escravidão como o tráfico, como é o caso do mais uma vez citado por Boxer, o padre Antônio Vieira, que numa pergunta feita pelo mesmo, em um sermão da Epifania de 1662, dizia assim:

Nem maior erro do juízo entre homens, que cuidar eu que hei de ser vosso Senhor, porque nasci mais longe do sol, e que vós haveis de ser meu escravo, porque nascestes mais perto? “Em outro momento do sermão, Vieira afirmou: “Um etíope, se se lava nas águas do Zaire, fica limpo, mas não fica branco, porém na água do batismo sim, uma coisa e outra.”²³

Segundo argumentava-se, a condição de escravo era a vontade de Deus, visto que, o escravo tinha um único dever de obedecer aos seus senhores, sendo que sua recompensa viria do céu. Relacionavam o fato de as vezes esses negros terem de trabalhar dia e noite em tempos de colheitas nas produções de açúcar, aos suplícios do próprio Cristo na cruz. A palavra de conforto que redigiam aos negros era a de que, todos aqueles sofrimentos seriam recompensados no Paraíso.

Nessa perspectiva segundo aborda Luiz Felipe de Alencastro em um sermão redigido pelo padre Antônio Vieira aos negros da Bahia, ele se expressa da seguinte forma:

Assim, a mãe de Deus antevendo esta nossa fé, esta vossa piedade, esta vossa devoção, vos escolheu de entre tantos outros de tantas e tão diferentes nações, e vos trouxe ao grêmio da igreja, para que lá [na África] como vossos pais, vos

²² BOXER, Charles R. A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 50.

²³ Fragmento extraído do sermão do padre Antonio Vieira, citado na obra de Boxer. BOXER, Charles R. A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 51.

não perdêsseis, e cá [no Brasil] como filhos seus, vos salvásseis. Este é o maior e mais universal milagre de quantos faz cada dia, e tem feito por seus devotos a Senhora do Rosário”. E reitera, mais adiante: “Oh, se a gente preta tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conheceria bem quanto deve a Deus, e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre!²⁴

Nas palavras do padre Antonio Vieira, todo sofrimento advindo ao negro vitimado ao cativo, inclusive a travessia pelo mar do Atlântico nos navios negreiros, poderia ser considerado meio caminho andado para o Paraíso, sobretudo, sua chegada ao Brasil poderia representar parte consumada do projeto divino a futura salvação do negro que adviria como consequência de sua prestação de serviço servil e do seu sofrimento ao longo de sua miserável vida.

No entanto, segundo a obra de Thornton John, sobre “A África e os africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800”, grande parte de grupos étnicos que vinham escravizados para as Américas, já haviam tido contato com o cristianismo, seja direto ou indiretamente. Os sermões dos missionários já não eram nenhuma novidade para muitos povos negros vindos da África, respectivamente da África centro-ocidental, onde concentrava-se os grandes núcleos das missões católicas e do tráfico, que em sua maioria partiam rumo Atlântico ou da Bahia de Benin ou de Biafra, formando uma das regiões de maior tráfico de escravos em toda a África. Segundo John:

Além disso, mesmo se os africanos não se convertiam na África, eles provavelmente possuíam um grande conhecimento do cristianismo antes do embarque, em consequência do empenho missionário e do proselitismo dos mercadores cristãos e de outros colonos, maior do que normalmente se tem conhecimento. Assim, devemos considerar a conversão de africanos como um processo contínuo, iniciado na África e estendido ao Novo Mundo.²⁵

Dessa forma, podemos perceber que a ideia de utilizar a escravidão como prerrogativa de conduzir o africano a salvação da alma na América não caberia em um contexto geral, sobretudo, porque muitas comunidades étnicas já haviam experimentado o cristianismo, ou fundido-se a ele. A ideia seria produzir um discurso que justificasse o cativo. Discursos que poderiam mudar pelos seus agentes, na medida em que a ocasião fosse mais propícia e conveniente ao seus próprios benefícios particulares.

²⁴ Sermão do padre Antonio Vieira na Bahia citado e grifado na obra de Alencastro. ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. Companhia Das Letras, 2000. p. 183.

²⁵ JOHN, Thornton. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 335.

Há de se pensar que aderir ao cristianismo católico se tornaria uma estratégia de muitos africanos escravizados para poderem se esquivar do repúdio e de sobremodo, da brutalidade etnocêntrica dos europeus, e mesmo da fúria da igreja católica que via com maus olhos todos os povos pagãos que não haviam abandonado suas antigas práticas religiosas. Sobretudo, para o negro africano esse olhar poderia ser traduzido em ódio e desprezo, tanto pela cor, quanto pela cultura e pela religião. Sobre as estratégias utilizadas pelos negros para camuflar as suas religiosidades africanas através do cristianismo católico, Emília Viotti da Costa destaca que:

Na maior parte das vezes, entretanto, sua aquiescência era apenas exterior e a aparente assimilação do cristianismo tinha como resultado a distorção do rito e da essência, e a incorporação de certas tradições africanas. Isso verifica-se, por exemplo, nas congadas, imbuídas de um caráter tipicamente africano, onde se uniam danças profanas a festas religiosas cristãs. A intromissão de certos elementos das culturas negras, nessa forma de catolicismo desnaturado, possibilitava a preservação de valores africanos nativos, embora disfarçados sob a máscara cristã.²⁶

A escravidão representava uma forma aviltante de submeter o indivíduo a servidão e ao mesmo tempo, destitui-lo de seu lócus social. Ao serem dissociados de sua comunidade nativa, havia um processo de despersonaliza-lo. Dito de outra forma, transformá-lo naquilo que mais temia, uma mercadoria ambulante, uma peça desprovida de dignidade e humanidade. Na execução da captura do negro nos sertões da África centro-ocidental, ocorria um processo primeiramente de etnocídio e em seguida de aculturação nas terras sobretudo das Américas em que eram levados enquanto escravos. Teriam que se adaptar à nova realidade, as novas culturas, as novas imposições que furtavam sua liberdade. Eram transformados em peças, assim como sapatos, roupas, chapéus, etc. doravante seriam comercializados nos portos brasileiros, e daí por diante iniciariam sua servidão nas fazendas, engenhos das várias províncias do Brasil. Segundo Fernando Báez:

Formalmente, o etnocídio se baseia no etnocentrismo, uma tendência histórica mundial que divide o mundo em “nós” e “eles”; desumaniza-se aquele que é submetido porque é a melhor maneira de estabelecer a convicção de sua inferioridade e, simultaneamente, a da superioridade do etnocida.²⁷

Já a palavra “Aculturação” segundo Báez, em 1936, na American Anthropological Association em comissão, redefiniram-na e definiram que se tratava: “Daqueles fenômenos que resultam quando grupos de indivíduos de culturas diferentes entram em contato, contínuo

²⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 284.

²⁷ BÁEZ, Fernando. *A História da Destruição Cultural da América Latina: Da Conquista a Globalização*. México: Nova Fronteira, 2010. p. 307.

e de primeira mão, com mudanças subsequentes nos padrões culturais originais de um ou de ambos os grupos”.²⁸

Segundo o que se poderia pensar sobre o lócus da servidão, quanto mais distante e isolado o negro estivesse de sua comunidade étnica fora de sua terra natal, mais completa seria sua mudança no que diz respeito a produção de seu trabalho, e por consequência, mais profícua sua atividade. Dessa maneira quanto mais longe estivesse de sua terra madre, menos estímulo teria para fugir, embora na maioria das vezes não era o que ocorria. Em contra partida, quanto mais reincidente fosse na fuga, menos valor teria no mercado interprovincial. Segundo Alencastro “Escravos negros fugidos e recapturados, já familiarizados com os trópicos americanos, perdiam preço no mercado interno, porque passavam a ser considerados como fomentadores de revoltas e quilombos”.²⁹

Uma boa parte dos africanos aprenderam o significado da palavra “companheiro” para indivíduos de comunidades étnicas diferentes somente no percurso do Atlântico e nas Américas, distantes de suas comunidades na África. Encontrando no cativo compatriotas que compartilhavam assim como eles o mesmo destino. Muitos poderiam ter sido inimigos vorazes na África, no entanto aqui na América portuguesa viam na pessoa do outro um aliado, um irmão que poderia compartilhar dos mesmos dissabores e revoltas. Segundo aborda a obra de Robert W. Slenes³⁰ “Malungu Ngoma Vem: África encoberta e descoberta no Brasil”. A palavra “Malungu” utilizadas por escravos falantes das línguas: Kimbundu (Luanda), Umbundu (Benguela) e Kikongo (Norte de Angola), teria significado “companheiro da mesma embarcação”. Essa palavra foi muito utilizada por negros da África central que foram submetidos aos mesmos rigores do sistema da escravidão. Uma forma reconhecidamente de entender o outro não como adversário, mais como um aliado deixando de lado indiferenças. Unidos pelo cativo.

Um escravo propenso a fuga era símbolo de perigo, visto que poderia incitar outros a fugirem, e ao mesmo tempo a formação de quilombos. Sobretudo, porque o valor do cativo poderia ser drasticamente menor, no tocante que, nenhum senhor de escravo queria correr o risco de ter seus escravos influenciados por um fujão, visto que, poderiam deixar-se persuadir

²⁸ BÁEZ, Fernando. *A História da Destruição Cultural da América Latina: Da Conquista a Globalização*. México: Nova Fronteira, 2010. p. 303.

²⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. Companhia Das Letras, 2000. p. 146.

³⁰ Para compreensão melhor sobre o tema, indicado uma leitura mais aprofundada na obra do autor. SLENES, Robert W. “Malungu Ngoma Vem’: África encoberta e descoberta no Brasil”, *Revista USP*, 12 (1991-2), 64-66. p. 53.

pelo estado de servidão que estavam e a qualquer momento também fugirem, sobretudo, porque geralmente o fujão poderia conhecer redutos de outros negros foragidos para onde poderia ir e levar os demais. Isso poderia representar uma ameaça para a província. Segundo Alencastro, isso poderia acarretar consequências nos acordos de compra e venda de cativos no comércio interno, visto ter sido um dos fatores a tolher o trato interprovincial de escravos entre o Norte e o Centro-Sul:

Duzentos anos mais tarde, depois de 1850, no Império, quando cessa o tráfico negreiro oceânico: reputados rebeldes, os escravos “ladinos” vendidos pelas províncias do Norte são mal aceitos pelos fazendeiros de café do Centro-Sul, acelerando o movimento em favor da imigração estrangeira.³¹

Podemos perceber que com o fim do Tráfico Negreiro, a comercialização de escravos passou de externo, vindos da África, para internos, restringindo-se as províncias, como já destacamos acima. Logo sendo corriqueiras e variadas, as fugas tornaram-se práticas constantes entre os negros. Fugir acabou se tornando uma forma de resistir o cativo, logo, alguns senhores fazendeiros de café passaram a perceber uma forma mais lucrativa de trabalho, passando a perder o interesse pelos cativos, visto que, fugiam e incitavam a outros fugirem também. Então esse fator contribuiu para a imigração de estrangeiros, e automaticamente acelerou o processo de abolição.

Dos escravos que eram desterrados da África e desembarcados na costa brasileira no século XVI, Russell-Wood argumenta que:

Foram comprados, em sua maior parte, na Senegâmbia, na Guiné-Bissau e nas ilhas de São Tomé e Príncipe. Esses escravos incluíam jolofes, mandingas e ardras e foram empregados primeiramente nas fazendas açucareiras da Bahia e de Pernambuco. Durante este período, os negros tinham substituído gradualmente os ameríndios como mão-de-obra das grandes plantações.³²

Nesse processo de substituição de mão de obra indígena e introdução de negros africanos em terras brasileiras, Antonil nos traz alguns exemplos de regiões africanas de onde eram advindos muitos desses negros que desembarcavam nos portos brasileiros, bem como, o mesmo aborda algumas características importantes, que por sua vez poderia elevar o valor do cativo no mercado de escravos ou rebaixa-lo a um valor menor, dependendo de suas qualificações e a exigência de seus ofícios. Isso contaria muito no momento da compra. Segundo Antonil que

³¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. Companhia Das Letras, 2000. p. 146.

³² RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 53.

esteve no Brasil em finais do século XVII e início do XVIII acompanhando de perto o cotidiano dos engenhos de açúcar, ele argumenta que:

huns mais boçaes que outros, e de figuras muito diferentes, se hade fazer repartição com reparo, e escolha, e não ás cegas. Os que vem para o Brasil são Ardas, Minas, Congos, de S. Thomé, d'Angola, de Cabo Verde, e alguns de Moçambique, que vem nas náos da India. Os Ardas, e os Minas são robustos. Os de Cabo Verde, e S. Thomé, são mais fracos. Os d'Angola criados em Loanda são mais capazes de aprender officios mecanicos, que os das outras partes já nomeados. Entre os Congos ha tambem alguns bastantemente industriosos, e bons não só para o serviço da canna, mas para as officinas e para o meneo de casa.

Huns chegão ao Brasil muito rudes, e muitos fechados, e assim continuão por toda vida. Outros em poucos annos sahem ladinos, e expertos, assim para aprenderem a doutrina christã, como para buscarem modo de passar a vida, e para se lhes encomendar hum barco, para levarem recados, e fazem qualquer diligencia das que costumão ordinariamente occorrer.³³

Desde sua partida de territórios africanos até a chegada a América portuguesa, o negro africano poderia já ter sido objeto de mais ou menos cinco transações. Contando desde sua espera para o embarque, somado ao trajeto no Atlântico e sua chegada em portos brasileiros, poder-se-ia calcular quase um ano já de cativo.

Segundo Emília Viotti da Costa, logo após a lei de 1831, após sua chegada ao Brasil, era de praxe levar os cativos desembarcados para praias desertas, que contornavam o litoral brasileiro. Nessas praias eram erigidos barracões onde os africanos desembarcados eram preparados para a venda. Recebiam roupas, pesavam-se os feridos, purgavam os doentes e ensinavam as primeiras letras em português. Logo saíam os comboieiros que iriam vender os negros no interior das diversas províncias, onde se dirigiam os interessados na compra dos escravos, como a exemplo temos os tropeiros, os representantes das casas comissárias e fazendeiros.

Os compradores examinavam os pretos cuidadosamente. Os da Costa do Ouro eram reputados os melhores. Excetuados os Minas que se tornaram conhecidos por sua altivez e insubmissão, caráter indomável e perigoso, eram resistentes e bons trabalhadores. Os negros da Costa oriental africana de Sofala, Inhambane e Quilimane passavam por tão dóceis quanto inteligentes.

Os da Baixa Guiné ou Reino de Benguela eram de estatura baixa, peito comprido e reforçado e, segundo se dizia, inimigos do trabalho. Já os Congueses mereciam estima porque se mostravam laboriosos, embora muitos os considerassem broncos. A preferência por este ou aquele tipo de negro, por esta ou aquela nação variou. No século XVIII os minas foram reputados superiores

³³ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por sua Drogas e Minas*. Rio de Janeiro, Em casa de Sousa e Com. 1837. p. 31.

aos demais provavelmente em virtude de sua maior adaptabilidade ao trabalho mineiro.³⁴

Haviam certos estereótipos com relação alguns perfis de escravos para comercialização. Imbert³⁵ em seu manual argumenta que é desaconselhável a compra de negros de cabelos muito crespos, testa pequena ou baixa, olhos encovados, orelhas grandes, que segundo ele, eram indícios de que o negro era de mau caráter. Não recomendava negros de nariz muito chato, ventas muito apertadas, sobretudo porque essa disposição poderia prejudicar a respiração, não permitindo a livre saída do ar. Poderia também ser evitado na hora da compra do africano os dentes mal fixos na boca, de tonalidade amarelada ou preta em demasia, gengivas amolecidas ou esbranquiçadas com secreção de sangue ao toque ou respiração fétida, sobretudo, porque eram sérios indícios de várias doenças. Segundo Costa:

Também o pescoço comprido com espáduas elevadas, muito inclinadas para frente, tornando o peito estreito e o esterno curto eram considerados sinais certos de que os órgãos colocados nessa cavidade se achavam em mau estado.³⁶

Eram também recusáveis negros de pernas compridas e pés chatos, visto nunca serem fortes e representavam sérios indícios a úlceras e edema das pernas. Quem almejasse comprar um escravo teria que observar as seguintes qualificações no ato da compra:

Quem pretendesse comprar um escravo deveria preferir os que tivessem “pés redondos, barrigas da perna grossas e tornozelos finos, o que as tornava firmes; pele lisa, não oleosa, de bela cor preta, isenta de manchas, cicatrizes e odor demasiado forte; com as partes genitais convenientemente desenvolvidas”; isto é, “nem pecasse, pelo excesso, nem por cainheza”; o baixo ventre não muito saliente, nem o umbigo muito volumoso, circunstâncias de que se dizia originar sempre as hérnias; peito comprido, profundo, sonoro, espáduas desempenadas, sem todavia estarem muito desviadas do tronco, sinal de pulmões bem colocados; pescoço em justa proporção com a estatura do indivíduo, não oferecendo aqui e ali, mormente sob a queixada, tumores glandulosos, sinal evidente de afecção escrofulosa, conduzindo cedo ou tarde a uma tísica, músculos dos membros, peitos e costas bem salientes, carnes rijas e compactas; e que, enfim, deixasse o escravo entrever no semblante aspecto de ardor e vivacidade. Assim teria um escravo saudável e inteligente.³⁷

Já no quesito obediência, os negros do congo se destacavam, visto que, segundo os portugueses eram sem dúvida de uma obediência inquestionável, sobretudo, porque essa obediência era resultada do medo de virem para o Brasil ou nova Espanha. Esse medo era gerado do misticismo que alimentava seu imaginário em torno do que se falava sobre a América

³⁴ COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 4. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 93.

³⁵ IMBERT, Jean-Baptista Alban. Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizado as necessidades medicas de todas as classes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839.

³⁶ COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 4. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 94.

³⁷ COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 4. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. P. 94.

portuguesa e seus habitantes. Misticismo também empregado pelos compradores de escravos para seleção dos mesmo. Como acabamos de observar as escolhas eram regradas sob forte análises, aquilo que o olho conseguia perceber no momento. E aquilo que poderia ser empregado como conhecimento estético do sujeito, uma espécie de medicina medieval mais voltada para o senso comum, tendo fortes indícios de eficácia, levando em consideração a experiência e o conhecimento que possuíam sobre a mercadoria. Segundo Rodrigues:

Para boa parte dos povos do Congo e de Angola, “a cor branca simbolizava a morte; os homens eram pretos, os espíritos brancos” e, por conseguinte, a terra dos brancos era a terra dos mortos.³⁸

Nessa perspectiva, Alencastro faz referência ao franciscano João Antônio Cavazzi, na página (147), de sua obra “O Trato dos Viventes”, argumentando que segundo Cavazzi, na mentalidade de alguns africanos o medo predominava, visto pensarem que, quando chegassem as terras americanas, seriam mortos pelos seus compradores, os quais imaginavam que “seus ossos serviriam de pólvora e seus miolos e carnes para fabricação de azeite que posteriormente seriam vendidos para a África”.

Um século mais tarde, um médico de Luanda confirmava que os escravos continuavam a pensar que seriam devorados pelos brancos do outro lado do mar. Para os nativos de Angola, os verdadeiros canibais eram os brancos da América portuguesa. Por isso, o médico de Luanda considerava como a primeira causa da mortalidade dos africanos antes do embarque “o susto e melancolia”, causados pelo trauma da escravização e da expectativa da deportação.³⁹

Isso talvez tenha sido resultado do grande número de suicídios que ocorriam entre os negros tanto antes dos embarques nos navios negreiros, como em meio ao percurso para as terras da América portuguesa. Na tentativa de se livrarem da morte que segundo eles acreditavam encontrar no Brasil, fugiam para as matas, ou mesmo no processo de embarque se lançavam nas águas ou se matavam a pauladas. Obviamente poderia tudo fazer parte do que os navegadores dos navios negreiros comentavam sobre os nativos antropófagos que habitavam as terras do Brasil. No entanto compunham o imaginário místico de ver as Américas como lugar de morte, onde os que para cá vinham, jamais retornariam em vida. Certamente estariam distantes de seus orixás que não exerceriam poder fora de sua terra madre.

³⁸ RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 242.

³⁹ Cavazzi foi um missionário capuchinho italiano que no século XVII realizou viagens a Angola portuguesa no qual Alencastro faz referência em sua obra: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. Companhia Das Letras, 2000. p. 147.

Segundo Slenes, para os negros da África centro-ocidental, Luanda, Benguela e Norte de Angola, ou mesmo povos que compartilhassem dessa cultura, o barco seria uma espécie de transporte que os levaria ao outro mundo, no caso o mundo dos mortos, identificado simbolicamente pelas Américas, terra dos brancos. A água simbolizava uma passagem ou portal que os transportaria através do barco para o mundo dos vivos ou dos mortos. Daí a palavra “Kalunga” também mesmo sinônimo de “Malungo”, como já mencionamos anteriormente, mais que não só significando apenas “Companheiro da mesma Embarcação”, porém, também como argumenta Slenes, forçosamente simbolizando “Linha Divisória” ou a “Superfície”, que separava o mundo dos vivos daquele mundo dos mortos.

Portanto, atravessar a Kalunga (simbolicamente representada pelas águas do rio ou mais genericamente por qualquer tipo de água ou por uma superfície refletiva como a de um espelho) significava “morrer”, se a pessoa vinha da vida, ou “renascer”, se o movimento fosse no outro sentido.⁴⁰

Informações que chegavam aos negros sobre as Américas eram disseminadas por indivíduos que sempre faziam esse trajeto África/Brasil. Notícias que sempre cruzavam o mar do Atlântico, levando informações da costa africana para os portos brasileiros e vice versa. Nesse ponto, podemos observar o Atlântico como espaço de formação de redes de comunicações que interagiam entre continentes.

Uma maneira eficaz de réassociar os negros recém chegados da África no contexto de trabalho nas fazendas e engenhos de algumas províncias do Brasil, era a seção de açoites sem motivos aparentes, mas, no entanto um costume que se consolidou em práticas cotidianas. Uma forma que servia apenas para legitimar a violência contra indivíduos de cor, somente para estabelecer os lugares sociais de cada sujeito, confirmando a prepotência do senhor de escravo em estabelecer a sua autoridade de mando naquele local. Segundo Alencastro:

Logo que comprados aparecem na sua presença, é manda-los açoitar rigorosamente, sem mais causa que a vontade própria de fazer assim, e disso mesmo se jactam [...] como inculcando-lhes, que só eles [os senhores] nasceram para competentemente dominar escravos, e serem eles temidos e respeitados.⁴¹

Esse método luso-brasileiro mais tarde se afirmaria autenticamente nacional. Dessa forma o recém chegado saberia qual seria seu estatuto e sua posição na hierarquia social. Talvez uma das formas de pensarmos a violência senhor/escravo, era a possibilidade do senhor impor uma amiudada autoridade que em finais do XIX estava aos poucos entrando em declínio, mais que,

⁴⁰ SLENES, Robert W. “‘ Malungu Ngoma Vem’: África encoberta e descoberta no Brasil”, Revista USP, 12 (1991-2), 64-66. p. 53-54.

⁴¹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. Companhia Das Letras, 2000. p. 148.

no entanto, acabava ultrapassando os limites normais do mando, e a dita autoridade se transformava num espaço amplamente marcado pela violência. Segundo Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu:

Deste modo, podemos pensar no ambiente da escravidão, a existência de um domínio exercido por parte dos senhores praticado de forma estratégica, com condutas orientadas no sentido de conter as revoltas internas, as oposições diversas à imposição do poder e a manutenção da ordem no cativo.⁴²

Segundo Russell-Wood, podemos perceber como funcionava a distribuição dos negros africanos que chegavam a costa brasileira, no qual argumenta que:

Durante os séculos XVI e XVII, os maiores núcleos de escravos ficavam na Bahia, em Pernambuco e, em menor grau, no Rio de Janeiro. Em sua maior parte, os escravos eram empregados nos canaviais da zona fértil do litoral. Uma minoria era transportada para o interior para trabalhar nas fazendas de criação de gado das capitânicas da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Piauí.⁴³

A dependência que se tinha de obter-se um escravo era muito grande visto que, até mesmo era possível um negro alforriado ou liberto possuir um escravo. E quando o indivíduo seja ele branco, preto ou mestiço não podia comprar em quantidade, pelo menos um era possível se ter como doméstico, mesmo que, para aluguel, fato corriqueiro que destacaremos no capítulo 2 desse ensaio. Em seu trabalho sobre “Escravos e Libertos no Brasil Colonial”, Russell-Wood destaca que:

Os governadores e vice-reis do período colonial registraram em sua correspondência que o primeiro ato realizados por aventureiros portugueses recém-chegados não era beijar a terra nem dar graças à Virgem pela travessia bem-sucedida, mas sim comprar um escravo.⁴⁴

Existia uma grande dependência de se possuir um cativo, visto que, era ele quem desempenhava as tarefas diárias que um cidadão comum não se dava ao trabalho de fazer. O negro era força motriz geradora de renda e símbolo de poder para quem o possuísse. Ter um escravo sobre seu poder, representava degustar o sabor do mando senhoril. A satisfação de exercer controle sobre outrem, ainda que esse controle para ser consolidado, tivesse que ser regado a castigos e crueldades, para que pudesse ser evidenciado e reconhecido pelo escravo.

⁴² ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. *Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888*. Dissertação (Mestrado) CH/UFMG. Campina Grande, 2011. p. 161.

⁴³ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 55.

⁴⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21.

1.2. O PIAUÍ NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO DA ESCRAVIDÃO

Apesar de estar localizado no noroeste da região nordeste, na época ainda sombra da província do Maranhão até fins do século XVIII e início do XIX, com apenas um pequeno trecho de seu território banhado pelas águas do Atlântico, o Piauí não deixa de ser caminho trilhado pela escravidão.

Ainda sendo um debate pertinente, entender como se deu de fato a introdução escrava em regiões isoladas de difícil acesso no interior do Nordeste, dentre as quais o Piauí, Monsenhor Chaves argumenta que: “Os escravos negros tiveram acesso ao Piauí, pela estrada que ligava a feira de gado de Capoame, na Bahia, à vila da Mocha”.⁴⁵ As dificuldades de se introduzir escravos em solo piauiense eram grandes. As contrariedades de trazer um escravo ou mesmo vários do porto Baiano para as diversas freguesias do Piauí, e entre elas a própria capital que até a primeira metade do oitocentos teve sua sede em Oeiras, eram imensas. Segundo Solimar Oliveira Lima, nesse período havia uma grande dificuldade de navegabilidade dos rios do Piauí, sobretudo, o Parnaíba, e dessa maneira, a forma mais viável seria fazer o trajeto a pé ou no lombo de animais, caminhos que foram se firmando e moldando nosso território. As viagens por vezes eram perigosas, e requeriam maior esforço dos indivíduos:

Dificuldades de navegabilidade em rios, como o Parnaíba e seus afluentes, que colocavam em comunicação grande área do sertão piauiense, fortaleceram, por meio do chão firme, um mecanismo de reafirmação territorial circunscrita aos caminhos do gado. Uma viagem, ao passo dos animais, de Salvador a Oeiras durava cerca de quarenta dias, e nesta, animais e homens estavam sujeitos aos mais variados perigos. Eram habituais os ataques de onças, cobras, insetos variados e a fome.⁴⁶

As precariedades dos caminhos, a falta de estradas, os perigos que solapavam sempre os viajantes, e sobretudo, as longas distâncias que tinham de trilhar, sobretudo, porque por alguns rios a navegabilidade as vezes era precária tornando-se inviáveis, tudo isso não impediu que escravos chegassem as levas, abastecendo fazendas de gado, e compondo o cerne da população piauiense. Negros africanos vindos de diversas áreas da África centro-ocidental abasteciam os portos de Rio de Janeiro e Bahia, de escravos que eram distribuídos principalmente para regiões interioranas das diversas províncias de Norte-Sul do Brasil.

⁴⁵ CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 190.

⁴⁶ LIMA, Solimar Oliveira. O Piauí, os negros escravizados e outras mercadorias no processo de controle português dos sertões nordestinos e do norte do Brasil (séc. XVII - séc. XVIII). In: LIMA, Solimar de Oliveira, SILVA, Rodrigo Caetano (Org.) *Norte ao sul: escravidão do Brasil séc. XVI – séc. XIX*. Teresina: EDUFPI, 2018. p.318.

O surgimento das primeiras fazendas de gado no Piauí se deu com a chegada do então bandeirante Domingos Afonso Mafrense por volta de 1674, que por sua vez desbravou estas terras até então povoadas por diversas etnias indígenas, dentre as quais poderíamos destacar os Pimenteira, os Tabajara, os Jaicó, os Timbira, os Gueguê, os Tremembé e os Acroá.⁴⁷ E dessa maneira consolidou suas posses através da constituição de mais de 30 fazendas de gado no Piauí. Segundo Solimar Oliveira Lima:

Os animais, levados e vigiados pelos homens, buscavam maiores espaços para reprodução. Os criadores seguiam atrás, tomando posse de vários territórios. Dos latifúndios extraíram riqueza e poder, estalaram fazendas, povoaram as novas terras. O Piauí surgiu, assim, dos caminhos trilhados pelo gado.⁴⁸

As incursões de Mafrense pelo interior do território hoje conhecido por Piauí, renderam-lhe a alcunha “sertão”. Dentre suas fazendas destaca-se a fazenda da Mocha que mais tarde veio a tornar-se vila, denominada Oeiras, e posteriormente a capital do Piauí. Em Junho de 1711 o sertanista falece em Salvador, Bahia, deixando suas posses para os padres Inacianos. Segundo Solimar:

Ao patrimônio herdado foram acrescentadas outras fazendas, totalizando 39 unidades produtivas, todas assentadas no trabalho escravizado. Passadas quase duas gerações sob a tutela divina, a 10 de Março de 1760, o então governador do Piauí, João Pereira Caldas, cumpriu ordens do Marquês de Pombal, confiscou os bens administrados pela companhia, prendeu os jesuítas e os remeteu à Bahia.⁴⁹

Segundo Solimar,⁵⁰ sob essa nova administração, as propriedades passaram a ser chamadas de Fazendas do Real Fisco ou Fazendas do Fisco, e essas mesmas fazendas foram divididas em três inspeções (Canindé, Nazaré e Piauí), sendo nomeado um inspetor para cada inspeção e um criador para cada fazenda.

A inspeção de Nazaré estava localizada ao longo do rio Parnaíba e era constituída pelas fazendas Tranqueira de Baixo, Gameleira, Guaribas, Matos, Lagos de São João, Olho d’Água, Mocambo, Serrinha, Jenipapo, Algodões e Cataréns. Já a inspeção de Canindé que se localizava na região do rio Canindé abarcava as fazendas de Ilha, Pobre, Baixa dos Veados, Sítio, Tranqueira, Poções, Saco, Saquinho, Castelo, Buriti, Campo Largo e Campo Grande. E por fim,

⁴⁷ Sobre as etnias indígenas que habitavam o território piauiense antes da chega dos primeiros colonizadores, ler a obra: BORGES, Jóina Freitas. *A História Negada: Em Busca de Novos Caminhos*. Teresina: FUNDAPI, 2004. p. 79.

⁴⁸ LIMA, Solimar Oliveira. *História: Debates e Tendências* – V. 7, n. 2, Jul./Dez.2007, p. 138-154, pub. No 2º sem. 2008. p. 138.

⁴⁹ LIMA, Solimar Oliveira. *História: Debates e Tendências* – V. 7, n. 2, Jul./Dez.2007, p. 138-154, pub. No 2º sem. 2008. p. 139.

⁵⁰ LIMA, Solimar Oliveira. *História: Debates e Tendências* – V. 7, n. 2, Jul./Dez.2007, p. 138-154, pub. No 2º sem. 2008. p. 139.

a inspeção Piauí, que por sua vez fica às margens do rio Piauí, era formada pelas fazendas Salinas, Brejinho, Fazenda Grande, Boqueira, Gameleira, Caché, Cachoeira, Espinhos e Julião.

Ao final dos laços coloniais, essas propriedades tornaram-se da nação, logo seus escravos foram libertos pela lei do Ventre Livre de 1871. No que diz respeito ao processo que se deu para que essas propriedades tornassem da Nação, Alcebíades argumenta que logo após a expulsão dos padres Jesuítas, “[...] seus bens foram confiscados e incorporados ao patrimônio da Coroa. Após a emancipação política do Brasil, esses bens passaram a fazer parte dos bens do Estado brasileiro”.⁵¹ Esse patrimônio correspondia a fazendas de gado vacum, cavalar e muar, sobretudo, escravos e roçados.

A partir de Solimar, podemos pensar as incursões colonizadoras de Domingos Afonso Mafrense como elemento de contribuição para dois processos históricos no Piauí. Um deles foi a ocupação do território. E o segundo processo teria sido a introdução do trabalho escravo que de início teria se dado com os nativos, e posteriormente se consolidado com a inclusão do trabalho escravo do negro africano. A ocupação do território caracterizou-se pelo domínio privado, que através da administração dos sertanistas, possibilitou a utilização e generalização da mão de obra escrava, fortalecendo a indústria do trabalho escravo na sociedade piauiense em formação. Tanto a introdução como a generalização dessa forma de trabalho forçado formou a estrutura subserviente no Piauí.

Segundo Solimar, já no nascimento os escravos do sexo masculino estavam predestinados ao ofício de vaqueiro, tanto para vigiar como para transportar grandes boiadas para outros destinos.

Aos doze anos de idade o negrinho era considerado adulto, e já desenvolvia o ofício de vaqueiro, no entanto, esse mesmo vaqueiro poderia ser deslocado para outras tarefas ou funções dado as necessidades da fazenda. Sobre isso argumenta Solimar:

A fazenda era terra onde os homens nasciam vaqueiros. Para a administração das propriedades, ser vaqueiro era a vocação natural dos trabalhadores. Era para conduzir e vigiar os rebanhos que os “filhos machos” nasciam e cresciam. Assim, tornou-se costume a designação “vaqueiro” para os homens, inclusive crianças com meses de idade(...)⁵²

⁵¹ COSTA FILHO, Alcebíades. Atividades econômicas e sociedade. In: *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. p. 31.

⁵² LIMA, Solimar Oliveira. História: Debates e Tendências – V. 7, n. 2, Jul./Dez.2007, p. 138-154, pub. No 2º sem. 2008. p. 141.

Sobre as moradias desses escravos, Solimar, argumenta que moravam em casas de palha, denominadas senzalas:

As casas eram como as dos sertanejos pobres da região e não passavam de um rancho com cobertura e paredes feitas de palhas ou taipas, quase sempre incompletas. Apresentavam pouca ou nenhuma divisão: um “vão” servia de porta e não possuíam janelas. Eram adequadas para o verão e em “nada protegiam nos períodos das chuvas pelas aberturas nos lados”. O piso úmido, de “chão batido”, não raro virava lama no inverno.⁵³

Segundo as descrições acima, podemos perceber que viviam precariamente em ambientes insalubres, amontoados num pequeno espaço com pouca circulação de vento, possibilitando assim a proliferação de moléstias. As péssimas condições resultava muitas vezes na morte do escravo. Segundo Chaves:

A mortandade entre escravos era grande. Nas fazendas e nos sítios eles não tinham dormida nem roupa suficiente que os cobrisse. Já sendo pouco cuidadosos de si, nem mesmo procuravam evitar o que lhes fazia mal. Pelo contrário, desejavam as moléstias para terem algum descanso. E todas elas eram devidas ao mau tratamento.⁵⁴

As mazelas que se abarrotavam aos seus modos de vida nas fazendas, os destituíam de uma vida minimamente digna, fato que levado a isso, explicaria as fugas e revoltas. Para além da forma de vida bastante rudimentar e precária, outro ponto a se destacar no que diz respeito a condição do escravo, seria a maneira em que se trajavam nas fazendas da Nação. Sobre o assunto, Lima acrescenta que “Os trabalhadores andavam “quase nus”. Os homens raramente portavam camisas. Desde de crianças usavam ceroulas ou calças. As mulheres vestiam saia e blusa – tudo “muito gasto e velho” e, certamente, muito sujo”.⁵⁵

Podemos observar que havia uma insuficiente distribuição de tecidos para a confecção de roupas mais adequadas para a vestimenta do escravo, sendo que em muitos casos utilizava-se sacos ou riscados que armazenavam farinha, para confecções de roupas. Para completar o descaso, havia uma raquítica e péssima alimentação que resumia-se em carne seca e farinha. Segundo Lima “As comidas, nas fazendas, nas tropeadas, nos hospitais e nos serviços públicos, eram basicamente carne de gado e farinha de mandioca”.⁵⁶

⁵³ LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passos Fundo: UPF, 2005. p. 133.

⁵⁴ CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. p. 195.

⁵⁵ LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passos Fundo: UPF, 2005. p. 134.

⁵⁶ LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passos Fundo: UPF, 2005. p. 134.

Já em meados do século XIX, a situação do escravo no Piauí, em condições de escravo das fazendas da Nação, implicava relações diferenciadas, visto que o senhor da fazenda não era uma pessoa física, no entanto, funcionários pagos pelo governo para desempenharem a função. Sendo assim, era corriqueiro as reclamações e denúncias feitas principalmente por escravos, em decorrência de maus tratos e abusos por parte desses funcionários. Segundo Alcebiades:

Desta forma, a condição de escravo nacional implicava relações diferenciadas, porque o senhor não era uma pessoa física, mas representado na fazenda por funcionários pagos pelo governo Provincial. Esses administradores muitas vezes eram punidos por tratarem mal os escravos.⁵⁷

Era importante o escravo conhecer os direitos pelos quais o representava, sobretudo, porque eram esses direitos a única coisa que tinham como aliados contra os maus tratos. Denunciar a violência sofrida poderia ser um ato de resistência ao sistema escravagista já na segunda metade do século XIX. Segundo Sidney Chalhoub:

Os escravos aprenderam a fazer valer certos direitos que, mesmo se compreendidos de maneira flexível, eram conquistas suas que precisavam ser respeitadas para que seu cativo tivesse continuidade: suas relações afetivas tinham de ser consideradas de alguma forma; os castigos precisavam ser moderados e aplicados por motivo justo.⁵⁸

A possibilidade da denúncia, ainda era algo que estava um pouco distante dos cativos das fazendas particulares no Piauí. Mesmo que esporadicamente tendo a chance de poder fazer alguma denúncia, dificilmente seriam atendidos. Já os escravos da Nação usufruíam de um maior estado de liberdade. Somado a isso, também tinha o direito a quarta (direito concedido aos escravos de receberem uma cria a cada quatro crias nascidas nas fazendas).

Esse direito a quarta, desenvolveu-se como uma forma encontrada pelo poder vigente para canalizar sob o filtro de controle de massas, todas as inquietações e ânimos dos negros cativos, para que dessa maneira pudessem mantê-los sob controle parcial, e de certa forma, promover nos cativos uma pseudo ilusão de autonomia e menos exploração, sobretudo porque serviria como controle e disciplina dos escravos. Segundo Solimar “O sistema era na verdade, uma falácia. Visava criar no trabalhador escravizado a ilusão de poder apropriar-se de parte de seu trabalho e de ser um trabalhador escravizado menos explorado”.⁵⁹

⁵⁷ COSTA FILHO, Alcebiades. Atividades econômicas e sociedade. In: *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006. p. 31.

⁵⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 59.

⁵⁹ LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passos Fundo: UPF, 2005. p. 117.

Chaves aborda que, a escravidão no Brasil dividia-se em duas fases, sendo a primeira no período colonial marcada pela violência e pelas crueldades e castigos, em um regime a ferro e fogo. Em contra partida, na segunda fase que tinha início com o império, Chaves traz uma visão oposta a primeira, argumentando que a situação foi bem mais branda em alguns momentos. Segundo ele, o negro cativo abusava dos bons senhores, como também da sociedade piauiense, que sempre se colocou ao lado do escravo. Nesse ponto, podemos perceber que Chaves traz uma visão tão paternalista quanto branda da escravidão no período do Império, que mudando os papéis, coloca agora o escravo enquanto indivíduo astuto e enganador, em contrapartida a um senhor bondoso e generoso. Essa visão paternalista talvez pudesse ser compartilhada por Gilberto Freyre na sua obra “Vida Social no Brasil em meados do século XIX”, numa tentativa de tornar ameno um sistema extremamente violenta, que em muitos casos foi a relação senhor/escravo. Nas palavras de Freyre:

[...] a escravidão no Brasil agrário-patriarcal pouco teve de cruel. O escravo brasileiro levava, nos meados do século XIX, vida de quase anjo, se compararmos sua sorte com a dos operários ingleses, ou mesmo com as dos operários do continente europeu, dos mesmos meados do século passado. Sua vida – tudo o indica – era também bem menos penosa que a dos escravos nas minas da América espanhola e nas plantações, quando mais industriais do que patriarcais, da América inglesa e protestante.⁶⁰

Partindo da visão que tinha de grandes engenhos açucareiros e fazendas de famílias patriarcais abastadas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, onde muitas vezes o tratamento dispensado ao escravo em alguns casos era menos rígido. Gilberto Freyre deve muito seu ponto de vista aos relatos absorvidos de alguns viajantes do século XIX, que em boa medida, trouxeram um certo abrandamento ao sistema escravagista brasileiro ou mesmo não tiveram o interesse de centralizar esses sujeitos como protagonistas vitimados da barbárie no contexto da escravidão nas fazendas. As produções de muitos viajantes visavam um público alvo da alta sociedade europeia que não estavam interessados nem um pouco em saber sobre a vida dos cativos aqui nas Américas, visto a omissão de muitas informações sobre os mesmos. O exótico era mais interessante e atrativo, a curiosidade de ler descritivamente sobre essas personagens era muito mais importante do que a sensibilidade de se compadecer, de sentir a dor do outro. Dessa forma Freyre teceu seu ponto de vista da relação senhor/escravo. A partir desse olhar ele inaugura um modelo de escravidão no Brasil que torna-se espaço de debates e críticas para novos olhares que se refazem e revisam a historiografia da escravidão.

⁶⁰ FREYRE, Gilberto. Vida Social no Brasil nos meados do Século XIX. 4. Ed. Revista, São Paulo: Editora Global, 2008. p. 79.

Quando partimos dos anúncios de jornais oitocentistas que analisaremos mais densamente no capítulo 2 dessa pesquisa, já de antemão, podemos perceber que as relações senhor/escravo foram muitas vezes tensas e belicosas, perfazendo um cenário de conflitos e violências.

Segundo Freyre, houve o que podemos chamar de oportunismo e projeção através dos propagandistas antiescravistas brasileiros que abraçaram os discursos ingleses de ante escravismo, principalmente nos jornais da época, que por sua vez, muito discorriam o duro tratamento dispensados aos escravos no Brasil. Segundo Freyre “esses argumentos foram posteriormente reproduzidos por oradores brasileiros no intento de gloria pessoal ao abraçarem as causas humanista da escravidão”.⁶¹

Luiz Mott destaca que, no que diz respeito as condições do escravo no Piauí, as vivencias e as condições de trabalho do negro cativo nas áreas pastoris e agrícolas piauienses eram mais amenas do que nos engenhos, até mesmo a perspectiva de alforria nas zonas de pecuária eram maiores. Segundo Mott “Parece que as condições e as relações de trabalho, assim como as perspectivas de alforria eram muito melhores na zona pecuária do que nos engenhos de açúcar”.⁶²

No entanto essa visão tendida ao abrandamento da escravidão se comparada em um segundo momento quando ele traz a luz da historiografia a conhecida carta da escrava Esperança Garcia, que por sua vez, denuncia os maus tratos dispensados a ela, a seus filhos e aos demais escravizados da fazenda do Real Fisco. Na página 141 de sua obra “Piauí Colonial”, Mott destaca um trecho da dita carta que diz:

[...] há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peiada. Por misericórdia de Deus escapei [...]⁶³

Essa carta escrita por Esperança Garcia no século XVIII, despertou muitos debates, visto que também tornou-se um referencial para o dia da “Consciência Negra”. Podemos perceber que a escrava não só era consciente dos direitos que a regia, como também tinha um domínio da escrita, bem como, da leitura. Isso foi um fator importante para que sua denúncia pudesse ser atendida.

⁶¹ FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos meados do Século XIX*. 4. Ed. Revista, São Paulo: Editora Global, 2008. p. 79.

⁶² MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN. 2010. p. 116.

⁶³ MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN. 2010. p. 141.

No que tange ao tratamento dispensado ao cativo tanto nas fazendas nacionais como nas particulares, Tanya Brandão argumenta que, nas fazendas nacionais os negros cativos gozavam de maiores privilégios e regalias do que nas fazendas privadas. Segundo Brandão, nas fazendas particulares a violência e os maus tratos eram maiores e mais frequentes, visto que os senhores estavam sempre presentes acompanhando passo a passo o trabalho de seus escravos:

Quando se pretende estudar o funcionamento da escravidão no Piauí, faz-se necessário observar, em primeiro lugar, que, de acordo com o tipo de proprietário, existiam pelo menos dois grupos de escravos: um composto por cativos pertencentes à Coroa e outro que abrangia os de propriedade de particulares. Este fato implicaria na vigência de pelo menos dois tipos de tratamentos. [...] Quanto ao tratamento dispensado ao escravo do fisco, ocorria fator interessante que provavelmente implicaria em forma menos violenta⁶⁴

Possivelmente os escravos das fazendas públicas gozavam em certa medida de maior liberdade e autonomia, segundo a possibilidade que a escrava Esperança Garcia obteve, de não somente escrever uma carta, como ter consciência que a mesma carta seria entregue nas mãos certas e seria lida. Nas fazendas nacionais, não existia a presença física de um senhor, logo esse ônus era dispensado a administradores que em caso de maus tratos aos escravos, eram por vezes punidos.

As violências entre senhor/escravo eram elementos presentes no cotidiano oitocentista na província do Piauí, sobretudo, porque nesse momento as denúncias de maus tratos a escravos, principalmente de fazendas particulares eram frequentes. Em pesquisa encontramos no periódico “A Imprensa”: Periodico Politico de 19 de setembro de 1869, a ação violenta do coronel Clementino de Sousa Martins, neto do Visconde da Parnahyba, que segundo consta inúmeras denúncias de agressões, violências e até homicídios cometidos pelo mesmo, inclusive acusado de matar a socos seu próprio avô já idoso. Para além de vários crimes, o coronel Clementino foi acusado de maus tratos a um escravo de sua propriedade:

O escravo Francisco perna, além de sua triste condição, soffreu o rigor da ferocidade do coronel Clementino, sucumbindo pouco depois de passar pela castração, que de ordem sua lhe foi executada; e implorando a justiça dos céos também por sua vêz o amaldiçoou.⁶⁵

Segundo a descrição, o negro cativo veio a sucumbir após a agressão, ou seja, podemos entender que o cativo não resistiu ao ferimento após ter passado pela castração, e possivelmente veio a falecer momentos depois da atrocidade. E se muito não tivesse falecido, ficaria impossibilitado de procriar.

⁶⁴ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. O Escravo na Formação social do Piauí. Teresina: EDUFPI, 1999. p. 158-160.

⁶⁵ A IMPRENSA: Periodico Politico. Teresina, 19 de Setembro de 1869. Edição de número 217.

São numerosas as notícias nos periódicos oitocentistas no Piauí sobre crimes e violências praticadas contra escravos. Em Teresina, temos abundancia desses relatos. No Jornal “A Epoca (Orgão do Partido Conservador)”, que em seu primeiro ano, sendo publicado uma vez por semana, encontramos variadas notícias acerca de crueldades contra escravos. Dentre várias denúncias abordadas pelo jornal, podemos destacar a seguinte:

Foi levado a presença do Dr. Chefe de polícia, no dia 11 deste mês, um escravo – surrado por tal forma a causar horror a todos quando o virão. Veio do sítio Altamira, de propriedade o senhor tenente-coronel Miguel Pereira de Araújo, onde fora o infeliz amarrado a um banco por um filho do referido tenente-coronel e desumana e barbaramente surrado. As regiões dorsal, torácica e abdominal do miserável escravo apresentam as mais horríveis cicatrizes. A região frontal - grandes echymose produzidas pelos saltos de sapatos como referido pelo mesmo escravo. As pernas e braços também apresentam grandes sinais profundos de relho! O infeliz, apesar de moço e de constituição vigorosa, mal pode andar! E tanta crueldade foi posta em pratica por causa de um furto de uma espiga de milho! O infeliz escravo é de propriedade de uma órfã, filha do finado capitão Boa-vista. Razão demais para ser punido o autor do atentado. Consta-nos já ter sido feito o exame de corpo de delito em vista do qual o delinquente não pode se eximir a punição, se o patronato e a proteção ao crime não vier alçar o colo contra os reclamos da justiça social. Aguardamos o Resultado⁶⁶

Nesse relato podemos observar que o motivo que ocasionou o cruel castigo estava relacionado intrinsecamente a um furto de uma espiga de milho. Sendo pois o negro cativo espancado, resultando-lhe em hematomas e cicatrizes. Esse relato para além de nos mostrar um pouco o cotidiano da sociedade piauiense de oitocentos, também nos apresenta o espasmo social diante da situação do escravo. Poderia estar se perfazendo naquele momento nas entre linhas do fato relatado, o repudio de uma sociedade diante da crueldade exercida pelo senhor ao seu escravo? Ou mesmo simbolizava resquícios de um Brasil Colonial se reinventando na ponta dos chicotes e nos severos castigos? No entanto, será que foi simplesmente o furto da espiga a motivação dos castigos? Ou poderá ter sido o ódio alimentado por décadas sobre pessoas de cor, que motivou a atitude degenerada contra o escravo? No relato o nome do desafortunado não é mencionado, nem características físicas que pudéssemos identificá-lo para além de ser um negro jovem e vigoroso, no entanto como forma de protesto, o Jornal traz amiúde a descrição dos hematomas e a maneira como foram ocasionados. Destacando também a localidade de onde residia e o nome de seu proprietário. Talvez a reação da sociedade já apontava para a falência e a insubordinação de um sistema servil que já estava em bancarrota nos fins do XIX.

⁶⁶ A EPOCA: Orgão Conservador. Teresina, 14 de Dezembro de 1878. Edição de número 37.

Identificamos essa matéria como um posicionamento do próprio Jornal “A Epoca”, que também serviu pelo mesmo como gancho para protestar contra a própria justiça vigente, e o sistema escravagista como um todo, visto ter como lema a seguinte frase em seu caput: “jornalistas do mundo inteiro: despi-vos dos preconceitos nacionais, denunciad todos os crimes e nomeai os criminosos”. Já indícios de novos tempos que apontavam para a inevitável abolição. Será que poderíamos cogitar que o jornal estava representando o sentimento de insatisfação daquela sociedade? Não temos respostas prontas e acabadas sobre os questionamentos feitos, mais que isso não significa que sejam retóricas, mais que possam ser respondidas a luz de pesquisas futuras e revisionismos posteriores.

No entanto, as denúncias não pararam por aí, o mesmo jornal “A Epoca”, nos traz mais uma notícia de violência cometido contra um escravo em Teresina já na segunda metade do século XIX. Faz-se certa a afirmação em que Chaves,⁶⁷ ressalta que a imprensa delatava impiedosamente a culpa por práticas de maus tratos aos escravos. Segundo o jornal A Epoca:

Barbaridade - Há cinco ou seis dias, cremos que na noite de 9, o sargento de polícia Marcelino Castelo Branco, rondando a cidade, encontrara um indivíduo que trazia ao pescoço uma coleira de ferro, visível por causa de uma ponta que se elevava de um lado, e mandara-o recolher a prisão. No dia seguinte, levado o preso a polícia, pelas indagações procedidas e pela confissão que fizera, soube-se que era escravo do senhor coronel comandante superior das Vilas das Barras, Manoel Rodrigues Lages; que dali da casa de seu senhor, fugira com designo de vir a esta cidade queixar-se as autoridades dos bárbaros castigos que recebia. E de feito, o pobre e miserável escravo estava de causar dó! Tinha as costas e as nádegas horripelantemente rasgadas pela ação do chicote! E estas, além disso, profundamente golpeadas por navalha ou faca bem amolada! A polícia satisfez-se sem horrorizarse o deplorável estado dessa criatura, e a providencia que tomou foi enviá-lo em paz ao seu desumano senhor⁶⁸

Alguns pontos interessante a se observa é que, embora, o negro fujão encontrando-se bastante ferido pelos castigos infligidos por seu senhor, ele foi colocado na prisão sem qualquer cerimônia ou compadecimento por parte dos policiais que percebendo o estado deplorável em que o escravo se encontrava, não tomaram qualquer providencia a respeito. Depois de ter passado um dia na prisão, foi constatado que o mesmo havia fugido para a cidade simplesmente pelo fato de prestar queixa contra as crueldades sofridas na fazenda onde residia, e mesmo assim o negro cativo foi novamente reenviado para o seu almoz. É possível notar no relato a satisfação da polícia e o sentimento de dever cumprido em devolver o escravo para sua fazenda, mesmo sabendo das crueldades que o negro era vítima. Por outro lado, havia a necessidade de

⁶⁷ Sobre o assunto ler da página 190 a 202 da obra: CHAVES, Monsenhor. Obra Completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

⁶⁸ A ÉPOCA- órgão conservador. Teresina, 18 de setembro de 1880. Ano: III. Edição de número 126.

cumprimento da lei por parte dos policiais, em boa medida, porque o desacato dos mesmos poderia representar-lhes punições severas. Isso olhando por outro ponto de vista, possa justificar a ação da polícia, na devolução do escravo. O estado em que o escravo foi encontrado simbolizava a face cruel do sistema servil no Piauí. As marcas que o negro carregava no corpo eram retratos da resistência ao cativo. Segundo Sharyse Amaral:

É evidente que o nível de aceitação dos castigos variou em função do tempo e do espaço. No final da escravidão, quando passaram a ter direitos reconhecidos por lei, os escravos de diferentes pontos do Império fugiram para procurar a polícia e se queixar contra os castigos recebidos pelos seus senhores⁶⁹

No final da escravidão, conscientes de alguns direitos estabelecidos em lei, era possível notar vários escravos que fugiam de suas fazendas, para reclamar as autoridades serem vítimas de maus tratos. Mesmo que na maioria das vezes não surtisse efeito. Segundo Amaral:

Mesmo não sendo condenado, a possibilidade de condenação e a exposição pública em um momento de legitimação da escravidão serviam como um freio à justiça privada do senhor. Era como um aviso para que este não reincidisse no crime.⁷⁰

No caso do escravo do coronel Manoel Rodrigues Lages, a denúncia feita pelo seu escravo por conta de maus tratos e castigos não surtiu efeito, visto que, após ficar um dia detido na cadeia, foi reenviado novamente para seu algoz. No entanto, a denúncia era uma ferramenta de que naquele momento dispunham o escravo, que como disse Amaral, servia como um freio à justiça privada do senhor. Ao procurar as autoridades, o escravo estava consciente das mudanças sociais e transformações que estavam ocorrendo de um direito público que estava avançando em territórios da justiça privada, na linha da lei do Ventre Livre, lei dos sexagenários e da reforma da legislação penal. Essas leis promoveram rachaduras no sistema escravagista, que segundo Joseli Mendonça ao analisar a lei dos sexagenários afirma que “essas leis trouxeram também alterações positivas para a vida dos escravos e fizeram parte do processo de afrouxamento da escravidão”.⁷¹ Dessa forma podemos entender, segundo Mendonça, que essas leis possibilitaram a diminuição gradativa do domínio do mando dos senhores sobre os seus escravos e no questionamento da legitimidade da propriedade escrava.

⁶⁹ AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Resistência e Liberdade em Sergipe: Continguiaba, 1860-1888*. Tese de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador, 2007. p. 102.

⁷⁰ AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Resistência e Liberdade em Sergipe: Continguiaba, 1860-1888*. Tese de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador, 2007. p. 112.

⁷¹ MENDONÇA, Joseli M. Nunes. *Entre as mãos e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999. p. 207

CAPÍTULO II

1 ESCRAVOS EM ANÚNCIOS DE JORNAIS NO PIAUÍ OITOCENTISTA

O sistema escravagista no Piauí foi um reflexo a seu modo da escravidão instaurada no Brasil no período colonial. Esse sistema de cativo tem despertado o fascínio de muitos historiadores que a luz das fontes se debruçaram nesses estudos, onde um grande número de produções historiográficas foram e ainda são escritas, repensando as relações senhor/escravo tanto nas fazendas, engenhos e nas cidades. Nesse capítulo tentaremos propor a luz das produções historiográficas como Gilberto Freyre, Solimar de Oliveira Lima, Monsenhor Chaves, Tanya Brandao, Lilia Moritz Schwarcz, Emília Viotti, Mairton Celestino, Francisca Raquel, enfim, dentre outros não menos importantes, que nos darão suporte para tratarmos mesmo que, grosso modo, das relações senhor/escravo no Piauí de oitocentos, tendo como fonte os anúncios de vendas, compras e fugas e alugueis de escravos de alguns periódicos que circularam no Piauí nesse período, em cidades como Teresina, Oeiras, dentre outras, bem como, pensando os anúncios como espaços de resistência e representação do escravo, em uma trama que desembocara na abolição total do sistema servil.

1.1 . AS DIVERSAS REPRESENTAÇÕES DOS ESCRAVOS EM ANÚNCIOS DE JORNAIS DE 1848-1885 NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ

Como já bem observamos, no Piauí de oitocentos a escravidão se enraizou profundamente no cerne da sociedade. Seria impossível dissociar a escravidão, da sociedade que se molda no século XIX, e anterior a ela. A escravidão fazia parte do cotidiano, era algo natural e perfeitamente concebível naquele contexto, sobretudo, porque possuir um escravo era como possuir um gado vacum, muar ou cavalar. E isso é algo a se levar em consideração na construção de qualquer pensamento historiográfico sobre a escravidão que parte do presente, para se pensar o passado.

Entre as diversas possibilidades de pensar a escravidão, temos os anúncios de jornais de circulação do século XIX. Esse tema nos propõe repensarmos o contexto escravagista instaurado no Piauí oitocentista, bem como, nos motiva fazermos uma abordagem bem mais criteriosa, visto sua importância historiográfica. É importante entendermos os motivos que levavam as fugas desses escravos e sobretudo, as formas que eram descritos nos anúncios.

Partilhamos da ideia proposta por Gilberto Freyre a quem primeiro deu voz aos anúncios de jornais sob um olhar antropológico e social ainda na primeira metade do século XX, advindo daí muitas outras propostas de estudos sobre a escravidão no Brasil partindo da premissa dos anúncios em jornais oitocentistas. Segundo a historiadora Heloisa Souza Ferreira:

A proposta de Freyre abriu caminhos para que outros trabalhos pudessem se valer dos anúncios de escravos como fontes para se estudar a escravidão, a exemplo desta comunicação, que, ao “dar voz aos anúncios” também dá “voz ao dono”, pois, mais do que uma descrição do escravo, os anúncios representam uma definição do evadido que é feita de acordo com as convicções da elite senhorial, já que os anúncios nos deixam pistas dos sentimentos específicos de cada senhor.⁷²

Nos chamou atenção perceber que os anúncios de escravos estavam sempre presentes em jornais das principais cidades do Brasil oitocentista, sobretudo no Piauí, cidades como Teresina, Oeiras, Parnaíba, dentre outras. É notório que esses anúncios tornaram-se cada vez mais tímidos e discretos com a proximidade da abolição da escravatura. Nos periódicos aqui analisados, era comum os anúncios quase sempre estarem localizados na última página, e geralmente no final da última coluna, com letras não tão mais chamativas, exceto em alguns títulos de PROCURAR-SE, PRECISA-SE, VENDE-SE, que em alguns casos tinha a finalidade de cativar a atenção do leitor, e na maioria das vezes ao lado de outros anúncios como propagandas de sapatos, roupas de grife, chapéus, lotes de terra, remédios milagrosos, casas de tipografias, etc. Os anúncios em sua maioria, eram de fugas de escravos, senhores descrevendo seus negros da forma mais real possível, no intuito de reavê-los, para tanto, propondo recompensas para quem os capturasse. Em outros momentos os anúncios publicavam a venda, a troca e até mesmo o aluguel dos cativos.

A escravidão no Piauí de oitocentos, correspondia a um sistema de servidão característico do trato com o gado em uma zona de produção pastoril, sobretudo regido de um sistema rigoroso que tendia por vezes sulcar até as últimas forças vitais dos escravos. Esse sistema correspondia em castigos, maus tratos, e por vezes a morte, deixando assim transparecerem nos noticiários da imprensa. Levando em consideração os maus tratos, os escravos se utilizavam das fugas como uma forma de resistência, visto a crueldade e o peso da servidão. Esses periódicos funcionavam como mecanismos de diversas representações da imagem dos negros, uma espécie de retrato falado, verdadeiras ferramentas utilizadas pelos senhores para reaver seus fujões e para comercialização de escravos, tanto compra como venda dos mesmos. Serviam também

⁷² FERREIRA, Heloisa Souza. *O olhar do estabelecido: A imagem do escravo produzida pelos senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888)*. Artigo, Seminário Nacional da pós graduação, UFES, 2011, p. 02.

como formas de denúncias de maus tratos, de castigos cruéis e excessivos, de reivindicações sociais contra o sistema escravagista, visto alguns jornais serem de cunho abolicionista. No entanto, também abordavam crimes cometidos pelos escravos aos seus senhores e vice versa, dentre outros universos de assuntos. Alguns matavam seus senhores, outros fugiam levando roupas e utensílios dos mesmos, outros fugiam para os quilombos, vez em quando formavam grupos com outros negros fujões para assaltos nas estradas, sobretudo, para adquirirem dinheiro suficiente para comprar suas alforrias. Era comum também a fuga para as cidades, ou mesmo para procurar apadrinhamento com outros senhores.

Neste capítulo, trataremos das relações senhor/escravo ocorridos por volta do século XIX, mais precisamente no recorte temporal de (1848-1885) na província do Piauí, bem como das representações dos escravos nos anúncios de circulação desse período. Analisaremos as fugas enquanto forma de resistência a escravidão. Para tanto, teremos como fonte de pesquisa alguns periódicos oitocentistas que circularam no Piauí. Dentre estes periódicos nos propusemos destacar os que conseguimos obter em nossa busca: (*A Imprensa: periódico político de 1865-1885 e Órgão do Partido Liberal, A Opinião Conservadora: de 1874-1876, A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial de 1849, O Escolastico de 1849, O Governista de 1848, O Piauí de 1869-1873, A Epoca: órgão conservador de 1878-1879*).

A imprensa piauiense surgiu tardiamente, dado ao atraso e abandono em que encontrava a província. Composta por intelectuais egressos de longas jornadas de estudos fora do Piauí, se utilizavam dos jornais como forma de defesa dos interesses particulares de suas famílias, utilizando-se dos mesmos também como mecanismos de legitimação e divulgação para embates que aconteciam nos cenários políticos. No Piauí oitocentista cada família de classe alta compunha um partido, e cada partido tinha seu jornal. Sendo que cada família ocupava seu lugar na sociedade e no poder e se utilizava dos jornais como apoio aos seus posicionamentos. Dessa maneira os jornais tornavam-se espaços de discussões e disputas políticas. Numa sociedade que somente uma pequena minoria tinha o acesso a instrução e a leitura, em boa medida, uma pequena elite, e isso se refletia não apenas na manipulação das informações, bem como, também especificava quem iria ou não ler. Esses jornais eram adquiridos por poucos que poderiam pagar por sua assinatura, sobretudo, porque demonstravam um sistema de triagem social, ou seja, quem deveria ou não estar informado, quem participava ou não da vida política da província. Demandava também certo símbolo de prestígio, quem o assinava. Nessa perspectiva, nada melhor do que utilizar o jornal, como mecanismo de veiculação de anúncios de escravos, tanto da venda como das fugas, sendo o jornal um meio informativo público ou

particular de ampla circulação. Sendo pois o escravo patrimônio valioso de seu senhor, que correspondia a um interesse particular e ao mesmo tempo público, visto que, representava uma força motriz que movia a economia da província. E em outro momento também símbolo de status social.

Segundo Tanya Brandao, a escravidão estava no cerne da população Piauiense desde meados do século XVIII, quando se tornou processo fundamental na organização dessa sociedade, e na formação do contingente populacional que era composta tanto de negros, brancos, índios e mestiços:

Com o crescimento da pecuária e desenvolvimento da sociedade, deu-se a consolidação do regime de trabalho escravo. Observa-se que durante o século XVIII o escravismo tornou-se elemento fundamental na organização social do Piauí. A escravidão não apenas compartimentava a população em dois grandes grupos, o de escravos e o de livres, mas também determinava o lócus social de cada pessoa conforme sua condição jurídico-social.⁷³

Nessa sociedade, possuir escravos era símbolo de poder, o escravo representava uma peça muito valiosa para o senhor da terra, logo desfazer dessa relíquia em condições normais estava fora de cogitação, no entanto, o aluguel de escravos representava parte daquele cotidiano, visto ser uma possibilidade a mais do senhor angariar maior recurso com seu escravo. Segundo Marcus J.M. de Carvalho:

Os "negros de ganho" (ou "ao ganho") mais rentáveis e da confiança do senhor por vezes moravam fora da residência senhorial, pagando o que lhes era exigido em prazos determinados, geralmente de uma semana. Havia proprietários que viviam dos seus negros de ganho e/ou de alugar seus cativos. Até as crianças eram aproveitadas em tarefas menos qualificadas, servindo de brinquedo para meninos da classe senhorial, como "moleque de recado" ou pajem.⁷⁴

Nessa perspectiva Rodrigo Caetano Silva, abordando sobre o trabalho escravo na cidade de Teresina do século XIX, complementa o argumento acima, destacando que:

Os escravos de ganho eram aqueles que recebiam uma quantia em dinheiro pelos serviços prestados a terceiros. A quantia recebida não se constituía como salário, posto que ela era repassada ao proprietário do cativo ganhador. Os escravos de ganho saíam às ruas para vender produtos como doces, salgados, temperos entre outras mercadorias. Poderiam ainda prestar algum tipo de serviço a outro senhor. Tinham ainda a possibilidade de atuar como carpinteiros,

⁷³ BRANDÃO, Tanya. Para Além dos Engenhos: A Escravidão na Colonização do Piauí. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 171.

⁷⁴ CARVALHO, Marcus J.M. de. Cidades escravistas. In: SCHWARCZ, Lília M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018. p.164.

barbeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, marceneiros dentre outros ofícios, desde que cumprissem com o valor estipulado.⁷⁵

Nessa mesma linha de raciocínio, sobre a obra de Luiz Carlos Soares, “*O Povo de Cam*” na *Capital do Brasil: a escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*”, podemos traçar um paralelo com o sistema de aluguel de cativos no Piauí, a partir do momento que percebemos que era uma prática exercida em várias províncias, oferecendo margens de lucros aos senhores, e ao mesmo tempo deixando o proprietário do escravo isento da responsabilidade de o manter, dado que, o escravo encontrava trabalho por conta própria, e na maioria das vezes tinha uma vida dita “independente”. Em outros momentos, sendo o senhor, o articulador da negociação do trabalho terceirizado de seu cativo, os lucros eram em boa medida, concentrados nas suas mãos, tendo o poder de escolher dividir uma pequena parcela com o escravo ou não:

Este tipo de transação existia desde a época colonial, mas foi nos anos 1810 que o aluguel de cativos aumentou consideravelmente, acompanhando o crescimento do tráfico negreiro e da economia da cidade e seus arredores[...]os locadores de escravos eram responsáveis por seu sustento e cuidado durante o período de aluguel, além da obrigação de devolvê-los com boa saúde a seus proprietários.⁷⁶

Russell-Wood traz uma distinção no que concerne a diferenciação de escravos de aluguel e escravos de ganho que achamos por bem citar como complemento ao esclarecimento. Segundo Russell-Wood:

Embora usadas indistintamente, em termos técnicos havia uma diferenciação entre duas categorias: enquanto no primeiro caso o proprietário estava diretamente envolvido ao alugar o escravo, no segundo a iniciativa de encontrar trabalho era do escravo, que então entregava um percentual mutuamente combinado de seus ganhos ao proprietário.⁷⁷

Então nesse sentido, podemos perceber que o escravo de aluguel teria menos autonomia em relação ao escravo de ganho que procurava o trabalho e não seu senhor.

Levando em consideração que a escravidão no Brasil não ocorreu da mesma forma em todas as províncias, cada província experimentou a escravidão de uma maneira peculiar. Jamais um modelo se encacharia em todos os contextos e para todas as épocas. No entanto algo que se pode identificar de uma forma estrutural, seria a disposição as fugas, os castigos com requintes de crueldades, as diversas formas de resistência, enfim, elementos que estiveram presentes em

⁷⁵ SILVA, Rodrigo Caetano. *Teresina (Piauí – Brasil), uma capital escravista: relações sociais e trabalho escravo durante a segunda metade do Século XIX*. Rev. Hist. UEG - Anápolis, v.5, n.1, p. 157-176, Jan. /Jul. 2016. p. 171.

⁷⁶ SOARES, Luiz Carlos. “*O Povo de Cam*” na *Capital do Brasil: a escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro, 2007. p. 53 e 56.

⁷⁷ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 63.

todos contextos, onde quer que houvesse um sistema que colocasse homens como propriedades de outros homens.

Nenhum senhor dono de escravo o queria perder, no entanto, as fugas aumentavam à medida que a escravidão se intensificava, era uma forma de resistência, e desse modo entra em cena os jornais ferramentas de divulgação das fugas. Não eram esporádicos ver anúncios de fugas de negros, que para se livrarem da submissão brutal, sempre tentavam a sorte nas fugas, uma forma de resistirem o sistema escravagista predominante. Segundo Talyta Marjorie Lira Sousa:

Os anúncios estavam sempre presentes nos jornais das principais cidades do Brasil no século XIX, como uma forma de vender produtos como roupas, sapatos, mobílias e remédios, sejam para anunciar prestação de serviços como barbeiros e médicos, e também como uma forma que os proprietários encontraram para noticiar que seus escravizados haviam escapado e, assim, fazer com que fossem reconhecidos e devolvidos, vendê-los de forma mais rápida, e oferecê-los para a prestação de algum serviço.⁷⁸

A partir dos jornais abordados nessa pesquisa, fizemos um levantamento de todas as ocorrências de escravos foragidos que conseguimos encontrar, totalizando o número de quarenta e cinco(45) escravos dos quais ilustraremos na tabela 1 abaixo:

TABELA 1

NOMES	QUALIDADE/COR	DEFEITOS	IDADE	LOCALIDADE	RECOMPE NSA
PRUDENCIO	CABRA	CICATRIZ DE FOGO NA MÃO, FALTA DE UNHA NO DEDO DO PÉ	20 ANOS	TERMO DAS BARRAS	100:000
JOÃO	MULATO	PÉS MAL FEITOS	30 ANOS	FEZENDA PATOS/OEIRAS	50:000
LUIZ	PRETO	CARECA	20 - 22 ANOS	TERESINA	50:000
FLORENTINO	CABRA-FULO	RELHO NO CORPO	28 ANOS	PERNAMBUCO	200:000
LUIZ	PRETA RETINTA	DENTES LIMADOS E CURTOS	25 ANOS	SITIO MONTE ALEGRE	200:000
CUSTODIO	MULATO	MAGRO	40 ANOS	SITIO SÃO DOMINGOS/TERESINA	50:000

⁷⁸ SOUSA, Talyta Marjorie Lira. História e Memória da População Negra: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 240.

GONÇALO	PARDO	X	X	TERESINA	100:000
MARIA	PRETA	DEDO TORTO DAS MÃOS, BELIDA BRANCA NOS OLHOS	IDOSA	OEIRAS	X
PEDRO	MULATO AÇA	AÇOITE NAS COSTAS, CICATRIZ NA CANELA	23 ANOS	BAHIA	150:000
BRUNO	MULATO ALVO	MARCAS DE FACADA E LESÕES NA CABEÇA, PROBLEMA DE HERNIA	40 ANOS	BAHIA	X
BRUNO	CABRA	PÉS MAL FEITOS E CHATOS	X	OEIRAS	50:000
JOÃO	CABRA ROXO	CICATRIZ DE RELHO NAS COSTAS	X	OEIRAS	X
MAXIMO	PRETO	OLHOS VESGOS, PÉS GRANDES	30 ANOS	TERESINA	X
JERONIMO	PRETO AVERMELHADO	FERIDA NO OMBRO QUE NÃO SARA A MAIS DE DEZ ANOS	44 ANOS	TERESINA	X
RICARDO	CABRA	RELHO NAS COSTELAS, DEDO DOS PÉS CORTADO A MACHADO	20 ANOS	X	X
QUIRINO	X	CAMBOTO, FALTA DE UM DENTE NA FRENTE	22 ANOS	X	X
MANOEL	CABRA AMULATADO	DENTE LIMADO, PÉS DE PAPAGAIO	20-30 ANOS	X	100:000
BENEDICTO	PRETA	RELHO NAS NADEGAS E COSTAS	37 ANOS	TERESINA	X
AFFONSO	CRIOULO	FALTA DEDO MINDINHO NA MÃO, COROA DE CALVICI NA CABEÇA, DESDENTADO	40 ANOS	X	X
JOSÉ	MULATO	X	20 ANOS	X	X
FRANCISCO	PRETO	DENTES LIMADOS, MARCA VERMELHA EM UM OLHO	50 ANOS	X	X
CAETANO	MULATO	DESDENTADO	X	VALÊNÇA	X
CYRILLO	MULATO	FALTA DE DENTES NA FRENTE	36-38 ANOS	GAMELEIRA/PICOS	X

DOROTHEU	MULATO	PERNAS TORTAS, DENTES LIMADOS	30 ANOS	VILA DA UNIÃO	X
JOÃO	PRETA	RENDIDO DE UMA VIRILHA, LOMBO NO PESCOÇO, CICATRIZ NUMA PERNA	40 ANOS	PEDRO 2º	X
VICENTE	CABOCLO	CICATRIZ DE RELHO, DESDENTADO	40 ANOS	FAZENDA BOM JESUS/CAMPO MAIOR	X
MARCELLINO	CRIOULO	CORCUNDA, DEDO DOS PÉS MALTRATADO	20 ANOS	PARNAHIBA	X
MARCOS	CREOULO	UMA DEFORMIDADE NO DEDO POLEGAR DAS MÃOS	36 ANOS	TERESINA	100:000
SEBASTIÃO	CABRA	DENTES LIMADOS	26 ANOS	BUCAINA	X
IZIDORO	CABRA E PELE VERMELHA	ALEIJADO DO BRAÇO DIREITO	20 ANOS	TERMO DE UNIÃO	X
CUSTANCIO	PARDO ESCURO	X	X	CAXIAS/MARANHÃO	X
FELIX	CABRA VAQUEIRO	X	35 ANOS	CAXIAS/MARANHÃO	X
FRANCISCO	CABOCLO ROXO	FALTA DE DENTES NA FRENTE	18-19 ANOS	X	X
BERNARDINO	ACABOCLADO	CICATRIZES NO ROSTO	26 ANOS	X	150:000
BENEDICTO	CABRA PRETO	SINAL NO ROSTO	40 ANOS	PICOS	X
JOÃO	MULATO	MARCAS DE RELHO	23 ANOS	OEIRAS	X
BOTIJA	FULA QUASE PRETO	CICATRIZ DE FACADA, FALTA DE DOIS DENTES NA FRENTE	30-33 ANOS	CAXIAS/MARANHÃO	100:000
CLARO	MULATO TRIGUEIRO	CAROÇO NO UMBIGO, SINAL DE CORTE NO ROSTO	30 ANOS	SÃO JOSÉ DOS MATÔES/MARANHÃO	X
THEODORICO	PRETA	FALTA DE DENTES NA FRENTE	24 ANOS	X	X
LUCAS	FULA QUASE CABRA	X	22 ANOS	X	X
ERNESTO	MULATO	DEFEITO DE UM OLHO	38 ANOS	TERESINA	X
MIGUEL	X	UM TALHO NUM DOS DEDOS GRANDES DOS PÉS	28-30 ANOS	TERESINA	X

JOSÉ- APELIDO PEXILA	CRIÔLO	X	40 ANOS	OEIRAS	100:000
FRANCISCO	MULATO	X	30 ANOS	FAZENDA NOVA OLINDA	150:000
MANOEL	CABRA VAQUEIRO	DESDENTADO	MAIS DE 40 ANOS	CAXIAS/MARANHÃO	100:000

A tabela 1, nos traz os nomes, as qualidade/cor, defeitos, idades, localidades e recompensas, dispensadas aos 45 escravos anunciados nos seguintes Jornais: A Imprensa: periódico político de 1865-1885 e Órgão do Partido Liberal, A Opinião Conservadora: de 1874-1876, A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial de 1849, O Escolastico de 1849, O Governista de 1848, O Piahy de 1869-1873, A Epoca: órgão conservador de 1878-1879.

Todos esses escravos tabelados correspondiam uma faixa etária que variava de 18-50 anos de idade, tendo como média geral para as fugas, escravos de 20, 30 e mais de 40 anos de idade. Em nossa pesquisa não encontramos crianças pleiteando as fugas, porém, não significando que não fugissem também. Encontramos apenas o nome de uma mulher escrava que havia fugido. O seu nome era Maria, no anúncio consta apenas que era já idosa, de cor preta, com o dedo torto de uma das mãos e portadora de uma doença nos olhos, residente na cidade de Oeiras, e sendo noticiada pelo jornal A Voz da Verdade,⁷⁹ de 1849, e tendo como seu proprietário, o Sr. Antonio João B. Ferreira.

Entre os escravos fujões variavam muito os defeitos físicos, sendo uns de origem tribal, ou seja, marcas que o identificava a sua nação de origem, outros portadores de alguma deficiência física de nascimento e a grande maioria de castigos sofridos: cicatrizes de fogo nas mãos; falta de unha nos pés; pés mal feitos; coroas de calvície na cabeça, por conta do peso que carregavam; relho nas costas; nas nadegas; nas costelas; dentes limados; falta de todos os dentes e falta de dentes na frente; dedos tortos das mãos e dos pés; doença nos olhos; cicatrizes de facadas; lesões na cabeça; problemas de hérnias; pés grandes e chatos; olhos vesgos; feridas antigas que não saravam; dedos dos pés e das mãos amputados; pernas cambotas; rendições de virilhas; corcundas; aleijamentos dos braços e pernas; caroços pelo corpo. Se fosse o motivo dos defeitos os castigos, poderiam ser diversos e variados, desde o tronco, o chicote, correntes de ferro, gargalheiras, máscara de flandres, anjinhos, libambo (espécie de chocalho), palmatoria, algemas, etc.

Os nomes mais utilizados que se repetiam eram (José, Manoel, Francisco, João e Bruno). É importante notar que quase todos os escravos registrados na tabela 1, eram portadores de

⁷⁹ Jornal: A Voz da Verdade: Jornal Político, Literário e Comercial: 28 de Fevereiro de 1849. (Oeiras). Edição de Número 05.

nomes cristãos, demonstrando assim que eram batizados, visto que apenas 2 escravos foram identificados nos anúncios por apelidos, sendo um portando o nome de batismo seguido do apelido e o outro somente apelido. Isso não significa dizer que não tivesse um nome de batismo. Em alguns casos, os nomes poderiam vir atrelados a termos de procedência, dito de outra forma, podendo ser nomes de ilhas, reinos, portos, vilas e mesmo pequenas comunidades formadas por uma minoria de grupos étnicos. Uma forma classificatória de designar os seus “objetos”, sobretudo, para facilitar a identificação da origem e procedência de cada sujeito escravo que sempre desembarcavam nos portos brasileiros advindos da África centro-ocidental. Por isso que muitas identificações que conhecemos hoje raramente se tratavam da procedência exata dos escravos na época. Em uma ocasião, conhecido pelo nome de onde era natural e em um segundo momento, um outro nome de batismo, geralmente adquirido na fazenda onde iria residir.

Dentre os escravos fujões, podemos destacar, nomes, qualidade/cor, apelidos, faixas etárias e recompensas mais corriqueiras encontrados na tabela 1, que categorizaremos ilustradamente na tabela 2 abaixo:

TABELA 2

NOMES MAIS UTILIZADOS	APELIDOS	QUALIDADE/COR	QUANTIDADE	VARIAÇÕES DE QUALIDADE/COR	VARIAÇÕES DE FAIXA ETÁRIA	VARIAÇÕES DE RECOMPENSAS
JOÃO,	BOTIJA	CABRAS	8	ESCURA	18, 20,	50:000
PRUDENCIO,	PEXILA	MULATOS	12	AVERMELHADA	22, 23,	100:000
LUIZ		PARDOS	2	ROXA	24, 26,	150:000
, FLORENTINO,		PRETAS	9	CABRA-FULO	28, 30,	200:000
CUSTODIO,		CRIOULO	4	PRETA-RETINTA	33, 35,	
GONÇALO,		CABOCLOS	3	MULATO-AÇA	36, 37,	
MARIA, PEDRO,		FULAS	2	MULATO-ALVO	38, 40,	
BRUNO,				CABRA-ROXO	44, 50	
MAXIMO,				PRETO-		
JERONIMO,				AVERMELHADO		
RICARDO,				CABRA-		
QUIRINO,				AMULATADO		
MANOEL,				CABRA-		
BENEDICTO,				AVERMELHADO		
AFFONSO,				PARDO-ESCURO		
JOSÉ,				CABLOCO-ROXO		
FRANCISCO,				CABRA-PRETA		
CAETANO,				FULA-PRETA		
CYRILLO,				MULATO-		
DOROTHEU,				TRIGUEIRO		
LUCAS,				FULA-CABRA		
VICENTE,						
MARCELLINO,						
MARCOS,						
SEBASTIÃO,						
IZIDORO,						
CUSTANCIO,						
FELIX,						
BERNARDINO,						
BOTIJA,						
CLARO,						

THEODORICO,
ERNESTO,
MIGUEL,
PEXILA.

Na tabela 2, fizemos uma triagem dos nomes mais utilizados, apelidos, qualidade/cor, quantidade, variações de qualidade/cor, variações de faixa etária e variações de recompensas dos 45 escravos colhidos nos seguintes periódicos: A Imprensa: periódico político de 1865-1885 e Órgão do Partido Liberal, A Opinião Conservadora: de 1874-1876, A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial de 1849, O Escolastico de 1849, O Governista de 1848, O Piauí de 1869-1873, A Epoca: órgão conservador de 1878-1879.

É importante observar que os valores das recompensas da captura do escravo fujão eram praticamente tabelado para cada província, como podemos observar na tabela 1, no entanto, esses valores variavam a partir da condição econômica do senhor e o estado do escravo. Como por exemplo: idade, estado físico e profissão do cativo.

Entre as qualidade/cor mais noticiadas nos anúncios, destacamos na tabela 2: cabra-fulo, preta-retinta, mulato-aça, mulato-alvo, cabra-roxo, preto-avermelhado, cabra-amulatado, cabra-avermelhado, pardo-escuro, caboclo-roxo, cabra-preta, fula-preta, mulato-trigueiro, fula-cabra. É possível notar que a cor quase sempre estava atrelada a qualidade/condição/nação/casta⁸⁰ do escravo. Como a exemplo temos escravos de qualidade cabra e cor roxo, amulatado, avermelhado, preta. A qualidade cabra poderia ser a mescla entre negros africanos e índios. As vezes o negro era designado com duas definições, ou seja, qualidades/nação: a qualidade ou casta, cabra, e a nação dos fulas. As vezes vinham identificados apenas como qualidades ou castas, no caso de cabras, crioulos, mulatos e pardos. E em outros momentos apenas com a categoria que lhes eram características, como: pretas, pardas, etc. segundo Eduardo Paiva:

[...] “pardos e “mulatos”. Eram duas antigas palavras que, como outras já indicadas, integraram o universo ibero-americano, se “naturalizando” aí, recebendo novos significados, sendo associadas a novos grupos sociais. De fato, 300 anos depois das primeiras conquistas ibéricas, o grosso da população nascida nas Américas compunha-se de pardos, mulatos, *zambos* e *mestizos*/mestiços, entre escravos, libertos e livres.⁸¹

No caso da qualidade “parda”, a princípio fora utilizado para destacar a cor mais clara de alguns escravos, sobretudo, para escravos nascidos no Brasil, apontando para alguma ascendência de mescla europeia de alguns sujeitos. No entanto, esse termo teve que dar conta de uma crescente população que não se adequava mais a classificação da cor “preta”, ao ponto

⁸⁰ Para melhor compreensão do assunto ligado as categorias dos escravos africanos e descendentes de africanos, ler a seguinte obra: PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical de Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII* (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho), 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

⁸¹ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical de Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII* (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho), 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 212.

que, esta tentava cristalizar a condição de escravo ou ex-escravo. Uma forma de dar uma nova roupagem a termos carregados de estereótipos, com um peso de servidão que não mais cabia aquela nova sociedade negra que estava se erguendo nos primórdios da abolição, numa sociedade em que a posição social do indivíduo se manifestava na cor. Talvez a ideia seria aproximar-se o máximo da cor dominante, ou seja, a branca, que poderia representar a condição de livre. Já o termo “cabra” poderia apontar para sujeitos nascidos de pais de origem mista. Havia uma forte necessidade de se desvincular da cor que ligava o negro ao seu passado escravo, propondo para isso possibilidades outras de promiscuidade entre sujeitos, que muitas vezes apontavam para novas categorias de mestiçagem. Dessa forma podemos pensar as diversas categorias que designavam a representação dos escravos nos anúncios.

A partir das fugas de escravos registradas na tabela 1, fizemos um levantamento das cidades de maiores ocorrências de fugas, algumas fazendas/localidades respectivas a algumas cidades em destaque, faixas etárias, o jornal que as noticiou, o ano da edição e a quantidade de fugas.

TABELA 3

CIDADE	QUANTIDADE/FUGAS	LOCALIDADE	FAIXA ETÁRIA	JORNAL/ANO
BUCAINA	(01)	X	26 ANOS	A IMPRENSA(1866)
TERESINA	(9) FUGAS	SITIO DOS DOMINGOS	20-44 ANOS	A OPINIÃO CONSERVADORA(1874-76), O PIAUHY(1869-72), A IMPRENSA(1866, 1870)
PICOS	(02) FUGAS	GAMELEIRA	38-40 ANOS	A EPOCA(1878), A IMPRENSA(1868)
OEIRAS	(06) FUGAS	FAZENDAS PATOS	20-40 ANOS	A OPINIÃO CONSERVADORA(1874), A VOZ DA VERDADE(1849), O PIAUHY(1869), A IMPRENSA(1868, 1879)
VALENÇA	(01)	X	X	O PIAUHY(1873)
PARNAIBA	(01)	X	20 ANOS	A IMPRENSA(1865)
PEDRO 2º	(01)	X	40 ANOS	A EPOCA(1879)
CAMPO MAIOR	(01)	FAZENDA BOM JESUS	40 ANOS	A EPOCA(1879)
BAHIA	(02) FUGAS	X	20-40 ANOS	O ESCHOLASTICO(1849)

PERNAMBUCO	(01) FUGA	X	28 ANOS	A OPINIÃO CONSERVADORA(1874)
MARANHÃO	(05) FUGAS	CAXIAS, SÃO JOSÉ DOS MATÕES	30-40 ANOS	A IMPRENSA(1866, 1869, 1885)

Na tabela 3, fizemos um levantamento de cidades, quantidade/fugas, localidade, faixa etária e jornal/ano, dos anúncios dos 45 escravos foragidos, nos respectivos jornais: A Imprensa: periódico político de 1865-1885 e Órgão do Partido Liberal, A Opinião Conservadora: de 1874-1876, A Voz da Verdade: jornal político, literário e comercial de 1849, O Escolastico de 1849, O Governista de 1848, O Piauí de 1869-1873, A Epoca: órgão conservador de 1878-1879.

Temos também algumas fugas de escravos de outras províncias para o Piauí, sendo noticiados por jornais piauienses, como a exemplo: O Escolastico, A Opinião Conservadora e A Imprensa. Nesse levantamento consta apenas algumas fugas, não sendo um apanhado completo de todas as fugas registradas nos periódicos aqui pesquisados, visto a ausência ou omissão de informações em alguns anúncios.

Segundo a tabela 3, os maiores registros de fugas estão noticiados em Teresina, com 9 fugas de seus termos, em um recorte temporal de 1866-1874, segundo os três jornais mencionados na tabela 3 que as anunciaram e o ano de suas edições. A faixa etária desses escravos que pleiteavam as fugas estava entre 20-44 anos idade. Podemos deduzir dessa forma que tanto indivíduos jovens como de uma idade mais avançada para o sistema escravagista, arriscavam-se nas fugas.

Em segundo lugar ficaria Oeiras, com o maior registro de fugas em seus termos, com 6 fugas noticiadas, sendo que esses escravos eram participantes de uma faixa etária de 20-40 anos de idade. Também é possível observar que as fugas variavam desde jovens a escravos de uma idade mais avançada, segundo a expectativa de vida para esses indivíduos, que consideravelmente viviam poucos anos por conta do exaustivo e cruel sistema servil. Essas fugas correspondiam a um período de 1849-1879, segundo a data de edição dos 4 jornais que as noticiaram.

Na sequência temos Picos com 2 fugas, visto esses escravos corresponderem a uma faixa etária de 38-40 anos de idade, em um período que corresponde de 1868-1878, segundo a data de edição dos 2 jornais que as noticiaram. Em seguida temos Bocaina, Campo Maior, Valença, Pedro 2º e Parnaíba, cada uma delas com 1 registro de fuga. Todas correspondendo uma faixa etária de 20-40 anos de idade, em um recorte temporal de 1865-1879, segundo a data de edição dos jornais que as noticiaram. De uma forma geral as fugas no Piauí em nossa pesquisa, variavam em torno de uma faixa etária de 20-44 anos de idade para os escravos fujões. E um recorte temporal que variou de 1849-1879. Destacamos que essa faixa etária poderia aumentar

se levarmos em consideração uma fuga registrada na tabela 1 pelo jornal O Piauí de 1873, de um escravo de 50 anos de idade de nome Francisco, visto que não foi informado no anúncio a localidade de onde residia e nem o valor da recompensa.

Por último temos registros de fugas de escravos de outras províncias para o Piauí, noticiado em jornais piauienses oitocentistas. Temos a província da Bahia sendo anunciada pelo jornal O Escholastico, com 2 fugas, com escravos de uma faixa etária de 20-40 anos de idade. No recorte temporal de 1849, segundo a data de edição do jornal que as noticiou. Na sequência temos a província de Pernambuco registrando 1 fuga, pelo jornal A Opinião Conservadora, que segundo seu ano de edição, data-se de 1874, sendo o escravo de idade de 28 anos. E em último lugar, temos a província do Maranhão, que é registrado 5 fugas pelo jornal A Imprensa, que segundo os anos das edições, abarca um período que correspondeu de 1866-1885, com escravos de faixas etárias que variavam de 30-40 anos de idade. Muitos desses escravos procuravam no Piauí um novo reduto, onde pudessem obter uma perspectiva de vida melhor, ou mesmo procuravam apadrinhamentos ou conhecidos que os acoitassem durante a fuga.

Para além dos (45) escravos fujões que destacamos na tabela 1, temos anúncios de venda e procura de escravos para compra que não estão inclusos na tabela 1, mas, que, entretanto, estão compondo o dorso desse trabalho. É importante destacar que, o total geral de anúncios de todos os (7) jornais que utilizamos na pesquisa e que já foram mencionados, corresponde a 58 anúncios, sendo eles distribuídos em fugas, interessados na compra e venda de escravos.

Havia uma grande necessidade de descrever o negro fujão com todos os detalhes possíveis, se o senhor de fato ainda quisesse reavê-lo. Segundo o Jornal “A Opinião Conservadora”, de 1874, que sendo uma jornal voltado para publicação de atos governamentais, traz em seu debate um diálogo com a escravidão, tema vigente e necessário num contexto escravagista. Sendo ao mesmo tempo objeto de denúncia, alguns jornais eram também ferramentas manipuladas por donos de escravos para reaverem seus fujões. Podemos observar dois anúncios que expressam bem a criteriosidade da descrição:

Gratifica-se com 50:000 rs, a pessoa que capturar o escravo de nome Luiz preto, magro, de 20 a 22 anos de idade, pouco mais ou menos; que fugiu desta cidade, de casa do capitão Miguel Borges (onde se acha para ser vendido) no dia 25 do corrente mês (Janeiro de 1874.) O escravo de que se trata é de propriedade do Sr. José Joaquim de Araujo, do termo das Barras, e alem dos sinais acima mencionados, tem uma falta de cabellos na cabeça, pouco acima do cangote: e

foi matriculado na colectoria das Barras, sob n. 30, e certa acha-se amocambado nas matas do S. Domingos, proximo ao sitio do Sr. Antonio da Cunha.⁸²

O segundo anúncio está registrado na última página e quarta coluna, bem como o primeiro anúncio, obedecendo os mesmos critérios descritivos na representação do negro fujão:

Acha-se fugido o escravo de nome Prudencio. Cabra. Cabellos carapinhados, com boa dentadura e de figura elegante: tem 20 anos de idade, pouco mais ou menos. Pertence ao Snr. Coriolano Martins Cordeiro, do Curalinho, e foi de propriedade do Sr. Leonardo José de Oliveira, do termo das Barras. Em cuja collectoria foi matriculado n. 859. Tem uma cicatriz proveniente de fogo nas costas das mãos, próxima ao dêdo polegar, e falta de unha no dêdo grande dos de um dos pés: é muito gago, especialmente quando se zanga. Quem o capturar, e entregar ao Sr., ou ao capitão Luiz da Cunha Machado, em Campo-Maior, ou ao capitão Miguel Borges, em Theresina, receberá a gratificação de 100\$000, alem de se lhe pagar as dispezas da viagem.⁸³

Os anúncios teriam que se aproximar ao máximo da representação caricaturada do escravo, visto que, quando um senhor de escravo descrevia seu negro numa coluna de jornal, teria que ter o cuidado de descreve-lo em todos os por menores que caracteriza-se o perfil do fujão, particularidades que só o negro tinha, até mesmo para não se confundir com outros anúncios, ou seja, qualidade/cor, nome de batismo, idade, altura, defeitos físicos que carregava, e todas as características que facilitasse conhecê-lo e identificá-lo enquanto propriedade de seu dono. Nessa perspectiva, Gilberto Freyre afirma que:

Quem tinha seu escravo fugido e queria encontrá-lo precisava dar traços e sinais exatos. Os defeitos e vícios com todos os ff e rr. Os joelhos grossos ou “metidos pra dentro”. As pernas finas ou arqueadas. As cabeças puxadas para trás ou achatadas de lado. A Sapiranga. Os olhos encarnados dos cachaceiros. A boca troncha dos cachimbeiros. Nada de cores falsas. Fosse o anunciante embelezar a figura do fujão que era capaz de ficar sem ele para toda a vida.⁸⁴

Segundo Talyta Marjorie Lira Sousa:

Os anúncios de fuga são importantes como fontes primárias, pois expõem uma descrição minuciosa dos cativos. Os recursos linguísticos foram bastante utilizados para descrever e exaltar as características dos escravizados nos anúncios tanto de fuga quanto de venda. Todos os sinais e marcas que pudessem identificar o escravizado fugido eram descritos, os quais poderiam ser suas características físicas: cabra, alto, sinal visível de uma verruga, rosto comprido, mulato claro, bem parecido, grosso, não possui barba alguma, olhos grandes, cabeça pequena, um tanto ruivo, cabelo carapinhado, dentes limados, pés grandes, seco. A profissão: sapateiro, ferreiro, pedreiro, vaqueiro, carpina, marceneiros; seus vícios: andar mascando fumo, gosta de beber aguardente,

⁸² Jornal: A Opinião Conservadora: 31 de Janeiro de 1874. (Theresina). Edição de Número 04

⁸³ Jornal: A Opinião Conservadora: 31 de Janeiro de 1874. (Theresina). Edição de Número 04

⁸⁴ FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora, 2012. p. 63.

jogar; e as doenças: cor amarelada por causa de uma hitirice que padece a tempos, cisura de panarício no dedo polegar de uma das mãos...⁸⁵

Para além das características físicas que identificavam os escravos nos anúncios, não era difícil reconhecer um negro nos caminhos, becos e ruas da província do Piauí, sobretudo, porque só o fato de ser negro já era uma probabilidade de 50% deste ser escravo. O andar descalço também poderia ser mais um indicio do estado de cativo do negro, visto que, somente aos negros alforriados era permitido portar sapatos nos pés, logo estar descalço, indicaria o estado de servidão do mesmo. Alguns portavam marcas de relho nas costas e nadeegas, outros cicatrizes de castigos pelo corpo, e em outras situações, marcas tribais de sua terra natal.

Gratificação de 50\$000, a quem pegar o escravo João, pertencente a D. Rosa B. de Hollanda, que fugiu da fazenda – Patos do município de Oeiras, com os sinais seguintes: - mulato, 30 anos de idade pouco mais ou menos, baixo e reforçado, cabelos quasi soltos, bons dentes, pernas grossas e pés mal feitos, tem por costume andar com um sacco de panno pendurado n'um lado. Patos, 2 de Abril de 1874.⁸⁶

200\$000 de gratificação a quem pegar o escravo Florentino, de propriedade do abaixo assignado, fugido desde o dia 1º de Setembro de 1872. O qual tem o sinais seguintes: cabra-fulo, de 28 anos de idade pouco mais ou menos, estatura regular, espadoas largas, quartos finos, cabelos carapinhos boa dentadura, pouca barba que conservava no queixo de baixo, pés grandes com dedos curtos e abertos, ligeiro para o serviço da roça, faz telha, lavra soffrivel de machado, é muito prosista e conversador, cantador, resador, toca e dança tambor, toca gaita e birimbãu de bucho, tem sinais de relho no corpo. Quem pois, pegar o dito escravo e entregar ao abaixo em Pernambuco, ao seu procurador no Piauíhy o capitão Raimundo Sisinio de Lima e Almeida, receberá a gratificação de duzentos mil reis. Theresina 12 de Agosto de 1874.⁸⁷

Nos anúncios que acabamos de destacar, algumas características são indispensáveis nas descrições dos escravos fujões. Como a exemplo, o nome de batismo do negro, logo em seguida a sua idade ou pelo menos a aproximação dela. Em sequência era destacado a qualidade/cor, que por sua vez variava muito, e as características físicas que o mesmo carregava no seu perfil; altura, deformações, cicatrizes, qualidades, ofícios, tipo de cabelos, e por fim, não necessariamente em todos os casos, o valor da recompensa a ser paga na captura do fujão.

Segundo o levantamento destacado na tabela 2 e o debate que fizemos logo acima, a qualidade/cor dos negros variavam de acordo com cada caso. Dentre essas características, observamos aqui que, segundo Russell-Wood, as vezes havia uma necessidade de atribuir

⁸⁵ SOUSA, Talyta Marjorie Lira. História e Memória da População Negra: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014. 247-248.

⁸⁶ Jornal: A Opinião Conservadora: 20 de outubro de 1874. (Theresina). Edição de Número 37.

⁸⁷ Jornal: A Opinião Conservadora: 26 de Agosto de 1874. (Theresina). Edição de Número 30.

alguma cor ao negro, no entanto observava-se a inadequação de algumas palavras para representa-los em grau de brancura ou negritude, dando espaço para que redatores recorressem a expressões vagas, “como *corado bastante*, *de cor fechada*, *de cor equívoca*, *ao parecer branco*, ou a denominações tribais em vez de raciais, como *as cores Fula* (ou seja, da cor dos Fulas). Russell-Wood argumenta que:

Em circunstâncias variadas, a denominação de um indivíduo como *pardo* podia ser alterada para *mulato*, possuindo esta última, em geral, uma conotação pejorativa, sendo com frequência qualificada com adjetivos tais como preguiçoso ou imprestável. O fato de um *mulato* ser visto como moralmente inferior a um *pardo* era aceito, mas havia dúvida se sua pele era mais escura.⁸⁸

Nessa concepção, os brancos eram considerados honestos, trabalhadores e tementes a Deus, sendo que os Mulatos eram vistos ou descritos como preguiçosos, desonestos, astuciosos, arrogantes, inconfiáveis e desleais. Nessa perspectiva Antonil aborda na obra “Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas”, que “Os mulatos são melhores para qualquer ofício, porém Muitos delles, usando mal dos favores dos senhores, são soberbos, e viciosos, e prezão-se de valentes, aparelhados para qualquer desaforo”.⁸⁹ Em suma, Russell-Wood, argumenta que:

A endogamia com base em cor não existia na América portuguesa e a impossibilidade de estabelecer um conjunto de critérios objetivos para designar a identidade racial de uma pessoa é não só herança do período colonial nos dias de hoje como uma característica que distingue o Brasil das colônias inglesas e, mais tarde, dos Estados Unidos.⁹⁰

Outro ponto a se observar são os defeitos físicos, cicatrizes, doenças, anomalias e marcas tribais. Segundo a pesquisa que fizemos registrada na tabela 1. Essas imperfeições e defeitos eram por vezes por conta de castigos, outras vezes eram consequências de trabalhos excessivos. Segundo Amaral:

Completava a identificação a descrição do jeito de falar, do modo de andar, as roupas usadas no momento da fuga, a informação dos lugares aonde costumava ir, os lazeres de que gostava, além das cicatrizes no corpo -as antigas ou novas-, muitas das quais provinham de castigos, enquanto outras tantas de acidentes de trabalho.⁹¹

⁸⁸ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 49.

⁸⁹ ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil, por sua Drogas e Minas. Rio de Janeiro, Em casa de Sousa e Com. 1837. p. 32.

⁹⁰ RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 50.

⁹¹ AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Resistencia e Liberdade em Sergipe*: Continguiaba, 1860-1888. Tese de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador, 2007. p. 72.

Nessa perspectiva, temos o Jornal “O Piauí”, órgão do partido conservador, da cidade de Teresina, que trata de descrever as características do escravo do senhor Eugenio Marques de Hollanda, em 12 de Março de 1869:

Será gratificado com aquella quantia a pessoa que capturar e trazer a está cidade do annunciante, ou levar em Oeiras ao Sr. Hidio Marques de Hollanda um escravo de nome Bruno, que evadio-se no termo de S. Gonçalo, em viagem para Oeiras – no mez passado. Os seus principaes sinais são o seguinte: cabra, bem apessoado e reforçado, cabellos quasi soltos, pouca barba e apenas no queixo inferior, estomago um pouco saliente, dentes bons, - pernas grossas, pé mal feitos e chatos. Toca bem viola e é amante das festas. Tem fugido mais de uma vez e muda sempre de nome.⁹²

Neste caso é possível perceber que assim como no anúncio anterior, para além de todas as características referentes ao escravo, é possível notar que o mesmo se destacava enquanto tocador de viola. No anúncio anterior, o negro também para além de toda descrição que o caracterizava, também destacava que o mesmo tocava e dançava tambor, gaita e birimbãu. Os dotes artísticos eram comuns entre muitos desses escravos. A prática de tocarem algum instrumento musical tornava o cativo mais suportável, sobretudo, porque era uma forma de lazer e sociabilidade que remontaria práticas que cruzaram o Atlântico e se reinventaram cá na América portuguesa. Produtos de uma memória que se perpetuou fora de sua nação de origem. No entanto, agregando elementos brasileiros e se remontando, reflexo de uma cultura sempre em movimento, sempre se modificando e ao mesmo tempo mantendo sua essência. Num outro caso já no dia 10 de Março de 1870 “O Piauí” aborda sobre a seguinte fuga:

Evadio-se no dia 6 do corrente mez da fazenda – S. Benedicto – deste termo, o escravo Maximo, que tem os sinais seguintes: cor muito preta, sem barba, rosto meio quadrado, testa pequena, olhos vesgos, nariz chato, boca grande, boa dentadura, queixo fino, voz fanhosa, altura quasi regular, cheio do corpo, pes grandes e representa ter 30 e poucos annos de idade. Levou camizas de elephante ordinario ceroulas de algodãozinho e calsas de riscado imitando o brim. Surrão e rede.⁹³

Na fuga do escravo Maximo do Sr. Antonio Gonçalves Pedreira Portellada na qual acabamos de citar, é possível perceber que o negro era representado enquanto mercadoria que necessariamente teria que ser reavido. Em quase todos os anúncios dos quais pesquisamos, e em especial este, o escravo vinha descrito na última página do jornal, ao lado de várias propagandas como de tipografias, remédios milagrosos, sapatos, chapéus, etc. Talvez também, olhando por outro ponto de vista, poderia ser uma forma do anunciante camuflar a informação visto a proximidade com a abolição. Segundo Gilberto Freyre, já no século XIX, com a abolição

⁹² Jornal: O Piauí: 15 de Março de 1869. (Teresina). Edição de Número 67.

⁹³ Jornal: O Piauí: 19 de Março de 1870. (Teresina). Edição de Número 125.

as portas, os anúncios foram se tornando cada vez mais tímidos e discretos. Nos periódicos analisados, quase sempre na última página, e geralmente no final da última coluna, com letras não tão mais chamativas, salvo em alguns casos cujo o valor da recompensa estava destacado em letras garrafais e negrito. De acordo com Freyre:

Anúncios que só vieram a desaparecer nos fins do século XIX, aos brilhos mais intensos da campanha abolicionista. Os de “negros novos” desapareceram, de certa altura em diante para o inglês não ver[...] Os negros fugidos foram-se sumindo aos poucos, escondendo-se nos cantos das páginas, encolhendo-se em tipo miúdo, perdendo seu antigo luxo de pormenores, de um realismo como não há igual em nossa literatura, deixando de aparecer com títulos em negrita, às vezes avivados pela figura – quase um borrão – de um negro com a trouxa às costas, fugindo da casa do sinhô. Até que desapareceram de todo. Era a Abolição que se aproximava.⁹⁴

Neste último caso do escravo Maximo, é possível perceber segundo o anúncio, que o negro foge levando algumas peças de roupas como camizas de elephante ordinario, ceroulas de algodãozinho e calsas de riscado imitando o brim. Possivelmente para obter algum recurso com a venda, ou mesmo, para seu próprio uso. Segundo Lima, onde já bem citamos no primeiro capítulo, “Os homens raramente portavam camisas. Desde crianças usavam ceroulas ou calças”.⁹⁵ Lima faz menção dos trabalhadores escravizados das fazendas da Nação, logo entendemos que neste caso, a situação para escravos de fazendas particulares não era muito diferente.

Os anúncios de propagandas de compra e venda de escravos eram corriqueiros. Nos Jornais, “O Piauhy: Órgão do Partido Conservador”, “O Governista”, “A Imprensa, Órgão do Partido Liberal”, “A Opinião Conservadora”, “A Epoca: Órgão Conservador”, percebemos a partir dos três primeiros anúncios citados logo abaixo, a tendência de se valorizar o produto no qual será objeto de venda.

ES CRAVA À VENDA: Luiz da Cunha Machado, vende por preço razoável. Uma escrava moça, sadia e de bonita figura. Quem pretender dirija-se ao capitão Miguel Borges, que se acha althorizado para fazer a referida venda.⁹⁶

Chapeos de chile, optimos para meninos andarem na escola; e mesmo para homens, que não tenham a cabeça muito grande, em casa de Joaquim Antonio de Moraes; preço 4\$000 rs. Cada úm.

⁹⁴ FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora, 2012. p. 56-57.

⁹⁵ IMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passos Fundo: UPF, 2005. p. 134.

⁹⁶ Jornal: O Piauhy: 16 de Junho de 1872. (Theresina). Edição de Número 226.

- Cesario José da Silva Conrado, tem para venda um escravo official de ferreiro, que faz toda e qualquer obra, tanto forja como de lima: quem o quizer comprar dirija-se ao annunciante, nesta Cidade.⁹⁷

Vende-se a casa da rua grande nº25, quina da rua da boa vista com bastante commado para o commercio.

Também se vende uma escrava, de 18 annos de idade, pouco mais ou menos.

Quem pretender, - dirija-se a loja Economica, a rua de Paysandú nº47 -, que achará com quem tratar.⁹⁸

No primeiro anúncio, a primeira frase vem em destaque de negrito e letras maiúsculas, para primeiro chamar a atenção dos leitores. Uma característica que se segue nos dois primeiros anúncios é a valorização, embelezamento do produto comercializado, ou seja, no caso do primeiro anuncio, a escrava é jovem, moça, sadia e bonita figura. E no segundo anuncio, agora um escravo, official de ferreiro, que faz toda e qualquer obra em seu officio. E no primeiro caso logo após o anuncio da escrava, ainda no mesmo anuncio, observa-se uma propaganda de venda de chapéus de chile. No terceiro caso, após o anúncio do escravo official de ferreiro, o terceiro anúncio vem precedido de um outro anuncio de venda de uma casa na rua Grande nº25. Nesses dois casos, percebe-se que os escravos eram vistos como peças, que estavam no mesmo conjunto de outros produtos comerciáveis. Eram vendidos como lotes ou como ofertas especiais ao lado de outras mercadorias. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, que também estuda a escravidão nos oitocentos no estado de São Paulo em anúncios de jornais, destaca que:

Os escravos eram descritos como objetos, recebendo nesse sentido o mesmo tratamento, ao nível da linguagem, dos “fogões” ou bebidas que ao seu lado eram anunciados. Assim, como “peças bonitas”, “bonito lote”, “peças de liquidação”, “primeira ordem ou qualidade”, “bonita estampa”, os cativos eram anunciados aos prováveis compradores.⁹⁹

Nesse sentido, o escravo era considerado um bem semovente, um indivíduo que pela tonalidade de sua cor, era tido como inferior e desprovido de humanidade. Segundo Lara, “Era como se até o final do século 19 não houvesse existido trabalhadores, mas apenas seres coisificados [...]”.¹⁰⁰

Uma das formas que o senhor poderia também lucrar era com a venda de seu escravo. Essa pratica era corriqueira no Piauí oitocentista, e isso poderia acontecer em momentos de

⁹⁷ Jornal: O Governista: 26 de Fevereiro de 1848. (Oeiras). Edição de Número: 22.

⁹⁸ Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 18 de Maio de 1870. (Theresina). Edição de Número 248.

⁹⁹ SCHWARCZ, Lília. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 135.

¹⁰⁰ LARA, Silvia H. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, n. 16, Fev./1998. p. 25.

crises como bem observamos anteriormente, em casos de falências, homicídios de senhores ou bem como, uma possibilidade a mais de poder lucrar com a venda, de sobremodo, para além do aluguel que como já bem destacamos, era uma outra possibilidade de lucro. Segundo Rodrigo Caetano Silva:

Vendendo seus trabalhadores escravos pelo maior preço que o mercado poderia pagar, os senhores piauienses obtinham vantagens econômicas entre o que poderiam ter gasto com seus escravos e o que ganhavam com a venda deles. Assim, originava-se o lucro.¹⁰¹

Em boa medida, o escravo poderia possuir um duplo valor para seu proprietário, valor advindo da venda, bem como do aluguel, e sobretudo poderia também representar um status de poder. Segundo aborda Emília Viotti na sua obra intitulada “Da Senzala à Colônia”, argumenta-se que “O escravo era, além de tudo, mercadoria: mercadoria que, em caso de necessidade, podia ser vendida ou alugada, possuindo, assim, um duplo valor: valia o que produzia e valia como mercadoria. Além de quê, possuir escravos conferia ao indivíduo posição social”.¹⁰²

Nessa sociedade possuir um escravo era símbolo de poder, entendemos dessa maneira que a necessidade de se comprar um negro era bem maior do que a de vendê-lo, visto que, quem tinha seus escravos fazia de tudo para mantê-los, sobretudo, porque eles eram os braços e as pernas dos serviços nas fazendas e engenhos, sendo ele o último bem a ser vendido pelo seu dono, na pior das hipóteses, em caso de falência, salvo algumas vezes por fugas e tentativas de homicídio contra o senhor, no entanto, essa situação mudará já perto da abolição com a produção do café no Sul, e as demandas de escravos do Norte para essas regiões. Sobre a necessidade e a importância do escravo, argumenta Antonil que:

Os escravos são as mãos, e os pés do senhor do engenho; porque sem eles no Brasil não he possível fazer, conservar, e augmentar fazenda, nem ter engenho corrente. E do modo, com que se ha com elles, depende tê-los bons, ou máos para o serviço.¹⁰³

E no caso de homicídios de escravo contra seu dono, Chalhoub argumenta que um escravo só se voltaria contra seu senhor quando se visse motivado, “pela consciência clara que tinha de sua situação naquele momento”.¹⁰⁴ Nesse ponto Abreu argumenta que “[...]o escravo

¹⁰¹ SILVA, Rodrigo Caetano. *A fragmentação da escravidão no Piauí: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca*. Vozes, Pretérito & Devir Artigos, Ano V, Vol. VIII, Nº I, 2018. p. 156.

¹⁰² COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. P. 72.

¹⁰³ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por sua Drogas e Minas*. Rio de Janeiro, Em casa de Sousa e Com. 1837. p. 31.

¹⁰⁴ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 72.

ao praticar transgressões estava se posicionando de forma contrária à tentativa do sistema escravista de transformá-lo ou concebê-lo como coisa”.¹⁰⁵ Segundo Abreu:

Possuir um escravo por esta época significava ter dinheiro investido, o escravo era uma referência de valor para quem os possuísse, tanto para o aluguel, como para ganho. Deste modo, além de alugados e hipotecados, poderiam ser vendidos ou trocados entre os próprios senhores sertanejos, vizinhos de roça, compadres ou amigos. Estas negociações poderiam também se realizar com os senhores moradores nas províncias vizinhas, uma vez que no espaço sertão do século XIX todos eram bem conhecidos.¹⁰⁶

Esse fato se evidenciará bem mais com o fim do tráfico Negreiro, sobretudo, porque o comércio de cativos se intensificará no contexto interno das províncias, visto a proibição inglesa do tráfico Atlântico.

Já com o fim do tráfico negreiro, em meados das décadas de 70 e 80 no Piauí do século XIX, percebe-se que os escravos se tornaram ainda mais preciosos, assim compreendido pela forma que eram descritos nos jornais da época, na tentativa dos senhores em captura-los após a fuga. Como já abordamos, ninguém em boas condições financeiras queria se dispor de sua preciosa peça, que tanto lucros lhes fornecia, exceto em momentos de crise. Na concepção de Russell-Wood, “O escravo representava um bom investimento e era um símbolo de prestígio social”.¹⁰⁷ Complementando essa afirmação, Freyre argumenta que:

[...]esconder dramas domésticos, confianças traídas, amizades fanadas e amores findos. Bem como apontar para a decadência econômica do anunciante, pois o escravo era, em geral, o último bem de que o dono se desfazia, antes do mergulho na pobreza.¹⁰⁸

No entanto mesmo necessário, sua manutenção exigia muito investimento, tornando-se caro ao seu dono. Somado a carestia, a proibição inglesa do tráfico negreiro, tornava o escravo peça rara nas províncias, elevando de sobremodo seu valor no mercado interno. Também a lei do Ventre Livre que libertava os filhos dos escravos, visto que, já poderiam serem considerados mão de obra futura. No entanto, segundo George Reid Andrews sobre a lei do Ventre Livre, em sua obra “Um raio exterminador: As guerras pela independência”, o mesmo destaca que:

Sob as novas leis, os interesses imediatos dos senhores estavam em sua maior parte satisfeitos. Os escravos permaneciam escravos, os libertos nascidos sob as

¹⁰⁵ ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. *Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência*, 1850-1888. Dissertação (Mestrado) CH/UFMG. Campina Grande, 2011. p. 161.

¹⁰⁶ ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. *Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência*, 1850-1888. Dissertação (Mestrado) CH/UFMG. Campina Grande, 2011. p. 74.

¹⁰⁷ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 197.

¹⁰⁸ FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora, 2012. p. 08.

novas leis tinham de esperar 18 anos ou mais para reivindicar sua liberdade e seus senhores conservavam a mão-de-obra dos dois grupos.¹⁰⁹

Ou seja, mesmo nascendo livres, teria que ficar sobre a tutela dos pais, e nesse ponto os senhores se aproveitavam e os concebiam também no mesmo regime de servidão, pagando pequenos salários, e tendo uma mão de obra escrava-livre que lhes serviria até a maior idade, e que em alguns países eram constantemente aumentada para 25 (Colômbia, Uruguai e Venezuela), e no caso do Perú, que foi muito mais além em 1839, aumentando para os 50 anos. Na tentativa desesperada de manter o escravo por mais tempo na servidão, gerando lucros ao seu proprietário. No entanto, mesmo colhendo os benefícios desse sistema, com a abolição do tráfico, Sem a importação de escravos africanos e por consequência, sem o nascimento de escravos nas colônias americanas, por conta da lei do Ventre Livre, o fim do sistema de escravidão como instituição estava claramente evidenciada.

Outro fator seriam as secas que assolavam toda região Norte-Nordeste, destacando a seca de 1877-79,¹¹⁰ dizimando fazendas, engenhos, e toda uma sociedade, sobretudo, por que causava grandes baixas na população pobre. Somado as secas, temos as epidemias, que colocavam os senhores em situações delicadas, e por conta do desespero muitos partiam de suas fazendas deixando tudo para traz rumo ao litoral.

No entanto, nesse momento conturbado, proprietários de escravos encontraram uma possibilidade de lucrar e ao mesmo tempo contornar a crise, vendendo seus escravos para regiões cafeeiras no Sul do Brasil, sobretudo, em São Paulo e Rio de Janeiro, que nesse momento se destacavam no controle da produção cafeeicultora. Sendo que, isso posteriormente também se tornou um problema para esses cafeeicultores, sobretudo, porque os escravos vindos do Norte, teriam que se adaptar as novas condições de vida a eles impostas, para além disso, teriam que superar a distância de seus entes queridos. Motivo pelo qual explicaria as grandes ondas de revoltas nessas regiões. Segundo George Reid Andrews:

¹⁰⁹ ANDREWS, George Reid. “Um raio exterminador: As guerras pela independência”. In: *América Afro-Latina (1800-2000)*. São Carlos: Edufscar, 2014. p. 95.

¹¹⁰ Sobre a seca de 1877-79, Thomas Pompeu nos apresenta uma resumida descrição da estiagem. Segundo ele: “Em março o sertão já acusava falta de chuvas, em abril, perdidas as esperanças de inverno, começou o êxodo dos habitantes do interior para o litoral. Os gados morriam à falta d” aguadas, as lavouras extinguiram-se e a ligeira provisão de víveres, conservadas como reserva por muitos, pouco a pouco esgotou-se. De setembro em diante a fome era geral, os socorros públicos, mal administrados, não chegavam regularmente aos lugares mais afectados (sic); quem possuía algum bem ou valor desfazia-se dele a troco de farinha ou de outro gênero de primeira necessidade. As poucas e afetadas aguadas, como açudes e poços deixados no leito dos rios depois das cheias, evaporaram-se, rara ficando em um outro ponto da província. Mesmo as pessoas que eram reputadas abastadas, receosas de ficarem bloqueadas e sem comunicação com o litoral, longe de qualquer auxílio, fugiram, desampararam suas casas e fazendas. O sertão tornou-se quase deserto (Pompeu Filho 1893: 33)”. POMPEU FILHO, Tomás. Ensaio estatístico do Ceará. Fortaleza: Tipografia do jornal A República, 1893. p. 33.

Os escravos acostumados às condições mais livres e mais abertas da escravidão urbana eram agora obrigados a enfrentar as condições difíceis do trabalho nas fazendas, e aqueles que haviam crescido no Norte e no Nordeste eram afastados violentamente de seus ambientes conhecidos e vendidos para longe de suas famílias e amigos. Não surpreendentemente os escravos reagiram à violência dessas mudanças também com violência.¹¹¹

Essas tensões ocorridas nos últimos decênios do século XIX nas propriedades cafeeicultoras do Sul, foram atribuídas a “negros maus vindos do Norte”,¹¹² apontando para os senhores de escravos do Nordeste de venderem seus cativos mais rebeldes. Havendo verdade nisso ou não, o motivo mais provável seria a desorganização da vida dos negros por conta do mercado interprovincial de escravos.

Sobre a exportação de escravos no Piauí, Rodrigo Caetano Silva destaca que “o presidente da província piauiense aumentou o imposto sobre o escravo exportado tendo como um de seus objetivos dificultar a saída de cativos do território do Piauí”.¹¹³ Notava-se a preocupação em manter os cativos dentro da província, tamanha seria sua importância para a economia piauiense, e ao mesmo tempo podiam lucrar com o alto valor dos impostos cobrados na exportação do escravo.

Após a lei do ventre livre promulgada em 28 de setembro de 1871, os escravos que a partir dessa data nascessem livres, ainda poderiam carregar as marcas de uma identidade escrava, ou seja, as vivências, a cor, o perfil, e demais características que lhe reduziam a um passado de servidão que maculava a sua nova condição de liberto ante uma sociedade escravagista. Segundo Albuquerque “uma pessoa de cor, mesmo não nascendo livre, só podia ser reconhecida a partir da experiência escrava”.¹¹⁴

Um dos pontos de destaque, seria que, com as sérias estiagens prolongadas que dizimavam os sertanejos, sobretudo a que já destacamos, ocorrida de 1877-79, muitos flagelados da seca adentraram a província do Piauí, em busca de melhores condições de sobrevivência, possivelmente utilizando os caminhos feitos pela passagem do gado. É possível notar que os fazendeiros se aproveitavam dessa mão de obra livre que aos montes chegavam todos os dias na província do Piauí. Os senhores não hesitaram em agregar em suas fazendas os inúmeros

¹¹¹ ANDREWS, George Reid. “*Um raio exterminador: As guerras pela independência*”. In: *América Afro-Latina (1800-2000)*. São Carlos: Edufscar, 2014, p. 113.

¹¹² ANDREWS, George Reid. “*Um raio exterminador: As guerras pela independência*”. In: *América Afro-Latina (1800-2000)*. São Carlos: Edufscar, 2014, p. 113.

¹¹³ SILVA, Rodrigo Caetano. *A fragmentação da escravidão no Piauí: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca*. Vozes, Pretérito & Devir Artigos, Ano V, Vol. VIII, Nº I, 2018, p. 163.

¹¹⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 75.

sertanejos pobres que todos os dias se amontoavam nas porteiras das fazendas em busca de trabalho e comida. A respeito desse fato, argumenta Silva que:

Isso possibilitou aos senhores cortar os gastos com manutenção e aquisição de trabalhadores escravos ao mesmo tempo em que possibilitou aumentar os lucros, pois vendiam seus cativos para senhores de outras províncias do país e ficavam com os trabalhadores agregados trabalhando em suas terras. No Piauí, a entrada dos flagelados da seca ajudou a intensificar o processo de substituição da mão de obra escrava pela mão de obra livre.¹¹⁵

Essa transição de mão de obra, poderia representar em seus contornos o prenuncio do fim da escravidão. Segundo Conrad “o tráfico interprovincial de escravos expandiu-se novamente, desta vez de forma tão rápida que chegou a pôr em perigo o equilíbrio do próprio sistema escravista”.¹¹⁶ Esse sistema interno de compra e venda de escravos, serviu também para aumentar as relações comerciais entre as províncias brasileiras. Já na concepção de Miriam Dolhnikoff, no seu trabalho sobre “O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil”, e fazendo um paralelo entre a província do Piauí e as do Sudeste, especificamente a de São Paulo, sobre fatores que contribuíram para a substituição de mão de obra escrava pela mão de obra livre, argumenta-se que não só a emancipação da escravidão, como o tráfico negreiro poderiam ser pensados pelos proprietários de fazendas paulistas, a partir de uma inserção de trabalhadores livres que substituíssem a falta da mão de obra escrava nos cafezais:

Os liberais paulistas, todos eles grandes proprietários, insistiam em que apenas com a garantia de um pronto e sistemático fluxo de trabalhadores se poderia pensar em acabar, primeiro o tráfico negreiro e, subseqüentemente, com a própria escravatura.¹¹⁷

Nesse caso, era necessário primeiro que a escravidão fosse extinta, para que pudessem ser pensados na mão de obra imigrante, visto que, a queda de um sistema corresponderia a ascensão de outro, destacando para essa afirmativa especificamente as regiões cafeicultoras do Sul.

Nos anúncios citados abaixo, perceberemos que a procura de escravos era de ambos os sexos. No caso de serem escravas, as utilidades eram ínfimas, desde amas de leite, cozinheiras, costureiras, passadeiras, lavadeiras, etc. E sendo escravos homens, as utilidades poderiam ser de todos os serviços, desde domésticos, lavradores e pecuáristas. No primeiro e terceiro caso de anúncios citados abaixo, observa-se que, quando se referiam a “precisa-se” ou “procura-se”,

¹¹⁵ SILVA, Rodrigo Caetano. *A fragmentação da escravidão no Piauí: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca*. Vozes, Pretérito & Devir Artigos, Ano V, Vol. VIII, Nº I, 2018, p. 157.

¹¹⁶ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 74.

¹¹⁷ DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005. p. 36.

as letras vinham em maiúsculo e negrito, simbolizando tamanha a necessidade e pressa que alguns senhores tinham em obtê-los o mais rápido possível. Segundo Schwarcz:

Segundo um modelo clássico, podemos verificar que os anúncios visam estabelecer, no leitor do jornal, tipos de familiaridades, associação, automatismo em torno do objeto anunciado. Procura-se atrair, prender, absorver a atenção do leitor do jornal de modo especial com objetos práticos e imediatos e através de palavras capazes de conquistar o leitor para o anunciante ou para o objeto anunciado.¹¹⁸

Era o poder persuasivo dos anúncios que conduziam o leitor ao contato indireto, no entanto, expressivo e simbólico com a mercadoria posta em comercialização. E no caso, o escravo, que por sua vez, poderia se destacar pelos seus dotes, ofícios, aparência e robustez, que conjuntavam um atraente negócio para quem o comprasse, estando o negro enquadrado nos critérios de boa peça requeridos para a exigência do comércio negreiro de oitocentos.

PRECIZA-SE comprar um escravo, ou escrava, Maior de 40 anos e de conducta morigerada; para tratar dirijam-se a casa do Sr. Capitão Pedro Luiz.¹¹⁹

Miguel Borges, compra uma encomenda, uma escravinha de 8 á 10 anos de idade, sadia e de bonita figura, e bem assim um escravo cozinheiro, ou mesmo escrava nas mesmas condições.¹²⁰

João da Cruz Pereira da Fonseca, a pouco chagado do Maranhão, e residente na rua do Paysandú d'esta Cidade, **COMPRA ESCRAVOS** de ambos os sexos, e paga-os bem: não fazendo questão de cór. Chama atenção dos mesmos possuidores, que deverão aproveitar sua estada, para depois não se verem na dura contingencia de vende-los por baixo preço, em sua auzencia.¹²¹

Numa sociedade escravagista, possuir um escravo era também símbolo de necessidade, visto que eram eles que desempenhavam as funções que geralmente uma pessoa liberta não faria. Trabalhos manuais que eram vistos com preconceito, os escravos já estavam habituados a desempenha-los cotidianamente. Segundo Genimar M. R. de Carvalho, no seu trabalho sobre a cidade de Teresina no século XIX, argumenta que para além de desempenhar funções como de pedreiro, ferreiro, carpinteiro, esses escravos poderiam desempenhar funções diversas, na ausência de um ofício definido:

Estes trabalhadores realizavam funções variadas de acordo com a necessidade da economia local. Muito amiúde, principalmente nos espaços urbanos, eram vendedores de frutas e doces, carregadores de água, lavadeiras e engomadeiras,

¹¹⁸ SCHWARCZ, Lília. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 134.

¹¹⁹ Jornal: A Opinião Conservadora: 19 de Agosto de 1875. (Theresina). Edição de Número 78.

¹²⁰ Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 22 de Janeiro de 1869. (Theresina). Edição de Número 183.

¹²¹ Jornal: A Epoca: Órgão Conservador: 11 de Setembro de 1880. (Therezina). Edição de Número 125.

amas-de-leite, carreiros (transportadores de mercadorias), escravos de ganho ou de aluguel.¹²²

Já nos casos de anúncios noticiados acima, podemos perceber que o modelo era seguido pelo anúncio de venda, assim como nos casos que comentamos anteriormente, esses anúncios também ficavam localizados em meio a outros anúncios de remédios, casas tipográficas, vendas de lotes de terra, casas, propagandas farmacêuticas, venda de roupas de grife, serviços de pedreiros, dentre outras coisas que eram propagandeados nos anúncios de jornais do Piauí oitocentista. Esses casos de *PRECIZA-SE*, *COMPRA ESCRAVOS*, eram bem mais frequentes que os anúncios de venda de escravos, pelo menos, nos periódicos pesquisados e retratados na tabela 1.

No primeiro anúncio observa-se a necessidade de um escravo do sexo masculino ou feminino com uma idade acima de quarenta anos. Segundo sua idade esse escravo era considerado velho, dado as condições de vida e a dura labuta do trabalho servil, sobretudo, porque isso diminuía em anos a vida útil do negro. Um escravo dado a experiência de vida poderia desempenhar algumas funções domésticas que estavam de acordo com suas limitações físicas. Isso especulamos segundo a sua procura no anúncio destacado. E isso talvez se evidencie para além de sua idade, ter que ser portador de uma conduta morigerada, dito de outra forma, que tenha um bom procedimento, educado e, sobretudo, de uma vida sem excessos.

No segundo anúncio, nota-se a necessidade de uma escrava de oito a dez anos de idade, uma escrava que apesar da pouca idade, poderia desempenhar vários trabalhos dentro do âmbito doméstico, e mesmo fora dele. Isso se mostra pelo fato da mesma ter que ser sadia e de figura agradável ou bonita. Possivelmente, dado as restrições do procurador, a respectiva escrava desempenharia alguma tarefa relacionada a cuidar de crianças ou tarefas similares a sua pouca idade e ao seu sexo. No mesmo anúncio o mesmo procurador também destaca seu interesse por um escravo que obedecendo o mesmo critério de saúde e beleza, pudesse desempenhar a função de cozinheiro ou cozinheira, sendo que poderia ser do sexo masculino ou feminino.

No terceiro anúncio, destaca a figura de João da Cruz Pereira da Fonseca, residente na província do Maranhão, que em sua estadia na cidade de Teresina, na rua do Paysandú, traz de sobre aviso seu interesse em comprar escravos de ambos os sexos. Poderíamos especular que esse tenha sido o real motivo pelo qual se explica a sua estadia em Teresina. Seu perfil

¹²² CARVALHO, Genimar M. R. de. O Perfil dos Trabalhadores Escravizados de Teresina: Uma Análise do Censo de 1872. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 187-188.

prefigura-se a de um traficante de escravos, que compraria escravos no Piauí e vendê-los-iam em outras províncias, inclusive a do Maranhão onde possivelmente era residente. Sobre João da Cruz Pereira da Fonseca, percebemos que nossas especulações estão corretas, visto que, sobre o mesmo encontramos algumas referências na obra de dissertação do prof. Dr. Mairton Celestino da Silva “Batuque na Rua dos Negros: Cultura e Política na Teresina da segunda metade do século XIX”, pesquisado no periódico O Semanário, de 6 de setembro de 1879:

João da Cruz Pereira da Fonseca, um prestigiado comerciante de escravos do Maranhão, constantemente anunciado na imprensa seu interesse em adquirir cativos do Piauí. Para ele, caso o cativo fosse dado à indolência, rebelde ou fugido, ainda assim os compraria, pois os motivos “que levava seu proprietário a se desfazer do bem, seja por indisciplina, corpo-mole ou defeito físico” de nada significavam para o negociante.¹²³

João da Cruz Pereira da Fonseca, segundo podemos perceber na obra do Mairton Celestino, foi um homem de vasta experiência no comércio interprovincial entre Piauí e Maranhão, provavelmente tendo ciência das denúncias feitas pelos senhores de escravos das duas províncias de certas práticas que alguns teresinenses tinham em esconder ou manter em cárcere escravos fugidos de outras regiões, justificando assim sua constante presença em Teresina.

Indo mais adiante em nossas pesquisas, sobre as fugas de escravos, encontramos apenas um caso de fuga feminina destacado nas tabelas 1 e 2. No entanto, não queremos aqui dizer que essas fugas não teriam acontecido com tanta frequência quanto as fugas masculinas, porém, o que percebemos é que, pelo menos nos jornais que analisamos, a ênfase era dada mais as fugas de escravos masculinos. No entanto, sabemos que tanto para uma escrava fugir, como para um escravo, existiam um conjunto de fatores que contavam no momento da empreitada. Em alguns casos era necessário, no caso de escravas, carregarem filhos, que muitas das vezes ainda poderiam ser de colo, outras levavam o parceiro, ou em outras ocasiões, tentavam carregar a família toda, isso tornaria a fuga muito mais lenta e dificultosa. Levando em consideração que em todos os casos, os perigos dos caminhos, a fome, a sede, as marcas da escravidão que carregavam no corpo, tudo isso influenciava no momento da fuga. Segundo o Jornal “A voz da Verdade: Jornal Político, Literário e Comercial” de 28 de Fevereiro de 1849:

No dia 22 do corrente fugiu ao abaixo assignado uma escrava de nome Maria, baixa, preta, já idosa, tem os olhos cobertos de belidas brancas, e o dedo índice de uma das mãos torto. Foi moradora em Valença, e por isso talvez tenha

¹²³ SILVA, Mairton Celestino da. *Batuques na rua dos negros: escravo e polícia na cidade de Teresina, séc. XIX*. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2008. p. 44.

seguido para lá. A pessoa que pegala pode trasela a casa do anunciante que lhe pagará o seo trabalho. Oeiras 27 de Fevereiro de 1849. – Antonio João B. Ferreira. (Oeiras do Piahy, na Typ. Saquarema 1849)¹²⁴

Nesse anúncio no qual destacamos acima, a escrava já era idosa, e isso possivelmente tenha dificultado muito a sua fuga. É possível notar na descrição que, ela também era portadora de uma doença nos olhos, que dificultava sua visão. Nesse caso, a escrava além de ser idosa, estava quase cega, pela doença, visto que o anuncio destaca que a doença seria nos dois olhos, e um dedo de uma das mãos torto, possivelmente tenha sido quebrado em algum acidente de trabalho ou mesmo por algum castigo.

Bem, os castigos muitas vezes tinham intrínsecas relações com as marcas ou defeitos que o negro fujão carregava em seu corpo na descrição dos anúncios, salvo exceções de que muitas marcas, também poderiam ser de nascença, outros carregavam marcas tribais que o identificava a sua nação de origem africana como já bem mencionamos anteriormente. Segundo a Maria de Fátima Novaes Pires, “o emprego de meios coercitivos e violentos constituíam-se mecanismos de punição e controle, fazendo parte do desempenho das funções senhoriais”.¹²⁵ Sobre os defeitos e marcas portados pelos escravos, Freyre aborda em sua obra “O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX”:

Havia, entre os fujões, aleijados, anormais, canhotos. Escravos com seis dedos em cada pé. Gagos. Canhotos. Zarolhos. Outros faltando dedos mindinhos nas mãos. Alguns de fala atravessada ou sem saber falar português: falando só nagô e “língua da Costa”. Ainda outros com o braço esquerdo mais comprido que o direito. Homens de fala de mulher. Mulheres com barba no queixo. Velhos puxando por uma perna. Negros banguelas, os dentes limados ou tirados como marca de nação ou rito de iniciação na idade adulta.¹²⁶

Os castigos poderiam acontecer de diversas formas, segundo registra Talyta Marjorie Lira Sousa:

Os castigos poderiam ser: ir para o tronco e ser chicoteado, ser preso a correntes de ferro, obrigados a usar gargalheiras [colar de ferro], máscaras de flandes [uma máscara usada como punição para os casos de alcoolismo e furto de alimentos e diamantes. Esta máscara poderia ser de vários modelos, em um deles havia três furos apenas para olhar e respirar, sendo trancado com um cadeado atrás da cabeça e, em outros, cobria apenas a boca, impedindo que o negro se alimentasse de terra visando o suicídio como forma de resistência à escravidão,]. Ademais o escravizado poderia ser obrigado a ir para o cepo [um grosso tronco de madeira que o escravizado carregava à cabeça preso por uma

¹²⁴ Jornal: A Voz da Verdade: Jornal Político, Literário e Comercial: 28 de Fevereiro de 1849. (Oeiras). Edição de Número 05.

¹²⁵ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003. p.180.

¹²⁶ FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora, 2012. p. 70.

longa corrente a uma argola que trazia no tornozelo], usar os anjinhos [instrumentos de suplício que prendiam os dedos polegares da vítima em dois anéis que comprimiam gradualmente por intermédio de uma pequena chave ou parafuso], usar o libambo [um chocalho colocado especialmente nos escravos que fugiam, o qual dava sinal quando o negro andava, indicando que se tratava de um escravizado fujão], e muitos outros, como: o bacalhau, à palmatória, o ferro para marcar com inscrições o corpo do escravizado faltoso, o vira mundo, as algemas, a gonilha ou golilha, a peia, e o colete de couro.¹²⁷

Os métodos de castigos eram diversos, sobretudo, pelo fato de que a reincidência da fuga poderia representar uma repreensão ainda mais severa e exemplar, para que servisse de intimidação aos demais que pretendessem a mesma empreitada. Fosse ele fujão, o seu corpo daria indícios. As argolas de ferro ao pescoço, nos tornozelos, a máscara de flandres, os sinais de relho nas costas e nadeças, tudo daria provas da conduta famigerada do negro.

Tendo como ponto de partida, as informações acima, traremos alguns casos que remontam bem essas condições evidenciadas nas marcas deixadas pela escravidão nos escravos fujões e fomentadores de fugas. O Jornal “O Piauí: Órgão do Partido Conservador”, de 21 de Maio de 1870, traz o seguinte anúncio:

Ao tenente-coronel José Antonio d’Oliveira fugiu, no dia 31 de Janeiro p. p. de seu estabelecimento de canna denominado, Nova-Australia, . o escravo Jeronimo, dos sinais seguintes: Idade 40 e quatro annos, cor preta avermelhada estatura, baixa e muito corpulento, barba pouco, rosto e testa irrugados, pés achatados, falla desembaraçado e tem uma ferida n’um hombro ha mais de dez annos, que não sara, Desconfia-se que sahio n’um cavallo pequeno melado baio ou n’um russo queimado de clinas pretas, em direcção a Vargem Grande de chapadinha, para reunir-se à a um parente forro que alli tem e seguirem para o Brejo, Parnahyra ou Piauí onde tem parentella. Quem o capturar e entregar á seu Senhor em qualquer de seus estabelecimentos de lavoura, ou na capital em sua ausencia, ao Sr. Manoel Joaquim Fernandes, receberá boa gratificação. Maranhão 18 de Fevereiro de 1870.¹²⁸

Segundo o anúncio acima, para além das principais característica físicas do escravo representadas pelo anunciante, ou seja, ter a idade de 44 anos, cor preta avermelhada, ser baixo e corpulento, pouca barba, testa enrugada, que segundo sua idade, já poderia ser considerado um negro velho, visto o serviço ter-lhe consumido sua juventude, quando chegavam aos quarentam estavam já envelhecidos e em muitos casos debilitados. Ter pés achatados, e ser bom falador. Chama-nos atenção, o fato de ter no seu ombro uma ferida que não se cura a mais de 10 anos. É Possível que tenha adquirido através de algum castigo por fuga, ou mesmo algum acidente de trabalho, ou discursão com outro escravo, visto que, as possibilidades são infinitas,

¹²⁷ SOUSA, Talyta Marjorie Lira. História e Memória da População Negra: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 251-252.

¹²⁸ Jornal: O Piauí: 21 de Maio de 1870. (Theresina). Edição de Número 130.

no entanto, era uma marca respectiva ao estado de servidão, sobretudo, porque só a ferida no ombro já lhe consumia a uma década, para além de outras marcas não descritas, mais que, no entanto, deveria portar ao corpo. O negro era residente na província do Maranhão, logo era comum nas fugas, um escravo procurar reduto em outras províncias. Destacaremos outros exemplos mais à frente.

No Jornal “A Imprensa: Periódico Político e Órgão do Partido Liberal”, que tem como redatores, o Bacharel Deolido Mendes da Silva Moura e David Moreira Caudas, de 14 de Outubro de 1865, é registrado o anúncio da fuga do escravo Marcellino de propriedade do Capitão João Alvares de Sousa. O anúncio traz as seguintes descrições:

Fugiu ao abaixo assignado no fim do mez ultimo o seu escravo crioulo de nome Marcellino, cabra, alto, de vinte e tantos annos de idade; gosta muito de beber aguardente, de jogar e mascar fumo, tem o andar descansado, e é meio corcunda, tem os dedos dos pés muito maltratados principalmente os minimos. O abaixo assignado roga a todas as authoridades que recommendem a captura delle, e que sendo preso o entreguem na Theresina ao Capitão João Alvares de Sousa, que pagará todas as despezas que por ventura se fizer com a captura delle. Parnahiba 24 de Agosto de 1865. J. F. de Miranda Filho.¹²⁹

Segundo o anúncio, desta vez um escravo bem mais jovem, de pouco mais de vinte anos, que para além de algumas características físicas descritas pelo anunciante, ele é alto, chegando a ser corcunda, provavelmente pelo excesso de peso que carregou durante a vida, ou mesmo de nascença, tendo os dedos dos pés bastante maltratados. O anúncio também destaca que é um cabra, crioulo, provavelmente da mistura de um nativo indígena com um negro. Crioulo, porque já era nascido aqui no Brasil. Uma ponto também interessante, é o fato desse escravo ter os vícios de beber água ardente, jogar e mascar fumo. Essas práticas remontavam muito o cotidiano do escravo no Piauí oitocentista, visto que, se repetem muito nos anúncios.

Escravos que tinham vícios de beber costumeiramente, representavam bastante trabalho para seu senhor, não só na província do Piauí, mais em outras regiões onde havia predominância do cultivo da cana de açúcar, visto afetarem a produção do escravo nas fazendas, as vezes os levariam a morte pelo consumo exacerbado. Segundo Freyre “O vício da cachaça entre os negros – pode-se mesmo generalizar: entre os brasileiros das regiões dominadas pelo açúcar – chegou a excessos alarmantes no tempo do Império”.¹³⁰ Nesse contexto, a máscara de flandres poderia representar uma alternativa para seu proprietário aos excessos do negro. Com a máscara ele estaria controlado ao rigor do senhor, tanto na bebida como também na possibilidade de

¹²⁹ Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 14 de Outubro de 1865. (Teresina). Edição de Número 12.

¹³⁰ FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora, 2012. p. 73.

comer terra ocasionando o suicídio. Segundo Talyta Marjorie “Esta máscara poderia ser de vários modelos, em um deles havia três furos apenas para olhar e respirar, sendo trancado com um cadeado atrás da cabeça e, em outros, cobria apenas a boca [...]”.¹³¹ Sendo as bebedices vícios entre escravos que se repetiam nos noticiários, o certo era que, cada valor gasto na captura do negro seria depois descontado na ponta do chicote e em horas de trabalho.

Segundo o Jornal “O Piauí: Órgão do Partido Conservador”, de 31 de Julho de 1873, fugiu o escravo Francisco do Sr. Marcelino Tito, que traz as seguintes características:

Acha-se fugido, desde 29 de Junho ultimamente findo, o escravo de nome Francisco, preto. 50 annos de idade, pouco mais ou menos, altura regular, magro cabellos carapinhos, e tem uma marca vermelha em um olho; dentes bons, porem limados. Quem o capturar e entregar ao seu Senhor Marcelino Tito, Campo-Maior; ao capitão Miguel Borges, em Theresina, e em Caxias ao capitão João Barbosa, será bem gratificado.¹³²

O anúncio agora nos traz a descrição do escravo Francisco, que já havíamos mencionado anteriormente, visto ser ele o negro mais velho encontrado nos anúncios dos jornais pelos quais pesquisamos. Com sua idade de 50 anos, pouco mais ou menos, podemos perceber que se trata de um escravo considerado idoso, visto como já destacamos em outro momento, devido ao trabalho degradante, a má alimentação, as longas jornadas de trabalho e os castigos abreviaria sua vida. Salvo aqui dizer que no entanto, alguns escravos chegavam a avançadas idades, não sendo regra a morte antes da terceira idade. O fato desse escravo ter os dentes limados, pode nos arremeter a um passado tribal de alguma origem étnica africana, provavelmente a marca seria de iniciação à idade adulta. Carregava uma marca no ombro, resultada de algum serviço excessivo ou castigo sofrido ou mesmo acidente de trabalho.

Era comum encontrar anúncios de escravos fugidos de outras províncias sendo noticiados nos jornais do Piauí como destacamos na tabela 3 no início desse capítulo. A exemplo temos os dois casos de fugas de escravos que residiam na província da Bahia, moradores na fazenda Bairro Alto, o escravo Pedro de propriedade do Sr. Luiz Carlos Bacellar e o escravo Bruno de propriedade do Sr. Manoel Antunes Pereira de Abreo Bacellar, sendo noticiados no Jornal “O Escholastico”, publicado na Tipografia Saquarema, na até então Capital Oeiras, em uma quarta-feira, do dia 3 de Outubro de 1849:

Fugiu a Luiz Carlos Bacellar, na fazenda Bairro Alto da Villa de Pilão areado na Provincia da Bahia, um escravo de nome Pedro, mulato aça, cabellos alguma

¹³¹ SOUSA, Talyta Marjorie Lira. História e Memória da População Negra: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 251.

¹³² Jornal: O Piauí: 31 de Julho de 1873. (Theresina). Edição de Número 274.

cousa pegados ao casco, olhos gazeos, boca um tanto funda, peitos sahidos, estatura regular: era delgado no corpo, quando fugio, e ainda não tinha barba; terá de idade pouco mais ou menos 23 annos; tem sido bastante açoutado nas costas, e tem em uma das cannelas, que são muito finas, uma cicatriz: os pés são grandes e malfeitos. He sapateiro, e entende tambem de bolieiro: é muito prosista, e joga dinheiro, fugio em 1846. Quem o apanhar e levar ao seu Sr. receberá a gratificação de 150\$000.

- Fugio a Manoel Antunes Pereira de Abreo Bacellar, morador na Fazenda Bairro Alto, sita nas margens do Rio São Francisco na Provincia da Bahia, um escravo de nome Bruno, mulato alvo, baixo e grosso, pernas arqueadas, pés curtos e largos, cabellos pretos e anelados, com grande signal de contusão na cabeça, e de facadas no corpo, e tem sido açoutado. Tem pouca barba, e é doente dos escrotos por causa de erne ou quebradura; a falla é rouca, e gosta de bebedeiras e jogos: terá 40 annos de idade, pouco mais ou menos, e fugio em 1845. Quem o captar e levar ao seu dono será bem recompensado.

Oeiras do Piauhy na Typ. Saquarema. Impresso por Elias Soares Gama.¹³³

Nos referidos anúncios, ambos o escravos residiam na mesma Fazenda, no entanto, de senhores diferentes, respectivamente de uma mesma família dado ao sobrenome Bacellar. No primeiro caso, o negro Pedro, de 23 anos, para além de suas características físicas, trazia no seu corpo marcas de açoites nas costas, e com uma cicatriz em uma das canelas, sendo este escravo sapateiro e boleiro. No segundo caso, agora o escravo de nome Bruno de 40 anos de idade, que para além de suas características físicas, carregava como marca da escravidão um grande sinal de contusão na cabeça e marcas de facadas e relho pelo corpo, deixando em destaque que deveria ter sido muito castigado. E também doente dos “escrotos” (testículos), motivado por uma hérnia ou quebradura. Uma característica que aproxima ambos é o fato de serem adeptos a jogos, e no segundo caso, do escravo Bruno, deixa a destacar que gostava também de bebedeiras. Nos dois casos são oferecidos recompensas sendo que no primeiro caso, a recompensa é colocada em destaque no valor de 150\$000 rs. Pelas cicatrizes de relho que ambos carregavam no corpo, podemos assim entender, que não foi a primeira fuga, visto que as fugas eram retribuídas com castigos de açoites e troncos, dentre outras formas, julgando a crueldade de cada senhor. Talvez o motivo dos açoites também se justificaria por conta da vida desordeira de jogos e bebedeiras que lavavam. Segundo Keila Grinberg, falando de castigos físicos ela argumenta que:

De fato, embora os castigos físicos exemplares, entre os quais a imobilização em troncos ou os açoites em pelourinhos, que frequentemente culminavam na morte dos castigados, fossem aplicados em situações extremas como a fuga ou a rebeldia, o castigo, assim como o controle sobre as ações dos escravos, fazia

¹³³ Jornal: O Escholastico: 3 de Outubro de 1849. (Oeiras). Edição de Número 08.

parte do cotidiano da escravidão no Brasil. Com ele os senhores propagavam o temor entre seus escravos, na esperança de produzir "obediência e sujeição".¹³⁴

Para além da província da Bahia, encontramos alguns negros que também residiam na Província do Maranhão. Sendo um caso de Caxias e um de São José dos Matões. E todos registrados em anúncios do Jornal “A imprensa: Periodico Politico e Órgão do Partido Liberal” de Theresina, com o Bacharel Deolido Mendes da Silva Moura e David Moreira Caudas, como redatores. Um do ano de 1866, outro de 1869. O primeiro caso é do negro Cunstancio, residente da Cidade de Caxias, Maranhão, pertencente ao Dr. Manoel Jansen Ferreira, segundo o anúncio:

- Fugio da cidade de Caxias o escravo Cunstancio, pardo escuro, baixo, cheio de corpo, officio ferreiro, e pertencente ao Dr. Manoel Jansen Ferreira, juiz de direito da comarca de Carolina, na província do Maranhão; pede-se á quem tiver noticia do dito escravo, que o mande capturar, e remeta para a cidade de Caxias, á ser entregue ao Sr. capitão José Jansen Ferreira, e aqui aos Srs. Morada & Irmão, que estão authorisados á recebê-lo, e pagar as despesas precisas.¹³⁵

O segundo anúncio nos descreve a fuga de dois escravos, ambos residentes da mesma fazenda, um de nome Claro e o outro Theodorico, ambos residentes em S. Pedro, Município de São José dos Matões, província do Maranhão. O anúncio nos traz a seguinte descrição:

Fugiram do abaixo assignado, morador no lugar S. Pedro, município de S. José dos Matões da provincia do Maranhão, dous escravos de nome Claro e Theodoro – com os sinais seguintes: O primeiro mulato trigueiro, idade que representa ter 30 annos, testa pequena, beiços finos, com signal de um talho, que parte uma das sombrancelhas, um outro em forma de circulo pouco acima de um dos joelhos, e um caroço bem visivel acima do umbigo.

O outro de 24 annos de idade, cor preta, cabellos pegados, falta de dentes na frente pelo lado de cima, pés e mãos pequenos. Quem pega-los e entrega-los ao Sr. major Olegario Ortis da Silva Rios – em Theresina, aos Srs. Capitão Jeremias José da Silva Mello e tenente Firmino Correia de Lemos, em Oeiras, e o Sr. Manoel Thomas de Moura, em Caxias, será bem recompensado.

Previne-se que Claro fora visto no sitio do Sr. major João Ignacio D’Almeida, do municipio de S. Gonçalo, disendo ir para cidade de Oeiras.

Theresina, 3 de Novembro de 1869.

Pedro José de Moura.¹³⁶

Era comum, escravos fugirem da província do Piauí para outras províncias, bem como, escravos de outras províncias serem noticiados em jornais piauienses, como nos já citados anúncios acima. Muitos escravos fugiam por diversos motivos, que segundo Talyta Marjorie “[...] aproveitaram a morte do senhor para fugir, outros fugiam para se esconder de algum crime,

¹³⁴ GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018. p. 149.

¹³⁵ Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 16 de Junho de 1866. (Theresina). Edição de Número 47.

¹³⁶ Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 6 de Novembro de 1869. (Theresina). Edição de Número 222.

para procurar um novo dono ou um padrinho que os ajudassem numa disputa com o seu senhor pela alforria”.¹³⁷ Como no caso acima, do escravo Claro, que fugiu do município de São José dos Matões, no Maranhão, e possivelmente teria sido visto no sitio do Sr. major João Ignacio D’Almeida, do município de S. Gonçalo, dizendo ir para cidade de Oeiras. Talvez sua estadia no sitio do Sr. major João Ignacio D’Almeida teria sido por motivo de procurar apadrinhamento, subsidio ou mesmo um novo senhor. A opção em sair de Caxias, Maranhão, para o Piauí, se deve a proximidade das províncias, sobretudo, porque em uma outra província representaria uma nova vida, em alguns casos, uma outra identidade e uma vida de liberdade, ainda que fosse por pouco tempo, no caso de ser recapturado. Levando em conta que os anúncios eram eficazes para o objetivo que lhes eram propostos, ou seja, se no caso fosse a fuga; a informação do negro e sua captura circulava em jornais de outras províncias, no intuito de fazer conhecido as características do negro onde quer que fosse, visto que, na maioria das vezes as recompensas soavam também como propostas tentadoras, que possibilitava ainda mais a sua captura. Segundo Amaral:

Para o escravo que quisesse voltar espontaneamente à casa de seu senhor, era facultado o costume de “tomar padrinho”. O padrinho devia interceder junto ao senhor do escravo para que esse não fosse castigado ou ainda que o castigo fosse atenuado. Este era um costume que existia desde a época colonial e que parece ter se disseminado por todo o país.¹³⁸

Para além do apadrinhamento, os escravos poderiam fugir para se esconderem de algum crime, como destaca Marjorie acima, ou mesmo, para procurar uma nova família, que lhes dessem um tratamento mais humano, representando menos castigos e trabalhos menos degradantes, consolidando assim uma forma de resistência. Nos casos de escravos das fazendas da Nação, a fuga poderia ser para denunciar as autoridades os maus tratos que sofriam nas respectivas fazendas, mesmo que muitas vezes não fossem bem sucedidos, como já bem abordamos anteriormente.

Encontramos também anúncios de escravos que fugiram dos termos da cidade de Picos, visto que achamos por bem trazer a memória, para que possamos analisa-los. O primeiro anúncio está registrado no Jornal “A Epoca: Órgão Conservador”, edição do dia 30 de Novembro de 1878, da Cidade de Theresina. Segundo o anúncio, o escravo por nome Cyrillo, de propriedade do Sr. Ricardo Rodrigues de S. Martins, que veio a fugir no dia 20 de Outubro de

¹³⁷ SOUSA, Talyta Marjorie Lira. História e Memória da População Negra: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014. p. 254.

¹³⁸ AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Resistencia e Liberdade em Sergipe: Continguiuba, 1860-1888*. Tese de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador, 2007. p. 95.

1878, do lugar chamado Gameleira, no termo da Cidade de Picos, e suas características são as seguintes:

No dia 20 do corrente mez fugio desta fazenda o meu escravo Cyrillo, mulato, alto, cheio de corpo, de bonita figura com idade de 36 a 38 annos; tem falta de dentes na frente e a conversação branda e macia; é inteligente, curioso, negociador e velhaco. Lavra madeiras de machado e enchó; sabe curtir couros, e fazer assucar e rapaduras: faz tambem fornalhas. Tem o vicio de mascar fumos, e levou nas costas sinais de rêlhos, sendo alguns recentes. Rogo a qualquer pessoa, que tenha noticia do dito escravo, que o faça prender e m'o remetta com segurança; assegurando aos conductores, que receberam boa gratificação. Gameleira, do termo dos Picos, na provincia do Piauhy, aos 31 de Outubro de 1878.

Ricardo Rodrigues de S. Martins.¹³⁹

Já o segundo anúncio foi registrado pelo Jornal “A Imprensa: Periodico Politico e Órgão do Partido Liberal”, edição do dia 25 de Julho de 1868. Agora foi o caso do escravo Benedicto de propriedade do Sr. Honorato Gonçalves Guimarães. O Jornal nos traz as seguintes descrições:

Abaixo assignado residente no dos Picos fugio um escravo de nome Benedicto, cabra preto, sem barba; tem um signal pouco visivel no rosto, abaixo de um olho; é bem fallante, conversador e cortez tendo como signal mais caracteristico os pés sahidos para fora. Terá 40 annos de idade pouco mais ou menos. Esteve no termo de Valença, onde procurou a proteção dos Srs. Dr. Gastão Ferreira de Gouveia Pimentel, Belleza, e Luiz José Nogueira afim de conseguir que o abaixo assignado o alforriasse por uma insignificante quantia, e declarou que d'alli iria á cidade de Caxias procurar para o mesmo fim proteção da Exm.^o Sra. D. Amancia, a quem elle conhece. Rogo a todas as authoridades e mais pessôas que o encontrarem que o prendam e recolham a cadeia do lugar onde estiver, communicando-se-me immediatamente ou ao Dr. Firmino de Souza Martins para esta villa ou ao capitão João Gonçalves de Magalhães na cidade de Theresina.

Picos 25 de Junho de 1868.

Honorato Gonçalves Guimarães.¹⁴⁰

No primeiro anúncio da fuga do escravo Cyrillo, é possível notar que para além de suas características que lhe foram atribuídas, observa-se as marcas de relho que levava nas costas, sendo que algumas são recentes em relação as demais, dando-nos a perceber que a fuga em sua essência era pleiteada diversas vezes. Foi bem observado que o negro era inteligente, no entanto, velhaco. O anúncio destaca que o escravo trabalhava com madeira, sabia curtir couro, e fazer açúcar e rapadura, e fazia também fornalhas. Esse negro deveria ter muita importância para o seu senhor, visto tantos ofícios que desempenhava, levando em consideração que todo

¹³⁹ Jornal: A Epoca: Órgão Conservador: 30 de Novembro de 1878. (Therézina). Edição de Número 35.

¹⁴⁰ Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 25 de Julho de 1868. (Theresina). Edição de Número 157.

aquele que o encontrar, o traga em segurança. Era um apelo de seu proprietário, a segurança de seu escravo, tanto que seria pago uma boa recompensa para aquele que assim o fizesse. A falta dos dentes frontais, poderia representar uma marca de sua nação de origem ou mesmo consequência do tempo e a falta de cuidados.

No segundo caso, do escravo Benedicto, podemos perceber que para além de suas descrições físicas, ele tinha os pés saídos para fora, que segundo o noticiário, era-lhe o sinal mais característico. Também conversador e córtex, qualidades que o anunciante deixa transparecer no anúncio. Esse negro fugiu no intuito de buscar proteção e apadrinhamento, também procurou alguém que comprasse sua alforria por um pequeno valor, que o anunciante não deixa conhecido. Isso nos arremete ao que havíamos comentado anteriormente, que as fugas poderiam ser resultadas por diversos motivos. Esses motivos como formas de resistência, endossavam já nos finais da segunda metade do século XIX, com a proximidade da abolição, a consciência de seu estado servil e as leis que podiam-lhes dar-lhes alguns direitos assegurados mesmo que ainda sobre a tutela escravagista de uma sociedade pastoril sucumbindo aos raios de um novo tempo que viria com a lei Aurea. Segundo Chalhoub:

Ao fazer referência a castigos intoleráveis nos dá acesso a todo um universo de percepções dos escravos a respeito de seus direitos, percepções essas que fundamentavam ações firmes no sentido de impor certos limites à ciranda de negócios da escravidão.¹⁴¹

Em um outro anúncio, agora destacando o caso do negro Sebastião de 26 anos de idade, de propriedade do Sr. Egidio Antonio de Souza, que residia na Fazenda Bucaina, também do termo de Picos. Esse anúncio foi noticiado também pelo Jornal “A Imprensa: Periodico Politico e Órgão do Partido Liberal”, do dia 31 de Março de 1866, na edição de número 36. Segundo o mesmo:

Fugio ao abaixo assignado no dia 20 de Fevereiro deste anno o seu escravo cabra de nome Sebastião, altura regula, idade vinte seis annos; gosta muito de divertimentos, beber e mascar fumo, tem os dentes limados, os dêdos dos pés bem abertos, os cabellos pretos.

O abaixo assignado roga a todas as authoridades que recommendem a captura d'elle, que sendo preso o venha trazer na fazenda Bucaina deste termo dos Picos, que pagará toda essas despesas que por ventura se fizer na captura d'elle.

Bucaina 9 de Março de 1866.

Egidio Antonio de Souza.¹⁴²

¹⁴¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 53.

¹⁴² Jornal: A Imprensa: Periódico Político: 31 de Março de 1866. (Theresina). Edição de Número 36.

Neste anúncio, é registrado outro escravo que fugiu das proximidades de Picos, da então fazenda Bucaina, que segundo as características, era muito dado a vida de bebedeiras, visto que, dessa forma talvez representasse algum problema para seu proprietário, pois que, para o senhor a bebida poderia representar a desgraça do escravo, que tornava-se preguiçoso, desordeiro e desinteressado com os serviços da fazenda. Também mascava fumo, pratica exercida por muitos escravos, bem como libertos. O fato de possuir os dentes limado, pode se arremeter a uma marca tribal de sua descendência africana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos jornais transcorridos, tivemos a oportunidade de manter um contato mais direto com uma infinidade de informações que foram essenciais para nos direcionar a uma possível construção do passado escravista piauiense de oitocentos. E porque não dizer, do passado escravista brasileiro, visto que, esta pesquisa também se propôs a manter um diálogo com a escravidão em outras províncias do Brasil.

Esse trabalho nos possibilitou através das fontes e do debate historiográfico, pensar várias formas de relações sociais que se constituíram entre senhor/escravo, através dos traços deixados pela imprensa jornalística piauiense. Nossa análise se propôs a desconstrução do imaginário de somente submissão, servidão e opressão. Sobretudo perceber através dos anúncios, falas pormenorizadas, tímidas, quase imperceptíveis, que indicaram outras possibilidades de relações sócias construídas no Brasil do século XIX.

Tivemos como objetivo abordar as fugas, os castigos, as marcas que os negros portavam no corpo, enquanto formas de resistência. Embora os ventos da abolição já circulassem por todo o país, na província do Piauí, alguns jornais, e proprietários de escravos ainda assumiam posturas bastante conservadoras. Sobretudo porque os anúncios de escravos ainda continuavam sendo noticiados nos jornais, seja como forma de protesto, ou como posicionamentos conservadores que viam os negros ainda como propriedade, “peças”, de seu senhor.

Embora os senhores estivessem conscientes que o sistema escravagista estava fadado ao fracasso, o fim do tráfico Atlântico de escravos em 1850, já não inseria mais mão de obra escrava no mercado brasileiro de negros, e as leis emancipacionistas, aboliam paulatinamente a escravidão, mesmo assim procuravam resistir, através do tráfico interno de escravos. Anúncios de venda, compra de escravos, recompensas e aluguel de cativos nas páginas dos periódicos mencionados, mostram que a comercialização de negros continuaram entre províncias, e que possibilitou a aproximação das mesmas. A exemplo disso, podemos destacar alguns escravos residentes na província do Piauí. Por necessidade ou mesmo visão de lucros maiores, eram vendidos para províncias do Sul do país, como: São Paulo e Rio de Janeiro, para os trabalhos nas lavouras de café. Fato que já bem registramos no segundo capítulo desse trabalho.

Os resultados alcançados nessa pesquisa, almeja entre outras coisas, formular um retrato falado do escravo. Alguns anúncios apontavam também para aspectos importantes da vida dos negros, como a existência de família, o conhecimento de um ofício, o nome de um antigo

proprietário, um provável destino de fuga, que mesmo de forma indireta, nos direcionaram na interpretação dos possíveis motivos que ocasionaram as mesmas.

Uma dos questionamentos levantados sobre a fuga de escravos no Piauí, poderia ser a existência do tráfico de escravos entre províncias, que poderia representar uma mudança significativa na vida dos cativos. A constante ameaça da possibilidade de venda para o Sul cafeeicultor, de trabalhar para um senhor que não fosse do seu agrado, de ter que se adaptar a diferentes tipos e ritmos de trabalho, de se separar de seus familiares, possivelmente foram algumas das motivações que fizeram com que os negros pleiteassem as fugas. No entanto, são os castigos e o trabalho excessivo, a péssima alimentação, as más relações senhor/escravo, que alavancaram os maiores registros de foragidos escravizados.

O caminho trilhado até esse momento, procurou pensar algumas características do passado histórico de sujeitos, que buscaram refletir o seu mundo e nele interagir. A fuga não indicava necessariamente romper com os grilhões do escravismo. Podia, ao invés disso, ser uma possibilidade dos cativos imporem certos limites às relações de dominação escravagista, e de se posicionarem em forma de resistência frente aquele cotidiano que os oprimia.

Nosso objetivo foi trazer a luz da historiografia as relações senhor/escravo, através dos anúncios dos já citados jornais. Sobretudo, para além disso, pensar como se desenvolveu alguns discursos que legitimaram a escravidão africana, bem como, se desenvolveu o trajeto desses sujeitos até o Brasil, e do Brasil, até chegarem a província do Piauí. Para tanto tivemos o cuidado de manter um diálogo constante com a historiografia local, partindo então do já produzido, para que pudéssemos acrescentar ainda mais ao que já estava posto enquanto escravidão piauiense. Dos anúncios de fugas, vendas e alugueis de escravos, tentamos no curso da nossa pesquisa manter um diálogo constante, e, sobretudo, compreender a luz do presente, formas de resistência do cativo, já nas últimas décadas para se chegar a abolição.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

Jornal: A Epoca: Órgão Conservador 1878-1879. (Teresina). Anos: 1878, 1880. Edições de Número: 35, 37, 125, 126 (ano III).

Jornal: A Imprensa: Periódico Político 1865-1885. (Teresina). Anos: 1865, 1866, 1868, 1869, 1870. Edições de Número: 12, 36, 47, 157, 183, 217, 222, 248.

Jornal: A Opinião Conservadora: 1874-1876. (Teresina). Anos: 1874, 1875. Edições de Número: 04, 30, 37, 78.

Jornal: A Voz da Verdade: Jornal Político, Literário e Comercial 1849. (Oeiras). Ano: 1849. Edição de Número: 05.

Jornal: O Escolastico: 1849. (Oeiras). Ano: 1849. Edição de Número: 08.

Jornal: O Governista: 1848. (Oeiras). Ano: 1848. Edição de Número: 22.

Jornal: O Piauhy: 1869-1873. (Teresina). Anos: 1869, 1870, 1872, 1873. Edições de Número: 67, 125, 130, 226, 274.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. *Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888*. Dissertação (Mestrado) CH/UFCG. Campina Grande, 2011.
- ANDREWS, George Reid. “*Um raio exterminador: As guerras pela independência*”. In: *América Afro-Latina (1800-2000)*. São Carlos: Edufscar, 2014.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. Companhia Das Letras, 2000.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Resistência e Liberdade em Sergipe: Continguiaba, 1860-1888*. Tese de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador, 2007.
- ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil, por sua Drogas e Minas*. Rio de Janeiro, Em casa de Sousa e Com. 1837.
- BÁEZ, Fernando. *A História da Destruição Cultural da América Latina: Da Conquista a Globalização*. México: Nova Fronteira, 2010.
- BORGES, Jóina Freitas. *A História Negada: Em Busca de Novos Caminhos*. Teresina: FUNDAPI, 2004.
- BOTELHO, Sebastião Xavier. *Memórias estatísticas sobre os domínios portugueses na África Oriental*.
- BOXER, Charles R. *A igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BRANDÃO, Tanya. *Para Além dos Engenhos: A Escravidão na Colonização do Piauí*. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O Escravo na Formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999.

- CARVALHO, Genimar M. R. de. O Perfil dos Trabalhadores Escravizados de Teresina: Uma Análise do Censo de 1872. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014.
- CARVALHO, Marcus J.M. de. Cidades escravistas. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018.
- CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4. Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- COSTA FILHO, Alcebíades. Atividades econômicas e sociedade. In: *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- FERREIRA, Heloisa Souza. *O olhar do estabelecido: A imagem do escravo produzida pelos senhores nos anúncios de jornais do Espírito Santo (1849-1888)*. Artigo, Seminário Nacional da pós graduação, UFES, 2011.
- FILHO, Celso Pinheiro. *História da Imprensa no Piauí*. 3ed. Teresina: Halley S.A Gráfica e Editora, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos meados do Século XIX*. 4. Ed. Revista, São Paulo: Editora Global, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Escravos nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. 1ª edição digital. São Paulo: Global Editora, 2012.
- GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018.

IMBERT, Jean-Baptista Alban. Manual do fazendeiro ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros, generalizado as necessidades medicas de todas as classes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1839.

JOHN, Thornton. A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, n. 16, Fev./1998.

LEÃO, José. *Aves de Arribação*: Lendas e canções sertanejas. Rio de Janeiro, TYP. Central Brown & Evaristo, Rua Nova do Ouvidor 28, 1877.

LIMA, Solimar Oliveira. Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados. In: *Braço forte*: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871). Passos Fundo: UPF, 2005.

LIMA, Solimar Oliveira. História: Debates e Tendências – V. 7, n. 2, Jul./Dez.2007, p. 138-154, pub. No 2º sem. 2008.

LIMA, Solimar Oliveira. O Piauí, os negros escravizados e outras mercadorias no processo de controle português dos sertões nordestinos e do norte do Brasil (séc. XVII - séc. XVIII). In: LIMA, Solimar de Oliveira, SILVA, Rodrigo Caetano (Org.) *Norte ao sul*: escravidão do Brasil séc. XVI – séc. XIX. Teresina: EDUFPI, 2018.

MATTOS, Hebe, GRINBERG, Keila. Código Penal Escravista e Estado. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018.

MAXWELL, Kenneth R. *A Devassa da Devassa*: a Inconfidência Mineira, Brasil – Portugal, {1750-1808}, 7ª edição ampliada e ilustrada, Editora Paz e Terra S/A, São Paulo. 2009.

MENDONÇA, Joseli M. Nunes. *Entre as mãos e os anéis*: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Unicamp, 1999.

MOTT, Luiz. *Piauí Colonial*: população, economia e sociedade. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN. 2010.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical de Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)*, 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PIMENTA, Tânia Salgado. Doenças. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

POMPEU FILHO, Tomás. Ensaio estatístico do Ceará. Fortaleza: Tipografia do jornal A República, 1893.

RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, Jaime. Navio Negreiro. In: SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARCZ, Lília. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia M., GOMES, Flávio (Org.) *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. Companhia das letras. 2018.

SILVA, Mairton Celestino da. Batuques na rua dos negros: *escravo e polícia na cidade de Teresina, séc. XIX*. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2008.

SILVA, Rodrigo Caetano. *Teresina (Piauí – Brasil), uma capital escravista: relações sociais e trabalho escravo durante a segunda metade do Século XIX*. Rev. Hist. UEG - Anápolis, v.5, n.1, p. 157-176, Jan. /Jul. 2016.

SILVA, Rodrigo Caetano. *A fragmentação da escravidão no Piauí: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca*. Vozes, Pretérito & Devir Artigos, Ano V, Vol. VIII, Nº I, 2018.

SLENES, Robert W. “‘Malungu Ngoma Vem’: África encoberta e descoberta no Brasil”, Revista USP, 12 (1991-2), 64-66.

SOARES, Luiz Carlos. *“O Povo de Cam” na Capital do Brasil: a escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro, 2007.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. História e Memória da População Negra: Os Escravos nos Anúncios de Jornais Teresinenses no Século XIX. In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.) *Escravidão negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI, 2014.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 Monografia
 () Artigo

Eu, Anderson da Silva Machado,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
ESCRITOS em Anúncios de Jornais Piauienses de
(1848-1885).
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 04 de Fevereiro de 2020.

Anderson da Silva Machado.
 Assinatura

 Assinatura